

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE BIBLIOTECONOMIA E COMUNICAÇÃO
CURSO DE BIBLIOTECONOMIA**

ROVENA GOBBATO MARSHALL

**LINGUAGENS DOCUMENTÁRIAS PARA
INDEXAÇÃO DE LITERATURA INFANTIL
E JUVENIL**

Porto Alegre, 2009

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE BIBLIOTECONOMIA E COMUNICAÇÃO
CURSO DE BIBLIOTECONOMIA**

ROVENA GOBBATO MARSHALL

**LINGUAGENS DOCUMENTÁRIAS PARA
INDEXAÇÃO DE LITERATURA INFANTIL E
JUVENIL**

*Monografia elaborada como requisito
para aprovação na disciplina Trabalho de
Conclusão de Curso do curso de
Biblioteconomia FABICO/UFRGS.*

*Orientadora: Prof^a. Ma. Glória Isabel
Sattamini Ferreira.*

Porto Alegre, 2009

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL

Reitor: Carlos Alexandre Netto

Vice-Reitor: Rui Vicente Oppermann

FACULDADE DE BIBLIOTECONOMIA E COMUNICAÇÃO

Diretor: Ricardo Schneiders da Silva

Vice-Diretor: Regina Helena Van der Laan

DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS DA INFORMAÇÃO

Coordenadora: Ana Maria Mielniczuk de Moura

Coordenadora Substituta: Helen Beatriz Frota Rozados

COMISSÃO DE GRADUAÇÃO DA BIBLIOTECONOMIA

Coordenadora: Glória Isabel Sattamini Ferreira

Vice-Coordenadora: Samile Andréa de Souza Vanz

Marshall, Rovena Gobbato

M3691 Linguagens Documentárias para indexação de Literatura Infantil e Juvenil/ Rovena Gobbato Marshall; Orientação de Glória Isabel Sattamini Ferreira. – Porto Alegre: UFRGS, 2009.

1. Biblioteconomia. 2. Linguagens Documentárias. 3. Literatura Infantil e Juvenil.I. Título. II. Ferreira, Glória Sattamini Ferreira.

CDU – 025.4

Departamento de Ciências da Informação

Rua Ramiro Barcelos, 270, Bairro Santana

CEP 90035-007 Porto Alegre-RS

Fone: (51) 3316-5146

Fax: (51) 3330-6635

E-mail: fabico@ufrgs.br

ROVENA GOBBATO MARSHALL

**LINGUAGENS DOCUMENTÁRIAS PARA INDEXAÇÃO
DE LITERATURA INFANTIL E JUVENIL**

Monografia apresentada como requisito parcial para obtenção de título de Bacharel em Biblioteconomia pela Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Porto Alegre, _____ de _____ de 2009.

O trabalho foi aprovado pelos membros da banca examinadora obtendo conceito _____.

Banca Examinadora:

Profª Ma. Glória Isabel Sattamini Ferreira
Orientadora

Profª Drª Regina Helena Van der Laan
1º Arguidor

Profª Kátia Becker Lorentz
2º Arguidor

DEDICATÓRIA

Ao meu marido, Francisco, e às minhas filhas, Laura e Heloísa, que muito me incentivaram e que souberam compreender as longas jornadas dedicadas à pesquisa e à elaboração deste trabalho, durante as quais não pude lhes dar toda a atenção que mereciam.

AGRADECIMENTOS

Gostaria de agradecer à minha orientadora Prof^a Ma. Glória Isabel Sattamini Ferreira pela honra do convívio acadêmico, pela dedicação ao ensino e pela atenção e rigor na orientação deste trabalho.

Também agradeço às professoras Regina Helena Van der Laan e Kátia Becker Lorentz por terem aceitado o convite para participar da banca.

Agradeço, ainda, a todos os professores da Faculdade de Biblioteconomia da UFRGS, que muito contribuíram para minha formação acadêmica, e aos bibliotecários Mônica Schreiner e Hans Ulrich Kaup, que orientaram o meu estágio na Biblioteca do Goethe Institut Porto Alegre.

RESUMO

Estudo que efetua identificação e análise comparativa de linguagens documentárias específicas para a indexação da Literatura Infantil e Juvenil. Apresenta o referencial teórico relativo às linguagens documentárias, traçando o histórico, características e funções das classificações bibliográficas, dos cabeçalhos de assunto e dos tesouros. Aborda a Literatura Infantil e Juvenil, apresentando sua origem e seu desenvolvimento ao longo do tempo, suas características, seu papel na formação psicológica da criança e sua importância no mercado editorial atual. Discorre sobre a existência de duas correntes paralelas na Literatura Infantil e Juvenil, uma que prioriza os aspectos didáticos desta literatura e outra que dá relevância os aspectos literários da mesma. Descreve os procedimentos metodológicos da pesquisa, constituídos pelo levantamento das linguagens documentárias específicas para a área de Literatura Infantil e Juvenil no Brasil e na Alemanha e pela análise comparativa das características e objetivos destas linguagens documentárias. Identifica as características de estrutura, objetivos, tipos de relações entre conceitos, rede de remissivas, nível de linguagem e o público alvo das duas linguagens documentárias brasileiras - o "Tesouro do CERLIJ" e o "Vocabulário controlado para obras ficcionais" - e de uma linguagem documentária alemã: os cabeçalhos de assunto da Biblioteca Infantil da Biblioteca Pública de Heidelberg, Alemanha.

PALAVRAS-CHAVE: Linguagem Documentária. Classificação bibliográfica. Cabeçalhos de assunto. Tesouro. Literatura Infantil e Juvenil. Tesouro do CERLIJ. Vocabulário controlado para obras ficcionais. Biblioteca infantil da Biblioteca Pública de Heidelberg

ABSTRACT

Reports the comparative analysis of indexing languages created specifically for the indexation of Children's and Juvenile Literature. It presents the theoretical framework on indexing languages, including the history, characteristics and functions of bibliographical classifications schemes, lists of subject headings, and thesauri. It also covers Children's and Juvenile Literature, presenting its origins and development, its characteristics, its role in the psychological development of children, as well as its significance to the current publishing industry. It brings up the existence of two major views about the main role of Children's and Juvenile Literature, one that sees it as a reinforcement of the educational constraints and another that emphasizes its role in the literary and aesthetic education of children. It describes the research procedures, consisting on the survey of specific indexing languages for Children's and Juvenile Literature in Brazil and in Germany, and on the comparative analysis between the indexing languages that were found during the survey. It identifies characteristics of the structure, objectives, types of relations between concepts, language level, and intended users of the two specific indexing languages for Children's and Juvenile Literature created in Brazil – the “Tesauro do CERLIJ” and the “Vocabulário controlado para obras ficcionais” -, and of the subject headings used at the Children's Library of the Heidelberg Public Library, in Germany

KEYWORDS: Indexing Languages. Documentary Languages. Bibliographical Classification. Subject Headings. Thesaurus. Children's Literature. Juvenile Literature Tesauro do CERLIJ. Vocabulário controlado para obras ficcionais. Heidelberg Public Library.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	10
2 OBJETIVOS	11
2.1 OBJETIVOS GERAIS	11
2.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS	11
3 JUSTIFICATIVA	12
4 REFERENCIAL TEÓRICO	14
4.1 LINGUAGENS DOCUMENTÁRIAS E RECUPERAÇÃO DA INFORMAÇÃO	16
4.1.1 As LDs e a crescente especialização do conhecimento	19
4.1.2 Funções das Linguagens Documentárias	23
4.1.3 Tipos de Linguagens Documentárias	25
4.1.3.1. Classificações bibliográficas	26
4.1.3.2 Cabeçalho de Assunto	32
4.1.3.3 Tesouro	38
<i>4.1.3.3.1 Histórico do desenvolvimento dos tesouros</i>	<i>39</i>
<i>4.1.3.3.2 Definições</i>	<i>49</i>
<i>4.1.3.3.3 As relações</i>	<i>52</i>
4.2 A LITERATURA INFANTIL E JUVENIL	55
4.2.1 Um breve histórico da Literatura Infantil e Juvenil	55
4.2.2 A Literatura Infantil e Juvenil no Brasil	63
4.2.3 Questões contemporâneas da Literatura Infanto-Juvenil	70
4.2.4 A Literatura Infanto-Juvenil e seus desafios para a área da Indexação	77
5 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	80

6 LDs ANALISADAS PARA INDEXAÇÃO DE OBRAS INFANTIS E JUVENIS	82
6.1 O TESAURO DO CERLIJ	84
6.2 VOCABULÁRIO CONTROLADO PARA INDEXAÇÃO DE OBRAS FICCIONAIS	88
6.3 CABEÇALHOS DE ASSUNTO PARA OBRAS INFANTO-JUVENIS DA HSB	93
7 ANÁLISE COMPARATIVA ENTRE AS LDs ABORDADAS	97
7.1 CARACTERÍSTICAS DA ESTRUTURA	98
7.2 OBJETIVOS	98
7.3 TIPOS DE RELAÇÕES ENTRE OS CONCEITOS	99
7.4 REDE DE REMISSIVAS	100
7.5 PÚBLICO ALVO	101
8 CONCLUSÃO	102
REFERÊNCIAS	104
APÊNDICE A – Quadro comparativo entre as LDs analisadas	111

1 INTRODUÇÃO

A Literatura Infantil e Juvenil é rica em diversidade de temáticas, de gêneros, de personagens, de abordagens e de forma (meios de expressão). A esta enorme diversidade de características ainda se soma a explosão de novas e cada vez mais variadas produções para o público infantil e juvenil, assim como reedições de muitas obras tradicionais. Na mesma medida que cresce a quantidade de publicações voltadas para os públicos infantil e juvenil, amplia-se o volume das coleções infantis e juvenis nas unidades de informação que atendem este público. As linguagens documentárias tradicionalmente utilizadas nas bibliotecas públicas, infantis e escolares do país não tratam de maneira específica a Literatura Infantil e Juvenil. Ademais, as linguagens documentárias específicas para a indexação de obras infantis e juvenis são muito raras no Brasil e pouco comuns em outros países. Agrava-se, portanto, a necessidade de instrumentos de indexação que facilitem o acesso dos usuários interessados a estes materiais. É, pois, em função da ocorrência de uma demanda latente por um lado e da escassez de opções por outro que resulta nosso interesse em estudar as linguagens documentárias utilizadas para indexar esta área específica da Literatura.

2 OBJETIVOS

Este trabalho possui objetivos gerais e objetivos específicos.

2.1 OBJETIVOS GERAIS

Levantar as linguagens documentárias utilizadas para a indexação da Literatura Infantil e Juvenil.

2.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- a) Mapear as linguagens documentárias alfabéticas para a área da Literatura Infantil e Juvenil em línguas portuguesa e alemã, quais sejam: o tesouro do CERLIJ; o *Vocabulário controlado para indexação de obras ficcionais* criado pelo Grupo de Pesquisa em História da Leitura, do Livro e das Bibliotecas, da Universidade Federal de São Carlos (UFSC) e os cabeçalhos de assunto usados pela Kinderbibliothek da Heidelberg Stadtbücherei.
- b) Identificar características de estrutura (cabeçalho ou tesouro), objetivos, tipos de relações apresentadas entre os conceitos, utilização ou não de rede de remissivas, nível de linguagem (especializada ou natural) e público alvo (pais, crianças e jovens, pesquisadores, professores).

3 JUSTIFICATIVA

As linguagens documentárias mais comumente utilizadas pelas bibliotecas públicas e escolares no Brasil são os cabeçalhos de assunto e o sistema de Classificação Decimal de Dewey (CDD), o qual, assim como a Classificação Decimal Universal (CDU), não contempla de maneira específica a Literatura Infantil e Juvenil. Tanto os cabeçalhos de assunto empregados, quanto estes sistemas de classificação bibliográfica, não abarcam todas as especificidades e conceitos que o assunto encerra.

O *Tesouro sobre Literatura*¹ que foi desenvolvido por uma equipe de técnicos do IBICT e da Biblioteca Nacional e editado por aquele instituto, em 1985, dentro de seu Subprograma de Desenvolvimento de Instrumentos para Tratamento e Disseminação da Informação, também não é muito específico em relação à Literatura Infantil e Juvenil. Ele inclui apenas os termos *Literatura Infanto-Juvenil* e *Teatro Escolar* como TEs (Termos Específicos) do TG (Termo Geral) *Literatura Comprometida*; o TE (Termo Específico) *Fábula*, sob o TG *Alegoria*, e o termo *Poesia Didática* como TE do TG *Literatura Didática*.

A *Lista de Encabezamientos de Matéria para Bibliotecas* de Carmen Rovira e Jorge Agaya (1967), bastante utilizada para a elaboração de cabeçalhos de assunto em bibliotecas brasileira, apresenta, entre termos e remissivas os seguintes conceitos relacionados à área da Literatura Infantil e Juvenil: *Literatura Infantil*, *Literatura Infantil – bibliografia*; *Contos Infantiles*; *Libros y Lecturas para Niños*; *Poesia Infantil*; *Libros para niños*; *Teatro Escolar e Infantil*.

Não há tampouco uma notação específica para as obras de Literatura Infantil e Juvenil nos sistemas de classificação de Brown, nem no de Cutter, nem na classificação da *Library of Congress*, nem na classificação de Bliss, e nem na Colon Classification de Ranganathan. Na CDD existe, ao menos, a subdivisão 806.068 para *Literatura Infantil*, a

¹ INSTITUTO BRASILEIRO DE INFORMAÇÃO EM CIÊNCIA E TECNOLOGIA. **Tesouro sobre literatura**. Brasília: IBICT, 1985.

qual se subdivide nos gêneros literários *Poesia para crianças* (806.0681) e *Humor para crianças* (806.0687). A classe 808.89 (*Coletânea literária com características comuns*) apresenta a subdivisão 808.89928 para grupos de idade ou sexo, sendo a notação 808.899282 referente às *Obras infantis*.

Portanto, a Literatura de Ficção em geral é organizada de forma bastante genérica por diferentes sistemas de classificação bibliográfica, como a CDD e a CDU. O ramo da Literatura Infantil e Juvenil de ficção, por sua vez, é uma área específica dentro daquela, possuindo seu próprio universo nocional e, por conseguinte, sua própria terminologia. Contudo, apesar de toda a sua especificidade, recebe pouca atenção por parte daqueles sistemas mais difundidos de classificação.

Em virtude desta falta de especificidade no tratamento das obras de Literatura Infantil e Juvenil, alguns profissionais da informação, centros de documentação e unidades de informação, ligados ou especializadas nesta área, sentiram a necessidade de desenvolver LDs específicas, como sistemas próprios de classificação ou tesouros de literatura infantil. Seu objetivo com isto era, no caso dos sistemas de classificação, possibilitar uma organização destas obras nas estantes de uma forma que fosse mais amigável do ponto de vista do usuário e, no caso dos tesouros, facilitar a busca da informação em suas bases de dados, recuperando os documentos a partir dos seus mais diferentes aspectos. Com isso, pretendiam disponibilizar aos seus usuários, da forma mais rápida e pertinente, aqueles documentos que mais precisamente atendiam às suas necessidades, por mais específicas que fossem.

Tendo em vista a insuficiência das LDs mais tradicionais utilizados no Brasil no que diz respeito à classificação específica da Literatura Infantil e Juvenil e a atualidade e relevância da demanda técnica, este trabalho visa a acrescentar elementos para a construção ou utilização de LDs específicas para esta área, por meio da análise comparativa daquelas que estão sendo aplicada em unidades de informação no Brasil.

Aproveitando a oportunidade de uma estadia de um ano na cidade de Heidelberg, Alemanha, e buscando enriquecer este trabalho, também foi realizada a análise da LD utilizada para indexar e classificar os materiais infanto-juvenis da biblioteca pública daquela cidade.

4. REFERENCIAL TEÓRICO

Esta pesquisa parte do princípio de que a razão de ser de qualquer Sistema de Recuperação de Informação (SRI) é possibilitar aos seus usuários o acesso à informação contida nos documentos organizados e armazenados nesses sistemas e que a eficácia da recuperação da informação reside em colocar os usuários no centro das reflexões que permeiam todo o processo de indexação. Ou seja, o foco no acesso à informação por parte dos usuários deve estar presente desde a escolha dos instrumentos utilizado para representar os assuntos e mediatizar o processo de transferência de informações, durante a análise temática dos documentos, na determinação de temas pertinentes para serem indexados, e na escolha do vocabulário que irá representar os conteúdos dos documentos indexados. Partimos do pressuposto de que, para cumprirem sua principal finalidade, ou seja, a de tornar acessíveis os estoques informacionais organizados e armazenados nos sistemas de informação, os vocabulários controlados, ou linguagens documentárias (LDs), devam integrar não apenas elementos da linguagem de especialidade e das terminologias mas, também, a linguagem dos usuários, os quais são, afinal, a razão de ser de todo e qualquer SRI.

Os instrumentos utilizados para representar/recuperar as informações nos SRI são meta-representações, ou representações documentárias, e recebem denominações diversas na literatura, tais como linguagens documentárias, linguagens de indexação, linguagens descritoras, codificações documentárias, linguagens de informação, vocabulários controlados, lista de assuntos autorizados, linguagens de recuperação da informação e linguagens de descrição da informação (DODEBEI, 2002). Independentemente da denominação, são instrumentos de controle de vocabulário que têm a função de representar, de forma abreviada, sintética, as informações materializadas nos textos, através da tradução dos seus conteúdos para um sistema de símbolos, os quais se organizam em redes de relações para fins específicos de indexação, armazenamento e recuperação da informação. Estes instrumentos têm como objetivo, basicamente, o estabelecimento de um vocabulário comum entre a linguagem usada pelo usuário e a linguagem utilizada pelo sistema de informação, tornando possível a comunicação usuário/sistema e otimizando a recuperação da informação (BONOTTO et al., 2007).

Os tipos fundamentais de linguagens documentárias são o tesouro, os cabeçalhos de assunto e os sistemas de classificação bibliográfica. Os tesouros são instrumentos de indexação por conceitos e os cabeçalhos de assunto e os sistemas de classificação bibliográfica são instrumentos de indexação por assunto.

As linguagens documentárias podem ser alfabéticas ou codificadas. Porém, independentemente do tipo, elas são um conjunto de termos selecionados da linguagem natural e/ou das terminologias de especialidades, providos ou não de regras sintáticas, utilizados para representar conteúdos de documentos informacionais, com fins de classificação ou busca retrospectiva de informações. Como explicam Cintra e outros (2002, p. 34), as LDs, diferentemente das outras linguagens comunicacionais, compõem um sistema onde as unidades se organizam em relações de dependência e tem sua função comunicativa restrita a contextos documentários.

O grande aumento do número de publicações, aliado à crescente especialização do conhecimento, tem levado à criação de LDs que representem os conteúdos ultra-especializados destes documentos. Estes instrumentos, para serem efetivos, devem estar apoiados nas terminologias de cada área do conhecimento e exercer total controle do vocabulário, neutralizando todas as possíveis ambiguidades geradas pela sinonímia, pela polissemia e pela homonímia da linguagem natural (LN), para que seja garantida a monossemia entre a forma do significante e a do significado, e para que a cada unidade preferencial da LD corresponda um determinado conceito ou noção, de forma tal que as unidades ou noções que integram o conjunto de uma determinada LD encontrem-se devidamente relacionadas dentro de uma organização lógico-hierárquica, possibilitando um ponto de vista determinado, o qual delimita a classe de assunto específica que aquela LD representa. Entretanto, é fundamental, do ponto de vista da recuperação da informação - o objetivo fim de qualquer LD - o estabelecimento de uma rede de remissivas sempre que um conceito for representado por mais de um termo. Conforme defende Van der Laan (2002, p.24), quando um termo possui sinônimo, deve-se optar por um termo como descritor, estabelecendo uma relação de equivalência com os demais. Desta forma, se o usuário verbalizar um determinado conceito de forma diversa daquela escolhida pelo sistema para representá-lo, ainda assim ele obterá êxito no acesso à informação, uma vez que a rede de remissivas o remeterá para a expressão empregada na indexação pelo SRI.

4.1 LINGUAGENS DOCUMENTÁRIAS E A RECUPERAÇÃO DA INFORMAÇÃO

Após análise criteriosa dos documentos, o bibliotecário extrai deles os conceitos que deverão ser indexados e os traduz para a linguagem de indexação adotada no sistema de informação, estabelecendo a interface entre as três linguagens que estão interligadas no momento da Análise Documentária, quais sejam: a linguagem natural; as linguagens especializadas, utilizadas pelo autor e pelos usuários na redação do texto e na busca de informação, respectivamente; e a linguagem controlada de indexação utilizada pelo SRI (NAVES, 2004).

O uso de vocabulários livres, uma tradução equivocada dos conceitos retirados de um documento ou a imprecisão na definição dos descritores utilizados em bases de dados traz como consequência diversos problemas de recuperação das informações, pois somente serão recuperados os documentos que tiverem sido indexados pelo mesmo termo usado na busca. Conforme Van der Laan (2002, p. 4), a comunicação que se estabelece entre os usuários e o SRI é prejudicada muitas vezes pela utilização de termos que não possuem o mesmo significado entre os interlocutores ou pela utilização de termos diferentes para significados iguais – variações terminológicas. Para a autora, os signos utilizados devem fazer sentido tanto para o emissor como para o receptor da mensagem.

Portanto, ao contrário da LN, que é polissêmica - ou seja, cada uma de suas unidades pode comportar mais de um significado, as LDs, por serem linguagens construídas com o objetivo específico de representar sinteticamente as informações contidas nos textos, devem significar de forma precisa, através da escolha de um único termo para representar cada conceito, uma vez que nelas não podem coexistir, por exemplo, duas ou mais palavras que se refiram a um mesmo conceito, ou uma palavra para designar vários conceitos, sem que o fato seja suficientemente registrado, e devidamente controlado.

Por princípio, as LDs não dependem nem da tradição cultural, nem do momento social mas, sim, de convenções estabelecidas no conjunto do próprio sistema. Entretanto, Cintra e outros (2002, p. 15) salientam que o sistema não é tão estático e homogêneo quanto se propõe, uma vez que as LDs acabam sendo contaminadas pela mobilidade da

LN, de onde retiram as unidades que serão transformadas em unidades documentárias via escolhas lexicais.

Essa atualização é fundamental do ponto de vista da recuperação da informação, não apenas devido às novas áreas do conhecimento que surgem continuamente em virtude do desenvolvimento científico e tecnológico, gerando novas especialidades e novos termos, mas, também, graças à vulgarização do conhecimento e dos termos especializados que ocorre no bojo do processo de globalização e desenvolvimento dos sistemas de comunicação. A vulgarização do conhecimento traz para os SRI novos interlocutores e as LDs devem procurar representar a linguagem utilizada pelo usuário, mesmo que este não seja um especialista.

Conforme Van der Laan; Ferreira; Bonotto (2004, p. 6), enquanto o bibliotecário codifica a informação utilizando uma linguagem de indexação, o usuário utiliza o seu código linguístico e o seu conhecimento da área para construir as questões de busca de informação e "nessa dupla codificação, é necessário que ambos os códigos utilizados sejam coincidentes para o sucesso nas buscas de informação." Porém, como lembram Van der Laan e Ferreira (2000), a complexidade do processo de indexação se amplia cada vez mais, uma vez que os sistemas de recuperação da informação estão conectados em rede, não mais atendendo apenas um público específico.

O desenvolvimento dos recursos tecnológico possibilitou ao usuário acessar diretamente as informações contidas em diversas bases de dados nos mais diferentes lugares do mundo e que estão disponibilizadas em redes de acesso remoto por meio de um computador, sem que tenha necessariamente que solicitar ajuda ao profissional bibliotecário. Ou seja, nesse novo modelo, é o próprio o usuário quem elabora suas estratégias de busca utilizando uma linguagem que nem sempre coincide com aquela do SRI.

Este novo modelo, além de uma maior autonomia na busca, também implica em uma maior diversificação do público usuário da informação, o qual, pelo fato de não mais estar presente, possui um perfil que não pode ser facilmente determinado pelo bibliotecário através de estudos de usuários. Ademais, embora o processo de indexação lide com os conceitos de uma área específica do conhecimento, os próprios pesquisadores utilizam-se

de vocabulários de acordo com seus grupos de pesquisa, não existindo padronização nem mesmo em uma mesma área do conhecimento. Conforme observam Van der Laan; Ferreira; Bonotto (2004, p.2), mesmo tratando-se de uma linguagem de especialidade própria de um grupo de especialistas, há uma dinâmica permanente de criação de novos termos, ressignificação de termos consagrados e variações denominativas de conceitos. Como salienta Van der Laan, “a diversificação do público representa, também, o uso de uma linguagem heterogênea, que pode ser uma linguagem altamente especializada, técnica ou de vulgarização científica.” (2002, p. 3).

A estes fatores que dificultam a comunicação usuário/SRI soma-se, ainda, o grande desenvolvimento científico que vem ocorrendo nas últimas décadas, o qual tem provocado o surgimento de novos conceitos, de novas áreas de especialização e o aparecimento de novos termos. Tudo isso evidencia a importância do vocabulário utilizado no processo de representação/recuperação das informações nos diferentes SRI, pois, como afirmam Van der Laan e Ferreira (2000, p.7), na comunicação usuário/SRI, assim como na comunicação entre indivíduos, os signos utilizados devem fazer sentido tanto para o emissor como para o receptor da mensagem. Ou seja, os termos utilizados devem possuir o mesmo significado entre os interlocutores.

Outra questão que pode dificultar o processo de comunicação entre o usuário e o SRI, refere-se à idéia de que cada conceito de um domínio do conhecimento é representado por um único termo indexador. Conforme Van der Laan; Ferreira; Bonotto (2004, p.2), o problema agrava-se quando os descritores são determinados em conformidade com o princípio de univocidade, caracterizados, portanto, pela monorreferencialidade, ou seja, quando apenas um código é empregado para representar cada conceito. Nesse caso, perde-se toda a riqueza vocabular, que existe mesmo em um léxico especializado. Além do mais, conforme afirmam Van der Laan e Ferreira (2000, p.8), a falta de uma rede de remissivas impede o acesso às informações por variantes terminológicas e compromete a relação comunicativa que se estabelece entre o usuário e o sistema. Se o usuário verbalizar um conceito através de um outro termo que não aquele autorizado pelo sistema, ele terá como resposta um alto índice de revocação com um baixo índice de precisão, sendo recuperados documentos não pertinentes às suas necessidades, gerando excesso de ruído. Ou, ao contrário, documentos importantes não são recuperados, resultando num silêncio do SRI.

Segundo Van der Laan e Alvorcem (2007, p. 2), estes fatores que dificultam a comunicação usuário/SRI dentro deste novo modelo de acesso remoto às bases de dados, seriam melhor equacionados se os SRI disponibilizassem em suas bases um campo de termos equivalentes, o que permitiria ao usuário acessar as informações desejadas utilizando termos variantes que pertencessem ao seu domínio linguístico, bastando que esses termos constassem como termos equivalentes no vocabulário controlado adotado pelo sistema, fazendo parte, assim, da chamada rede de remissivas.

4.1.1 As LDs e a crescente especialização do conhecimento

Historicamente, verifica-se uma contínua progressão das LDs a caminho da especialização. Elas voltam-se para domínios cada vez mais específicos e abandonam, conseqüentemente, a pretensão de cobrir todo o universo do conhecimento em um único sistema.

De acordo com Dodebei (2002, p. 11) até a primeira metade do século XX, a organização de documentos podia ser muito bem conduzida por intermédio de instrumentos de âmbito geral. Por volta de 1940, entretanto, o processo de especialização do saber gerou um grande aumento no número de publicações em diferentes suportes, principalmente artigos de periódicos e relatórios de pesquisa. Esta explosão documental obrigou os bibliotecários a questionarem os procedimentos utilizados até então na organização de acervos documentais.

Entre as décadas de 1950 e 1960, as dificuldades para armazenar e recuperar informações ampliaram-se ainda mais. Isto ocorreu não apenas em decorrência do crescimento da produção do conhecimento científico, mas pelo fato deste crescimento vir aliado, ao mesmo tempo, ao um aumento da interdisciplinaridade, e a um processo de especialização do conhecimento. Estas novas características impunham tanto a dificuldade de indexar documentos que envolviam diferentes ramos do conhecimento sob o rótulo de uma única área, quanto a dificuldade de indexar documentos ultra especializados utilizando-se de linguagens universais.

Nos sistemas de classificação enciclopédicos disponíveis até então, textos muito específicos acabavam sendo classificados em classes de assunto mais gerais. A solução encontrada para a representação das especificidades dos conteúdos informativos dos textos técnico-científicos foi a criação de LDs para os domínios específicos do conhecimento.

Nesse contexto, foram estimulados estudos e experiências sobre a construção de linguagens controladas que pudessem representar o universo conceitual de campos específicos do conhecimento. Primeiramente, o aumento de documentos em suporte eletrônico e a informatização do armazenamento dos registros desse mesmo conhecimento conduziram as atenções dos especialistas para a possibilidade do acesso direto ao documento primário em LN. Entretanto, como lembra Dodebei (2002, p. 12), “[...] a recuperação da informação em LN deve considerar a digitalização de textos completos e o uso de operadores linguísticos, sendo que esses últimos são ainda objeto de estudos experimentais.”

Outro problema em relação à utilização de todo o léxico disponibilizado, segundo a autora (loc.cit.), é que a seleção de palavras-chave em LN compromete o resultado da busca devido às características próprias das línguas naturais, como a polissemia, a homonímia, a sinonímia, além das funções sintáticas, as quais interferem no resultado significativo da busca, ou seja, não garantem que a informação recuperada possa ser a mais próxima possível da informação desejada, dentro do mesmo campo semântico. Além disso, a LN é sempre dependente de uma determinada tradição cultural, de um dado momento social, sendo um sistema aberto, heterogêneo e multiforme. Ademais, o poder significativo do signo linguístico – elemento de troca na LN – está estritamente condicionado pelas relações que o unem aos outros signos da língua. Ou seja, a LN faz parte de um modelo comunicacional aberto, onde a mensagem varia conforme os códigos, os quais, por sua vez, “[...] são postos em pauta conforme as ideologias e circunstâncias.” (op. cit., p. 51).

Cintra e outros (2002) também concordam que a utilização da LN neste processo leva à incompreensão e à confusão, devido a fenômenos naturais como a redundância, a ambiguidade, a polissemia e as variações idioletais.

Moura e outros compartilham da mesma opinião. Segundo os autores (2005, p. 57):

Na medida em que a língua é um organismo vivo, torna-se complexo elaborar um instrumento de representação da informação com base na LN. Tal complexidade pode ser atribuída à permanente mutação sócio-histórica que tem na linguagem uma e suas principais manifestações.

Com o objetivo de evitar os problemas causados pela polissemia, as LDs adotam o postulado da monorreferencialidade, a partir do qual se restringe a significação de um dado termo, o qual deve representar um conceito relativo à determinada área do conhecimento e com ele guardar uma relação unívoca. Para neutralizar a polissemia, elaboram-se, então, redes relacionais e, sempre que estas se mostrarem insuficientes para a interpretação unívoca da significação, estabelecem-se, ainda, definições e notas de escopo.

Além da polissemia, outra característica da LN que também pode gerar ambiguidade é a homonímia, que consiste na possibilidade de uma mesma forma significante remeter a duas realidades vocabulares diversas, sejam unidades com identidade fônica (homofonia) ou com identidade gráfica (homografia). Porém, numa LD, todas as possíveis ambiguidade da LN devem ser neutralizadas, para que seja garantida a monossema entre a forma do significante e a do significado. Da mesma forma, é fundamental um trabalho específico com sinônimos e quase-sinônimos na elaboração de LDs

Uma vez que as LDs têm por função compatibilizar pelo menos duas outras linguagens - a de especialidade, ou a da literatura em questão, e a do usuário -, ela deve fazê-lo por meio de termos preferenciais, ou seja, aqueles termos escolhidos para representar os conceitos indexado. Contudo, nem todos os usuários do sistema estão necessariamente familiarizados com todas as variantes do vocabulário de uma especialidade e pode acontecer que, ao buscar informações, muitos verbalizem o mesmo conteúdo utilizando-se de outra expressão que não aquela autorizada pelo sistema. A diferença entre a linguagem utilizada pelo sistema e a utilizada pelo usuário pode ter como resposta, ou um alto índice de revocação com um baixo índice de precisão, sendo recuperados documentos não pertinentes aos interesses do pesquisador, gerando excesso de ruído; ou, ao contrário, o silêncio do SRI, quando documentos importantes não são recuperados. (VAN DER LAAN, 2002, p. 3)

Em vista disso, é importante que os termos não-preferidos, ou seja, sinônimos ou quase-sinônimos de termos, também conhecidos como não-descritores, formem uma rede de remissivas, aparecendo "[...] como pontos de entrada em um tesouro ou índice alfabético, enviando o usuário, por meio de uma instrução (por exemplo, USE e VEJA), ao termo preferido apropriado."(op. cit., p.61). Embora fundamental do ponto de vista da recuperação da informação, esta prática não é utilizada na maioria dos sistemas informatizados. Conforme explica Van der Laan (op. cit., p.3), isso deve-se à idéia de que cada conceito de um domínio do conhecimento é representado por um único termo indexador. Como consequência, na maioria dos SRI somente a unidade de indexação autorizada é registrada, tornando-se a única possibilidade de acesso às informações.

Entretanto, dentro do modelo atual de acesso remoto às bases de dados, o qual implica na maior diversificação do público usuário da informação, a disponibilização de um campo de termos equivalentes pelas bases dos SRI torna-se imprescindível. O uso de uma rede de remissivas poderia atenuar bastante as dificuldades de comunicação usuário/SRI ocasionadas pelo caráter dinâmico, social e histórico da linguagem natural e da linguagem especializada. Para Van der Laan, isso "[...] permitiria ao usuário acessar as informações desejadas utilizando termos variantes que pertencessem ao seu domínio linguístico, desde que esses termos constassem como termos equivalentes no vocabulário controlado adotado pelo sistema, fazendo parte, assim, da chamada rede de remissivas."(loc. cit., p. 3)

Também Cintra e outros (2002) defendem que a equivalência é um recurso normalizador importante em uma linguagem documentária, pois ela permite, de um lado, normalizar a polissemia, indicando que várias palavras que compartilham significados próximos expressam-se por um mesmo descritor e, de outro, permite compatibilizar a linguagem dos usuários com a linguagem do sistema, funcionando, assim, como operador de sentido. Para os autores, as LDs mais consistentes para a representação documentária são aquelas que dispõem de um vocabulário que integra diferentes formas de representação dos conceitos, possibilitando o acesso às informações, mesmo que o usuário verbalize o conteúdo utilizando-se de uma outra expressão, diferente daquela autorizada pelo sistema.

4.1.2 Funções das Linguagens Documentárias

A função da LD é tratar o conhecimento dispondo-o como informação adequada aos diferentes segmentos sociais. Para atingir esse objetivo mais geral, no entanto, as LDs precisam cumprir algumas funções, ou etapas, preliminares.

Conforme o exposto acima, as LDs são necessárias para fazer coincidir o vocabulário utilizado pelo sistema, pelos indexadores, pelos autores e pelos usuários através do controle das dispersões semânticas e sintáticas da linguagem natural, evitando assim que indexadores diferentes usem termos diferentes para expressar assuntos idênticos e, conseqüentemente, evitando a separação de documentos similares. Este controle do vocabulário operado pelas LDs serve, ademais, para indicar ao usuário os caminhos que este deve seguir na busca do assunto e é especialmente eficaz quando disponibiliza uma rede de remissivas que ajudam o usuário a compatibilizar o seu vocabulário com aquele escolhido pela LD para representar um assunto determinado.

Mas, além deste controle, as LDs ainda auxiliam na delimitação do domínio conceitual do campo de estudo em questão. Como explicam Cintra e outros (2002), isto é possível porque, para cada unidade preferencial integrada numa LD é necessário que corresponda um conceito ou noção. Essa correspondência é assegurada pelas terminologias de especialidade, uma vez que, “só a organização nocional de uma área permite a utilização de instrumentos eficazes para o tratamento e recuperação da informação.” (op. cit., p. 49). É, pois, por intermédio da terminologia relacionada ao universo nocional específico de cada área ou especialidade que as palavras retiradas da LN passam a ser termos, assumindo significados vinculados a um determinado sistema de conceitos e assegurando interpretações pertinentes, fundamentais quando se pensa na recuperação da informação.

Conforme Moura e outros (2005), além de delimitarem o campo conceitual e orientarem os indexadores na escolhas dos melhores termos para a representação do assunto de um documento na entrada do sistema, as LDs também cumprem função importante nos sistemas de informação no que diz respeito à recuperação da informação, uma vez que também indicam aos pesquisadores “[...]o modo de escolher os termos

indexados que representam no sistema o assunto procurado.” (op. cit., p. 56).

Ainda dentro da função de recuperação da informação, Moura e outros citam também outras finalidades das LDs dentro de um sistema de informação:

[...] recuperar documentos com conteúdo semelhante, recuperar documento relevantes sobre um assunto específico, recuperar documentos por grandes áreas de assunto, possibilitar a conversão dos termos de indexação entre diferentes linguagens, auxiliar na escolha do termo adequado para a estratégia de busca, representar o assunto de maneira consistente permitindo a compatibilidade e o diálogo entre linguagens do autor, do indexador e a do pesquisador. (2005, p. 56).

Um outro aspecto a ser considerado acerca das linguagens documentárias, segundo Dodebei (2002, p. 13), é a sua função referencial no que diz respeito à normalização temática, importante quando se considera a disponibilização da informação pelas grandes redes de comunicação.

O crescimento vertiginoso do número de publicações, inclusive na área da Literatura Infantil e Juvenil, aumentou significativamente a demanda por instrumentos de organização e tratamento da informação que, além de exercerem o controle das dispersões lexicais na entrada do sistema e de delimitarem o campo conceitual da área em questão, orientando os indexadores na escolhas dos melhores termos para a representação dos assuntos dos documentos, ainda funcionem como importantes auxiliares na recuperação da informação.

No que diz respeito aos motores de busca associados ao contexto digital, estes, conforme Moura e outros (2005, p. 55) “[...] são capazes de prover o acesso aos conteúdos informacionais, através da organização de estratégias de estruturação e tradução das necessidades de informação dos usuários em linguagem verbal.” Contudo, apenas esses instrumentos não são suficientes para o fornecimento de respostas precisas às demandas informacionais enunciadas pelos usuários em suas buscas. Ou seja, o advento dos motores de busca não eliminou a necessidade de elaboração e utilização de linguagens documentárias, nem mesmo em sistemas de informação eletrônicos, já que as LDs são os instrumentos mais adequados ao provimento e tradução das necessidades dos usuários.

Portanto, as funções das LDs são imprescindíveis para tornar possível a comunicação usuário/sistema e otimizar a recuperação da informação. São elas que tornam possível a representação sintética e consistente dos assuntos dos documentos, através da compatibilização do vocabulário usado pelos diferentes agentes e pelo sistema, estabelecendo um ponto comum entre linguagem do autor, a do indexador e a do usuário, através da substituição de uma grande variedade de expressões da linguagem natural por uma linguagem controlada, de preferência estabelecendo uma rede de relações de equivalência entre as diferentes expressões existentes na LN para expressar um mesmo conceito. Além disso, as LDs ainda auxiliam na delimitação do domínio conceitual dos diferentes campos de estudo estabelecendo redes de relações entre os conceitos ou assuntos, conforme o caso, e possibilitando tanto a pesquisa genérica, quanto a recuperação de conceitos específicos, já que permite o agrupamento de termos correlatos. Elas permitem a visualização não apenas de um assunto amplo, mas da toda a rede de assuntos relacionados e equivalentes, bem como a hierarquia entre os conceitos, permitindo ao usuário moldar a estratégia de sua busca de forma a obter alta revocação ou alta precisão, conforme o exigirem as circunstâncias.

4.1.3 Tipos de Linguagens Documentárias

Os tipos fundamentais de LDs são os sistemas de classificação bibliográfica, o tesouro, e os cabeçalhos de assunto. A principal característica que os diferencia é o tipo de linguagem utilizada, que pode ser verbal ou simbólica. Nas linguagens verbais, como as listas de cabeçalhos de assunto (LCA), unitermos e tesouros, os assuntos ou conceitos são representados por palavras, em forma de cabeçalhos de assuntos ou descritores. Nas linguagens simbólicas, como os sistemas de classificação bibliográfica, os assuntos são representados por códigos ou símbolos. Enquanto as linguagens verbais são mais utilizadas na recuperação da informação, as linguagens simbólicas são mais empregadas na ordenação e localização física dos documentos em ordem de classes de assuntos.

É importante que as LDs sejam permanentemente atualizadas, mediante operação de supressão de termos em desuso, reagrupamento de descritores em função da existência de palavras raramente utilizadas e/ou adição de termos novos. Para tornar a atividade

terminológica mais eficaz e menos penosa, Cintra e outros (2002) aconselham a prática de registro permanente de ocorrência de novos termos e definições nas diferentes áreas do conhecimento. Aconselham também que se acompanhe de forma permanente o desenvolvimento do software utilizado, pois, “só assim as LDs se mantêm como instrumentos dinâmicos capazes de incorporar os avanços do conhecimento e as modificações de significado de termos já existentes.” (op. cit., p. 47).

4.1.3.1 Classificações bibliográficas

Foi principalmente a partir do século XVII, com a disseminação das bibliotecas universitárias e o surgimento das bibliotecas públicas, que surge a necessidade de se reunir o conhecimento humano numa ordem lógica, com o objetivo organizar os acervos de bibliotecas e facilitar o acesso dos usuários à informação neles contidas. Isto levou os filósofos a estabelecerem grandes agrupamentos por assuntos, cuja ordem variava de acordo com os conceitos de cada um (BARBOSA, 1969, p. 13). No fim do século XVIII, foram reforçadas as bases para a compreensão, organização e tratamento das questões centrais do estudo das classificações, resultando no surgimento de vários esquemas de classificação do conhecimento que se constituíam em modelos onde os eventos de um determinado fenômeno se ordenavam segundo uma definição ou critérios, permitindo a comparação e a análise do fato observado. (SILVA; CAMPOS; BRANDÃO, 2005),

Segundo Batista (2004), a teoria da classificação está baseada nas técnicas da lógica aristotélica para a construção das estruturas classificatórias subdivididas em classes e em subclasses, através da aplicação das características de divisão. Conforme Brandão (2005), a lógica aristotélica é orientada pela ordenação e classificação do concreto, manifestando a tendência de descrever e dividir como um caminho para examinar o mundo experimental nos seus variados aspectos. Tal método denomina-se analítico-sintético porque se dá a partir da divisão contínua de um assunto em tantas partes quantas forem possíveis (análise), e o posterior agrupamento ou desagrupamento dos elementos dessa divisão de acordo com suas semelhanças ou diferenças (síntese), com o objetivo de melhor entender este assunto.

Aqueles sistemas de classificação do conhecimento desenvolvidos por diversos filósofos e cientistas acabaram dando origem, a partir do final do século XIX, aos grandes sistemas de classificação modernos, como a Classificação Decimal de Dewey (CDD) e a Classificação Decimal Universal (CDU). Esses sistemas de classificação bibliográfica são mapas completos de diferentes áreas do conhecimento, mostrando todos os seus conceitos e as relações entre estes, estruturando-se com base na divisão hierárquica dos assuntos, indo do geral para o específico, criando, assim, cadeias de termos segundo o princípio de hierarquia. Esta hierarquia é facilmente visualizada através das linguagens simbólicas de que fazem uso os sistemas de classificação bibliográficos, como os códigos, ou símbolos, na forma de notação através das quais os assuntos são representados.

Como explicam Cintra e outros.

Nos sistemas de classificação bibliográfica, a estrutura hierárquica é dada pela notação (decimal, no caso da CDD e da CDU). O vértice das cadeias hierárquicas é constituído por disciplinas convencionais que se subdividem sucessivamente. A indicação dos assuntos é feita por meio da notação numérica ou alfa-numérica, conforma o tipo de sistema. (2002, p. 44).

A principal influência para Melvil Dewey (1851-1931) na construção de sua classificação bibliográfica universal, cuja primeira edição data de 1876, foi a classificação das ciências de Francis Bacon, baseadas na divisão do conhecimento em três grandes grupos: memória, imaginação e razão.

O esquema desenvolvido por Dewey, porém, distribui a totalidade do conhecimento em dez grandes classes que, por sua vez, são divididas em dez subclasses que se dividem em dez grupos. Cada conceito é traduzido por uma notação numérica. Para complementar a tabela principal, Dewey criou a tabela de divisões de forma, que podem ser acrescentadas a qualquer assunto. A finalidade desta tabela é conseguir ver os aspectos comuns entre os vários assuntos.

O esquema original de Dewey, atualmente em sua vigésima segunda edição, possuía, no início, poucos recursos, mas foi, ao longo do tempo, sofrendo uma série de

alterações e aprimoramentos que a tornaram mais complexa e efetiva. Esse sistema biblioteconômico de classificação, conforme Miranda (2007) é o mais utilizado em todo o mundo atualmente. É adotado em mais de 135 países e foi traduzido para mais de trinta línguas. Nos Estados Unidos, 95% de todas as bibliotecas públicas e escolares, 25% de todas as bibliotecas acadêmicas e 20% das bibliotecas especializadas utilizam a CDD.

Posteriormente, outros sistemas bibliográficos de organização do conhecimento foram surgindo influenciados pela CDD. Enquanto a expansão do conhecimento foi uniforme, a hierarquia dentro destes esquemas apenas tornava-se mais longa, porém, com a explosão do conhecimento e a conjunção de assuntos, houve a necessidade de se desenvolver uma percepção mais fundamental em relação à organização por assunto. Paralelamente, ocorreu também uma grande diversificação de tipos de suportes da informação, bem como o aumento da complexidade do conteúdo dos documentos.

A Classificação da Biblioteca do Congresso (LCC) surgiu em 1897 nos Estados Unidos como um esquema especificamente desenvolvido para as grandes coleções da *Library of Congress*. Em traços gerais, ela segue, com algumas modificações, a disposição da Classificação Expansiva de Cutter (desenvolvida a partir de 1891), a qual foi publicada em sete edições de extensão para melhor se adequar aos diversos tipos de bibliotecas.

A LCC foi pensada para ser utilizada apenas pela Biblioteca do Congresso, mas muitas bibliotecas públicas e universitárias americanas acabaram adotando o seu sistema de classificação. Ela está dividida em classes que vão de A a Z e não apresenta símbolos. A organização da LCC é feita separadamente por assunto, e as classes são divididas por diferentes comissões de especialistas criadas especificamente para cada uma das principais áreas do conhecimento. Por este motivo, a LCC perdeu a integração da notação e dos conceitos. Da mesma forma, as divisões de forma são próprias de cada classe isolada. Por estas razões, o esquema da LCC tornou-se muito volumoso sendo, por tanto, mais difícil de se trabalhar com ela. (KAULA, 1982).

A Classificação Decimal Universal (CDU), criada em 1905, foi construída com base no sistema decimal de Dewey pelos belgas Paul Otlet e Henri la Fontaine. Estes, perceberem uma grande virtude nas duas características básicas do sistema Dewey, quais sejam, a linguagem universal dos números arábicos e a capacidade de representação da

estrutura hierárquica do conhecimento. Entretanto, por acreditarem ser este sistema acentuadamente enumerativo, linear e unidimensional, procuraram de imediato incorporar uma nova característica a ele, introduzindo o conceito de relação, bem como os recursos para representá-la através da síntese, que permitiu a formação de notações compostas para representar conceitos novos não previstos no sistema original. Este aumento da capacidade de síntese, ou seja, da possibilidade de representar assuntos complexos e de classes diferentes por meio de mecanismos de combinação, certamente representou um avanço em relação à CDD. Porém, segundo Kaula (1982), a mesma limitação no plano notacional que caracteriza o esquema da CDD, que se restringe a nove dígitos para representar as classes, continuou com a CDU, apesar da tentativa de superar esta limitação através da adoção da notação mista, do uso de diferentes símbolos nas subdivisões, e das inúmeras divisões analíticas dos esquemas auxiliares.

Além destes, existem ainda muitos outros sistemas de classificação universais que foram sendo desenvolvidos ao longo do século XX, como, por exemplo, a Classificação Expansiva de Cutter (1891-1903), a Classificação da Universidade de Princeton (1901), a Classificação de Assunto de Brown (1906), a Bibliographic Classification de Bliss (1935) e a Rider International Classification (1961). Só na Alemanha, conforme Umlauf (1999), já foram desenvolvidos mais de seis sistemas de classificação universais, dentre eles a Systematik der Stadtbibliothek Duisburg - SSD (1987), a Klassifikation für Allgemeinbibliotheken - KAB (1978) e a Regensburger Verbundklassifikation - RVK (1964). Alguns destes sistemas de classificação foram adaptados por algumas das bibliotecas, recebendo certas modificações. Além dos sistemas de classificação universais, também foram criados vários esquemas especializados de classificação que foram criados ou adotados por bibliotecas possuidoras de coleções especializadas.

Porém, como aponta Kaula (op. cit.) o crescimento exponencial do universo de assuntos e a taxa de proliferação de matérias interdisciplinares criou um grande problema para a classificação bibliográfica, pois os esquemas de classificação eram estáticos e limitados em relação às exigências de um universo de assuntos dinâmico e multidimensional. O bibliotecário e matemático indiano Ranganathan, a quem é atribuído o maior avanço sobre a classificação enumerativa, percebeu a necessidade de uma teoria dinâmica de classificação para fazer frente a um universo de assuntos que se tornava cada vez mais dinâmico.

A Classificação dos Dois Pontos, ou *Colon Classification* (CC), publicada em 1933 por Ranganathan, foi o primeiro esquema a empregar amplamente o princípio analítico-sintético. Este é o princípio subjacente à classificação facetada, através do qual os esquemas são construídos indutivamente a partir de certos conceitos fundamentais, os quais podem ser combinados de diferentes maneiras para formar um conjunto sintetizado. Assim, os menores itens de informação de um campo do conhecimento são agrupados segundo alguma semelhança, formando as categorias fundamentais para o assunto, que são: Personalidade, Matéria, Energia, Espaço e Tempo – PMEST. Ou seja, conceitos fundamentais são formados pela análise e arranjados em facetas e categorias.

Esta análise em facetas coordena conceitos de forma que um assunto, por mais complexo que seja, possa ser representado pela síntese facetada, cada uma indicando conceitos diferentes. Essa análise reúne os termos derivados de um assunto em dois grandes grupos: facetas e sub-facetadas. Desta forma, os sistemas facetados, também chamados analítico-sintéticos, deixam ao classificador a tarefa de combinar os símbolos para apresentar os assuntos compostos e complexos.

Essa nova técnica permitiu maior flexibilidade aos sistemas por não prendê-los a uma hierarquia fixa de divisão, permitindo uma análise multidimensional dos assuntos, mais adequada à análise e classificação de temas interdisciplinares ou transdisciplinares, que dificilmente se encaixariam em uma das dez classes de Dewey, ou em qualquer outro esquema desenvolvido sob os princípios da divisão científica do conhecimento estabelecida por Bacon, podendo ainda ser aplicada na elaboração de qualquer tipo de vocabulário controlado. (TRISTAO; FACHIN; ALARCON, 2008, p.167).

A Teoria da Classificação de Ranganathan deu novos rumos aos estudos teóricos das classificações bibliográficas e resolveu o problema da classificação de assuntos de conceitos multidimensionais, tendo servido de base para a criação de diversos sistemas bibliográficos e tesouros de áreas específicas desde sua publicação (CAMPOS & GOMES; 2008, GOMES & MOTA; 2008, MIRANDA, 2007; MURAKAMI, 2005; TRISTAO; FACHIN; ALARCON, 2008). A própria CDU, por influência das idéias de Ranganathan, acabou incorporando à sua estrutura os sistemas poli-hierárquicos e multifacetados, como assegura a própria FID, quando afirma que a CDU é o resultado de um projeto que visava a transformar uma classificação enumerativa numa classificação facetada (SILVA, 2004).

Quanto às funções das classificações bibliográficas, alguns autores apontam a recuperação da informação como uma delas. Porém, a maioria sustenta que a classificação bibliográfica está intimamente relacionada à organização das coleções. Barbosa (1969, p. 16), por exemplo, define classificação bibliográfica como o processo de reunir os livros em grupos segundo os assuntos que abordam, enquadrando-os em um sistema pré-estabelecido, e dando-lhe uma localização certa na coleção. Seguindo esta mesma linha, Gigante (1995) afirma que as classificações bibliográficas são um bom instrumento de trabalho para o bibliotecário na organização do acervo de uma biblioteca, uma vez que a sua macro-organização lógico-hierárquica faz com que os documentos sejam alocados obedecendo às diversas áreas de assuntos existentes e classificáveis por suas tabelas. Da mesma forma, para Cintra e outros (2002, p. 44), as classificações bibliográficas foram construídas visando, principalmente, à organização dos documentos nas estantes, a partir da identificação dos assuntos tratados nos documentos com classes genéricas de assuntos tradicionalmente reconhecidos. Em vista disto, estes esquemas de classificação são hierárquicos e enumerativos e o trabalho do indexador é encaixar o item em um “nicho” correto dentro de um grande esquema.

Portanto, as classificações bibliográficas não são os instrumentos mais adequados para a recuperação de informação. São, primordialmente, instrumentos de arranjo de coleções de documentos, elaborados com o objetivo de organizar os acervos de bibliotecas e facilitar o acesso dos usuários à informação contida nesses acervos. (GIGANTE, 1995). Como afirma Batista (2004), “esperar desses instrumentos a capacidade de representar o conteúdo informacional de documentos para fins de recuperação da informação revela uma falha de concepção.” A razão disso, segundo a autora, é que apenas as relações genéricas (entre o gênero e suas espécies), partitivas (entre o todo e suas partes), e de coordenação (entre membros de uma mesma série) são visíveis nas estruturas classificatórias, ficando excluídas outras relações de natureza associativa, muito importantes quando no que refere à recuperação da informação.

A principal função da linguagem simbólica é, pois, a ordenação física dos documentos, em ordem de classes de assuntos. Até porque, como só podem atribuir um endereço a cada documento, os esquemas de classificação acabam tendendo à generalização do conteúdo temático dos documentos, não detalhando a informação contida em cada um deles, e representando-os apenas pelo assunto principal de que tratam, ou por

notação de nível hierárquico superior/genérico que engloba séries de conceitos pertencentes a uma mesma hierarquia.

Isto não diminui a importância dos sistemas bibliográficos de classificação para as unidades e os sistemas de informação, uma vez que, por sua inquestionável eficiência no arranjo das coleções de documentos de qualquer natureza e em qualquer tipo de suporte, esses esquemas cumprem a inestimável função de organizar os registros do conhecimento e o próprio conhecimento humano, possibilitando a sua localização dentro do acervo e, em última instância, a sua recuperação.

4.1.3.2 Cabeçalho de Assunto

Os catálogos por assunto, também denominados catálogos-dicionário e catálogos alfabéticos, existem desde 1650 (Shawa, 1998). Contudo, regras e princípios claros para a construção de catálogos alfabéticos só foram definidos em 1876 por Charles A. Cutter, quando este publicou as suas *Rules for a Printed Dictionary Catalog*.

Em suas *Rules*, Cutter destacou a necessidade da criação de uma linguagem universal para a representação de assuntos, uma vez que, um dos objetivos do catálogo de uma biblioteca é mostrar o que a biblioteca possui sobre determinado assunto. Sem uma linguagem universal para a representação de assuntos não há uniformidade e, portanto, itens sobre o mesmo assunto acabam ficando espalhados por diferentes partes do catálogo, dificultando, ou impossibilitando, a localização de todos eles. Daí, segundo Cutter, a necessidade de se estabelecer uma linguagem universal, padronizada, o que somente poderia ser atingido com o estabelecimento de cabeçalhos de assunto autorizados, os quais evitariam a confusão criada por sinônimos, quase sinônimos, e outras inconsistências da língua, durante a indexação dos documentos (OLSON, 2003). Em virtude dessas considerações, listas de cabeçalhos de assunto foram concebidas visando instrumentalizar a indexação de assuntos de documentos, com o objetivo padronizar as entradas de assunto de catálogos ou índices de bibliotecas.

Estas listas, segundo Cutter, deveriam ser organizadas de forma a estabelecer as

relações de equivalência através de uma rede de referências que reuniam os sinônimos ou palavras tratadas como sinônimos. Além desse tipo de relação, Cutter ainda concebeu, para arranjar as entradas de assunto, uma rede com uma estrutura hierárquica unida por referências cruzadas, de modo a permitir que aquelas que mantivessem relações entre si fossem facilmente encontradas. Esta rede de referências cruzadas serviria para unir assuntos que são tratados como diferentes, mas que possuem alguma relação entre si. O resultado seria a criação de uma linguagem altamente estruturada, privilegiando as relações hierárquicas em detrimento de outros tipos de relações, uma vez institui o conceito de especificidade tanto no vocabulário quanto na aplicação da entrada específica (op. cit.).

Em 1898, a Biblioteca do Congresso Americano – *Library of Congress* ou LC - foi transferida para o seu prédio atual. A mudança de local, associada ao crescimento da coleção e intensificação da pressão para se organizar os materiais de forma sistemática, acabaram levando a uma nova forma de organização das coleções. Além da criação de um sistema próprio de classificação, a LCC, também foi adotada a forma de dicionário para o seu catálogo principal. Isto porque, na ocasião, as *Rules for a Dictionary Catalog de Cutter* já estavam em sua 3ª edição e a organização dos catálogos em forma de dicionário já vinha se tornando a forma predominante de arranjo de catálogos nas bibliotecas americanas. Como observa Batista (2008), o reconhecimento das limitações estruturais das tabelas de classificação, bem como o fato da classificação fazer uso de notações para representação de assuntos, acabou impulsionando a criação de instrumentos verbais de representação da informação, bem mais acessíveis aos usuários em geral, para serem utilizados de forma complementar aos sistemas de classificação bibliográfica.

Uma lista de cabeçalhos foi então iniciada com a adoção das *Cutter's Rules for a Printed Dictionary Catalog*, visando à criação de um novo catálogo dicionário para LC, o qual integrava entradas por autor, título e assunto arranjadas alfabeticamente. Este sistema alfabético de cabeçalhos de assunto, que ficou conhecido como *Library of Congress Subject Headings*, ou LCSH, foi originalmente criado para ser uma ferramenta para a catalogação de assuntos para uso exclusivo da própria Biblioteca do Congresso. O desenvolvimento inicial das listas de cabeçalho de assunto, por este motivo, estava baseado na própria coleção da Biblioteca do Congresso e o foco eram seus próprios usuários. Portanto, a LCSH não tinha o objetivo de ser uma lista compreensiva, já que não havia sido criada com a intenção de ser utilizada por outras bibliotecas (CHAN, 1999). Porém, por ser

uma inovação em matéria de catálogos de bibliotecas, ela acabou tornando-se o instrumento padrão para a catalogação e indexação de assuntos em inúmeras bibliotecas públicas americanas e, também, de outras partes do mundo, onde as LCSH foram traduzidas ou adaptadas, como na Bélgica, Canadá, França, México, Portugal e Brasil, entre outros. A partir de então, muitas outras listas de cabeçalhos de assunto (LCA) foram criadas mundo a fora com base na LCSH.

As listas de cabeçalhos de assunto em geral são formadas por cabeçalhos de assunto, que são palavras-chave ou conjuntos de palavras-chave retiradas do vocabulário livre (VAN DER LAAN, 2006, p.37), organizadas em uma determinada sequência, segundo uma ordem de prioridade. Essa ordem é determinada a partir da importância que os conceitos representam para os usuários e deve ser apresentada também de forma invertida para facilitar a busca do usuário.

Apesar de retirados do vocabulário livre, a formação dos cabeçalhos de assunto não é aleatória, sendo necessária a utilização de regras pré-definidas, para que sejam adotados cabeçalhos segundo critérios a serem seguidos em todo o sistema como, por exemplo, uso de singular ou de plural, uso de siglas ou acrônimos, a ordem de citação dos termos a ser utilizada, entre outros (NAVES, 2004).

Um aspecto em comum entre os sistemas de classificação decimal e as LCA é a possibilidade de incluírem tabelas de subdivisões como, subdivisões geográficas, por tópicos, por período, de forma, entre outras. Originalmente, porém, o catálogo-dicionário conforme foi concebido por Cutter, não deveria ter subdivisões, exceto nos casos em que a entrada fosse nome de um lugar (cidade, país, etc). Estas subdivisões, contudo, acabaram se mostrando necessárias uma vez que, inicialmente, as listas alfabéticas de cabeçalhos de assunto não eram baseadas em uma análise facetada dos assuntos (GILCHRIST, 1971, p. 2). Conforme explicam Gomes e Marinho (1984, p. 4), as subdivisões acabam se impondo porque se estava lidando “[...] com assuntos complexos em que um elemento deve ter precedência sobre o outro na organização do catálogo.”

Os tipos e quantidades de subdivisões variam. A LC, por exemplo, reconhece quatro tipos de subdivisões (DRABENSTOTT, 1998), enquanto a Lista compilada por Rovira e Aguayo (1967) inclui apenas três tabelas de subdivisões que devem ser usadas

sob as entradas. Dentre as mais usuais, a subdivisão por tópicos, por exemplo, se impõe nas LCA pela frequente necessidade do catalogador de relacionar dois tópicos de diferentes áreas do conhecimento ou de diferentes categorias. A subdivisão por local, ou geográfica, por sua vez, é empregada sempre que o assunto tratado se limita a uma área geográfica ou política específica, ou quando este assunto possui uma conotação geográfica. A subdivisão por período, ou tempo, é utilizada sob cabeçalhos que abordam a história de um lugar ou assunto. Já a subdivisão de forma descreve o modo como um tópico é tratado. (O’NAIL, 2001).

Segundo Rovira e Aguayo (1961, p. xiii), as listas de cabeçalho de assunto são um instrumento de trabalho do catalogador, utilizadas para sistematizar a determinação do assunto de que trata a obra, no sentido de evitar que se designem cabeçalhos diferentes a obras que tratem do mesmo tema. Servem, também, segundo os autores, para o estabelecimento de uma rede de referências cruzadas que ajudem o leitor a encontrar o assunto específico que busca. Esta rede de remissivas e referências visa a orientar o usuário na localização de material bibliográfico de seu interesse. Esta rede se estabelece através de remissivas “VER” e “VER TAMBÉM”.

As remissivas “VER” são feitas para termos sinônimos ou para termos que expressam a mesma idéia de outra forma, com uma construção gramatical distinta daquela escolhida como entrada. Estas remissivas servem para remeter às entradas autorizadas.

A remissiva “VER TAMBÉM” indica assuntos relacionados, ou que expressem idéias que podem ter estreita relação com a entrada acessada. Serve para mostrar a ligação entre diferentes conceitos, uma vez que, como explicam Gomes e Marinho (1984, p. 2), o catálogo-dicionário, devido a sua organização puramente alfabética, “[...] não reúne assuntos que mantêm estreitas relações e que comumente são estudados juntos.” Os autores ainda ponderam que este instrumento apresenta a possibilidade de se ter acesso ao catálogo em qualquer nível de especificidade desejada e não de forma indireta, via classe, como ocorre no caso das tabelas de classificação tradicionais.

As LCA podem conter, ainda, Notas Explicativas sobre o significado e conteúdo de alguns cabeçalhos, quando forem necessárias maiores explicações para a correta compreensão e aplicação da entrada.

Cumpra salientar que algumas listas de cabeçalhos de assunto, como a *Lista de Encabezamientos de Matéria para Bibliotecas* de Carmem Rovira e Jorge Agauyo, assim como a LCSH da LC, ou a *Sears List of Subject Headings*, no momento em que são publicadas, passam a ser utilizadas como instrumento de controle de vocabulário por muitas bibliotecas. Conforme Tôres (2006, p. 1), a prática desenvolvida na LC de elaboração de catálogos alfabéticos de assunto tem sedimentado o uso de cabeçalho de assunto na formação das entradas desse tipo de catálogo em bibliotecas do mundo todo.

Contudo, assim como os esquemas de classificação, as listas de cabeçalhos de assunto também têm sido sujeitas a falhas de concepção. Segundo Batista (2008), elas não funcionam como chaves de acesso ao arranjo classificado e também seguem a mesma tendência generalizante das tabelas de classificação, o que as impede de atingir um nível desejável de especificidade na representação do conteúdo temático dos documentos, tornando-as limitadas para a representação/recuperação da informação.

Existem, também, muitas críticas em relação à existência de inconsistências internas, estabelecimento confuso de relações entre os termos, sintaxe ilógica, com inversões constantes entre os termos, problemas com a recuperação de assuntos específicos, e ao fato de serem mais adequadas ao sistema manual do que ao sistema eletrônico. Porém, apesar de todas as deficiências estruturais que possuem, algumas LCA têm demonstrado grande versatilidade e, desde que a análise em facetas foi proposta por Ranganathan, muitas delas vêm paulatinamente migrando para a estrutura de tesauro.

Um exemplo é a LCSH. Quando esta ganhou uma versão eletrônica, o Formato USMARC não permitia uma diferenciação apropriada entre os cabeçalhos tópicos e os cabeçalhos para subdivisões de forma. Posteriormente, porém, novos mecanismos foram desenvolvidos, já sendo possível, através de codificação específica, distinguir-se claramente entre cabeçalhos tópicos, sub-cabeçalhos e subdivisão de forma, o que, certamente, tem contribuído para aprimorar os princípios de facetação da LCSH. Atualmente, a versão eletrônica possui, não apenas acesso para os cabeçalhos principais, mas para várias combinações de sub-cabeçalhos e subdivisões de forma e, também, para subdivisões flutuantes – *free-floating subdivisions* – instituídas a partir de 1974 (CHAN, 1999). Em virtude destes aperfeiçoamentos, a lista de cabeçalhos de assunto da LC continua servindo de referência para inúmeras bibliotecas no mundo todo.

Após o surgimento da LCSH, muitas outras LCA foram criadas, servindo como instrumento complementar aos sistemas de classificação bibliográfica. Inicialmente, elas tinham como objetivo apenas padronizar as entradas de assunto de catálogos ou índices (NOVELLINO, 1996). Com o tempo, os sistemas de indexação evoluíram de forma muito significativa e foram se tornando cada vez mais sofisticados, na tentativa de melhor representar o conteúdo intelectual dos documentos, frente a necessidades cada vez mais complexas e diversificadas de recuperação de informação. Graças a essa evolução, muitas LCA acabaram evoluindo para linguagens representacionais de busca, visando cada vez mais a obtenção de contextualização e especificidade controladas, como é o caso, por exemplo, da Lista de Cabeçalhos de Assuntos Médicos (*Medical Subject Headings - MeSH*) da Biblioteca Nacional de Medicina dos EUA (*U.S. National Library of Medicine*), cujo conteúdo abrange várias áreas dentro das ciências da saúde, e a qual serve tanto como ferramenta de indexação quanto de catalogação para a literatura da área médica.

Portanto, da mesma forma que os sistemas de classificação bibliográfica, as LCA também acabaram sendo influenciadas pela classificação facetada de Ranganathan. Além disso, elas ainda receberam contribuições importantes da Teoria do Conceito de Dalhberg e, mais recentemente, foram bastante influenciadas pelas mudanças nas tecnologias da comunicação e da informação ocorridas no século XX.

Frente às novas possibilidades e desafios, e ante a pressão das novas necessidades que se colocam no mundo atual no campo da recuperação da informação, as LCA têm evoluído para a forma de tesouro, que é atualmente considerado um instrumento mais completo e eficaz para o tratamento e recuperação da informação. Os tesouros representam um avanço em relação aos cabeçalhos de assunto, pois são bem mais sofisticados que aqueles, apresentando um controle mais eficaz dos termos e vários tipos de relações entre os conceitos. Além das relações hierárquicas e de equivalência, eles ainda evidenciam as relações de associação. Com isto, a rede de relacionamentos entre aqueles termos que não fazem parte de uma mesma hierarquia se torna mais rica e sofisticada, o que vai refletir tanto nas estratégias de formulação da pesquisa quanto nos resultados da busca por informação a partir de um dos termos do tesouro.

Prova da superioridade do tesouro no que se refere à indexação e à recuperação da informação é que técnicas e ferramentas de mineração de textos que estão em estudo na

inteligência artificial e na linguística computacional vêm utilizando tesouros como instrumentos para extração automática de informações a partir de conjuntos de textos (corpus), que resultam em uma série de aplicações, tais como a indexação automática, a tradução automática interlíngua, a sumarização de textos, entre outros (COLEPÍCOLO et al., 2006). Assim que, em virtude de sua superioridade, o tesouro é atualmente o instrumento terminológico mais adequado à pesquisa científica que envolva a indexação, busca e recuperação de informação.

4.1.3.3 Tesouro

Os tesouros são instrumentos de indexação que apresentam a estrutura de conceitos de um domínio específico do conhecimento, apresentando relações lógicas, nas quais se estabelece uma relação de superordenação e subordinação entre os conceitos (relação gênero/espécie, relações por coordenação, relações partitivas e relações exemplares); relações ontológicas, ou associativas, que são relações indiretas entre os conceitos (relações por coordenação, relações por encadeamento e relações sequenciais); e relações de equivalência entre os conceitos, quando um mesmo conceito é representado por mais de uma denominação (VAN DER LAAN, 2002, p.38-41). Estas relações formam uma rede de informação ao mesmo tempo íntegra e flexível ideal para indexação e busca de informação.

Os tesouros modernos, conforme Batista (2004, p.3), surgem a partir da percepção das limitações das tabelas de classificação enquanto instrumentos de recuperação da informação, especialmente nos sistemas automáticos de busca, e serão gradualmente aperfeiçoados a partir da segunda metade do século XX.

Em virtude de suas características, os tesouros vêm ganhando cada vez mais espaço como instrumento de indexação e classificação de informação em substituição a outras formas de vocabulários controlados, como os cabeçalhos de assunto. A sua importância atualmente se fundamenta no seu potencial de auxílio ao usuário da informação em encontrar documentos de acordo com suas necessidades ou expectativas, pois nele a riqueza dos relacionamentos associativos e lógicos é representada de tal forma que torna possível aos usuários expressarem suas necessidades de informação de modo a limitar sua

pesquisa a um nível de especificidade mais restrito ou mais amplo do que aquele usado pelo indexador, contribuindo, assim, para aprimorar os resultados de suas buscas.

4.1.3.3.1 Histórico do desenvolvimento dos tesouros

A palavra *thesaurus* vem do grego e significa repositório ou tesouro. Segundo Gilchrist (1971), apenas no século 16 o termo começou a ser usado como sinônimo para dicionário, enciclopédia ou similar, significando um estoque, tesouro de palavras, ou repositório do conhecimento. Posteriormente, o termo caiu em desuso até que, em 1852, Peter Mark Roget o ressuscitou usando-o como título de seu dicionário de sinônimos, o *Thesaurus of English Words and Phrases*, descrito como uma coleção de palavras organizadas não em ordem alfabética, como nos dicionários, mas de acordo com as idéias que elas expressam. O objetivo era possibilitar ao usuário encontrar, dentre as palavras nele listadas, aquela que expressasse mais apropriadamente a idéia ou conceito desejado.

Somente cem anos depois, a palavra *thesaurus* começa a ser empregada para designar uma lista de palavras com o objetivo de determinar o uso de apenas um dentre os termos sinônimos (um “descriptor”) para cada conceito. Em 1950, Hans Peter Luhn, do *Research Center* da IBM nos Estados Unidos, foi o primeiro a utilizar o termo *thesaurus* para denominar seu sistema de palavras autorizadas com uma estrutura de referências cruzadas (FOSKETT, 1985, p. 270 apud CAMPOS; GOMES, 2006)². Contudo, até o final da década de 50, os tesouros ainda estavam ligados à unidade linguística e eram estruturados puramente em ordem alfabética, sendo incapazes de representar bem as relações úteis entre os termos (CAMPOS, 1995, p.2). Com o tempo, porém, percebeu-se que algumas idéias precisavam ser representadas por grupos de palavras, e que seria necessário o controle de termos/conceitos que representassem unidades de conhecimento (GOMES, 2006).

² FOSKETT, D. *Thesaurus. Subject and information analysis*. New York: M. Dekker, 1985. p. 270-316. apud CAMPOS Maria Luiza A.; GOMES, Hagar Espanha. Metodologia de elaboração de tesouro conceitual: a categorização como princípio norteador. **Perspecticas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v.11 n.3, set./dez. 2006.

No ano de 1957, o termo *thesaurus* foi usado pela primeira vez no contexto de sistemas de recuperação da informação no campo da Biblioteconomia por Helen Brownson, da *American National Science Foundation*. Em seu trabalho, ela sugeriu que a solução para se obter um sistema de busca automático em larga escala e economicamente viável seria a construção de um tesouro baseado na tradução do vocabulário livre para uma linguagem controlada, com os conceitos organizados em redes (GILCHRIST, 1971). A partir de então, muita ênfase passou a ser colocada na rede de relações entre os conceitos, que se tornaria o elemento estrutural básico do tesouro, distinguindo-o dos outros tipos de linguagens controladas de indexação (HUDON, 2003, p. 115). Com este novo enfoque, os tesouros foram sendo sistematicamente aperfeiçoados durante os anos seguintes.

Segundo Murakami (2005), o primeiro tesouro documentário moderno, ou seja, que incluía a rede de relações entre os conceitos, surgiu em 1959, tendo sido desenvolvido pelos indexadores do *E.I. Dupont de Nemours Engineering Department* durante um período de 15 anos, “[...] sob combinadas pressões de crescimento rápido, conjunto de novas áreas de assuntos e coleções, de novos modelos no uso da informação e expansão de aplicações de armazenamento, processamento e recuperação da informação em computadores.” (op. cit., p.16). O grupo que desenvolveu este primeiro tesouro, liderado por Charles Bernier e Calvin Mooers, defendeu a integração de relacionamentos nos tesouros e o valor do controle terminológico e da estrutura conceitual, dando muita ênfase a essa estrutura. Entretanto, este tesouro não chegou a ser publicado e era usado mais de modo sugestivo do que prescritivo pelos indexadores.

Entre o final dos anos de 1960 e início dos anos 70, alguns autores iniciam um trabalho de integração entre vocabulário e esquema de classificação. Neste contexto, duas teorias acabam se conjugando para permitir o desenvolvimento de linguagens de indexação/recuperação que resolvessem problemas de ambiguidades semânticas e léxicas e que fossem, ainda, capazes de determinar relações entre conceitos que facilitassem a indexação e a construção de estratégias de busca. Uma delas foi a Teoria da Classificação Facetada de Ranganathan, que ganhou espaço ao embasar a construção de tesouros sistemáticos, os quais possibilitam ao leitor encontrar de forma mais fácil os termos mais adequados para a representação de suas idéias. A outra foi a Teoria do Conceito de Dahlberg, que apresentou os princípios que auxiliaram na determinação do conceito e de suas relações. Desta forma, os tesouros vão aos poucos se desenvolvendo como uma

linguagem que espelha as diferentes relações que existem entre os conceitos.

A Teoria do Conceito, desenvolvida por Dahlberg nos anos 70, aproveitou os princípios terminológicos da Teoria Geral da Terminologia (TGT) de Wüster³ e os princípios de classificação da Teoria da Classificação Facetada de Ranganathan, trazendo importantes contribuições para o desenvolvimento dos tesauros, por possibilitar uma base mais sólida para a determinação e o entendimento do que é conceito para fins de representação/recuperação da informação (CAMPOS; GOMES, 2005). Os princípios desenvolvidos por Dahlberg em sua Teoria do Conceito possibilitaram um maior nível de coerência e consistência entre as unidades conceituais.

Dahlberg também evidenciou a ligação entre a Teoria do Conceito e a Teoria da Classificação e, posteriormente, utilizou a Teoria do Conceito no campo das linguagens documentárias de abordagem verbal para a elaboração de Tesauros. Por tratar-se de um método para fixação do conteúdo do conceito e para a determinação do seu posicionamento em um sistema de conceitos, a Teoria do Conceito de Dahlberg tem sido largamente utilizada no desenvolvimento de sistemas para a organização do conhecimento. Seus princípios embasam diferentes tipos de relacionamentos entre conceitos, como relacionamento lógico (genérico/específico, analítico, de oposição), relacionamento ontológico (partitivo, de sucessão, material/produto) e relacionamento de efeito (causalidade, instrumental, descendência, genealógica, estágios da substância, antogênica). (GOMES, 1996 apud Tristão; FACHIN; ALARCON, 2004, p.169)⁴. Em vista disso, a Teoria do Conceito de Dahlberg tem auxiliado na determinação do conceito e suas relações tanto para a elaboração de tesauros, quanto para a elaboração de tabelas de classificação.

Assim que, as limitações do arranjo alfabético levaram à utilização da análise

³ Na década de 30, o engenheiro austríaco Eugene Wüster elabora a Teoria Geral da Terminologia, onde a terminologia se ocupa dos conceitos de uma língua técnica ou língua especial, os quais se relacionam entre si, formando um sistema de conceitos. Wüster observou a semelhança das tarefas realizadas na elaboração de um tesouro e na normalização terminológica em geral e recomendou maior aproximação entre documentalistas e terminólogos. (CAMPOS, 2001)

⁴ GOMES, Hagar Espanha. A organização do conhecimento diante das novas tecnologias da informação. In: SIMPÓSIO: ESTADO ATUAL E PERSPECTIVAS DA CDU 1996. Brasília, *Anais...* Brasília: IBICT, 1996, p. 54-57. apud Tristão; Fachin; Alarcon, Orestes Estevam. Sistema de classificação facetada e tesauros: instrumentos para organização do conhecimento. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 33, n. 2, p. 161-171, maio/ago. 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ci/v33n2/a17v33n2.pdf> Acesso em: 08 abr. 2008.

facetada tanto na construção de tesouros quanto de tabelas de classificação, sendo que estes instrumentos logo passaram a ser utilizados conjuntamente. O primeiro tesouro a integrar vocabulário e esquema de classificação foi criado em 1969 por Jean Aitchison, integrante do *British Classification Research Group - CRG*, que tomou com base a Teoria do Conceito e a Teoria da Classificação Facetada para desenvolver o *Thesaurofacet: a thesaurus and faceted classification for Engineering and related subject*. A novidade deste tesouro é que ele continha uma parte com uma apresentação sistemática, apresentando soluções linguísticas (fatoração) para as questões que envolviam o termo.

O *Thesaurofacet*, conforme Campos (op. cit., p. 3), foi um marco no desenvolvimento das linguagens documentárias pelo fato de ter sido o primeiro a implementar a integração da tabela de classificação com o tesouro. Conforme Aitchison (1970, p. 187 apud CAMPOS, 1995, p.3)⁵, este novo tipo de instrumento tem múltiplo uso, pois serve tanto para catálogos convencionais e organização nas estantes, como para a indexação coordenada e uso em sistemas computadorizados.

Portanto, a combinação dos princípios de diferentes teorias desenvolvidas no decorrer do século XX - Teoria da Classificação Facetada, Teoria Geral da Terminologia e Teoria do Conceito – acabou embasando tanto a formação das estruturas sistemáticas dos tesouros, como dos sistemas de classificação facetados, uma vez que aqueles princípios são constituídos por elementos que estão na base da formação de tais estruturas, quais sejam: os conceitos, as relações entre estes e a própria apresentação do sistema de conceitos. (CAMPOS, 1994 apud TRISTÃO; FACHIN; ALARCON, 2004)⁶

Graças à influência das teorias de Rangahathan e das experiências posteriores desenvolvidas pelo *Classification Research Group*, referentes à estruturação do

⁵ AITCHISON, Jean. The Thesaurofacet: multipurpose retrieval language tool. **Journal of Documentation**, v. 26, n. 3, p. 187-203, Sept. 1970. apud CAMPOS, Maria Luiza Almeida. Perspectivas para o estudo da área de representação da Informação. **Ciência da Informação**, v. 25, n. 2, 1995.

⁶ CAMPOS, M. L. A. **Em busca de Princípios comuns na área de representação da informação: uma comparação entre o Método de Classificação Facetada, o Método de Tesouro-Baseado-em-Conceito e a Teoria Geral da Terminologia**. Rio de Janeiro: UFRJ/IBICT. 1994. apud TRISTÃO; FACHIN; ALARCON. Sistema de classificação facetada e tesouros: instrumentos para organização do conhecimento. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 33, n. 2, p. 161-171, maio/ago. 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ci/v33n2/a17v33n2.pdf> Acesso em 08 abr. 2008.

conhecimento a partir da noção de "faceta", os tesouros passaram a apresentar uma organização lógico-hierárquica na qual os diferentes tipos de relações entre as unidades estão claramente apresentados, já que a noção de "faceta" privilegia determinados pontos de vista no arranjo dos domínios e subdomínios particulares, em função de objetivos específicos do sistema documentário em questão. Isto permite uma grande flexibilidade aos tesouros, pois é possível construir variadas hierarquias conforme as diferentes conjunções realizadas entre as palavras. Ou seja, irão existir tantos vértices - que equivalem às classes dos esquemas de classificação bibliográficas - quantos forem os aspectos escolhidos para organizar o domínio de especialidade. Graças a essa possibilidade, pode-se construir tantos tesouros quantos forem necessários para cada campo particular do conhecimento: "Cada um deles procurará organizar um dado universo nocional, de acordo com o ponto de vista que se imprime ao domínio, para responder a diferentes necessidades." (CINTRA e outros, 2002, p. 57). Em vista disso, em alguns autores, os vértices são denominados *Top Terms* e não constituem descritores, mas identificam as classes escolhidas para reunir os descritores.

Em relação à estrutura do tesouro, portanto, pode-se afirmar que esta já está bastante consolidada atualmente. Assim que, o tesouro possui um arranjo ao mesmo tempo alfabético (uma única sequência alfabética de descritores) e sistemático (com as categorias ou hierarquias de descritores, ordenados de acordo com seus significados e relacionamentos lógicos). Os descritores, ou seja, os termos que designam conceitos ou combinação de conceitos, estão apresentados na ordem natural. Eles podem ser assuntos, nomes próprios (pessoas, entidades, nomes de locais) abreviaturas, siglas, etc Os termos que são preteridos no vocabulário controlado, são chamados "não descritores", e constituem o vocabulário de abordagem. A análise das definições conceituais durante processo de construção de tesouros permite a identificação de casos de sinonímia e homonímia, bem como o estabelecimento das redes de relações genéricas (entre gêneros e espécies), relações partitivas (entre o todo e suas partes) e de coordenação (entre membros de uma mesma série).

Apesar de todos estes avanços, entretanto, observa-se ainda a existência de importantes deficiências na recuperação da informação dentro do atual modelo de acesso direto à informação através de redes de acesso remoto. Estas deficiências ocorrem devido à diferença entre a linguagem utilizada pelo usuário e aquela utilizada pelo sistema. Isto tem

levado alguns autores a questionarem a utilização da Teoria Geral da Terminologia como base para a construção de tesouros, pois, conforme Van der Laan (2002, p.3), estas deficiências "evidenciam a problemática do vocabulário utilizado para representar as informações em um SRI e a necessidade de uma nova abordagem para o seu estabelecimento, de modo a torná-lo mais eficiente e eficaz."

Van der Laan (op. cit.) crítica especialmente o princípio de univocidade - ou postulado de monorreferencialidade -, segundo o qual os termos devem ter um significado único, não ambíguo. De acordo com este princípio, os casos de polissemia devem ser eliminados e a sinonímia controlada. Como explica a autora, para a TGT os termos não pertencem ao léxico geral, ou seja, não estão sujeitos às normas da língua, e não pode haver polissemia, ou seja, cada conceito deve ser expresso por um único termo. Para a autora, esse ideal de univocidade é característico de uma visão tradicional cujo modelo norteador é prescritivo, impondo o termo que deverá ser usado. Van der Laan argumenta que a padronização terminológica especializada não é garantia de uma relação comunicativa bem sucedida, pois, em situações reais, observa-se, tanto no discurso oral, quanto na escrita dos especialistas, uma grande variação linguística dos termos, havendo "[...] uma multiplicidade de registros que mantém seu caráter especializado, mas apresentam características de unidades lexicais manifestadas em outras situações discursivas." (op.cit., p. 50).

Lara (2006), por sua vez, observa que, no mundo atual, onde predominam os processos de produção plural do conhecimento, a atividade documentária tem de observar as variantes cognitivas e não cognitivas de outros atores, as quais foram anteriormente execradas pelos ideais universalizantes que supunham uma essência substancialista constitutiva dos objetos e fenômenos e buscavam uma linguagem expurgada de impurezas e imperfeições. Este é o caso da TGT, que tem como objetivo uma linguagem unívoca, homogênea e universal, distinta da linguagem comum, concebendo os conceitos como constructos mentais anteriores e independentes da linguagem.

Lara (op. cit.) explica que a Terminologia clássica, ou TGT, cujos princípios serviram de base para a elaboração da Teoria do Conceito de Dahlberg nos anos 70, foi criada na década de 30 por Eugène Wüster. Este era ligado ao Círculo de Viena, de caráter positivista e universalista, e cujas metas eram a objetividade, a precisão na linguagem e a

comunicação inequívoca e sem ambiguidades sobre os temas especializados. Daí a TGT tratar os conceitos como anteriores à sua expressão na linguagem e, por consequência, o léxico dos sistemas conceituais como nomenclatura ou taxionomia.

A autora defende que a atividade documentária deva, não apenas, abandonar o modelo explicativo de referência única e delimitado *a priori* como, ao mesmo tempo, observar as variações de contexto e os diferentes públicos, antes esquecidos ou idealizados pelas unidades informacionais. Lara acredita que, face à existência de públicos distintos e das diversas possibilidades de interpretação, “[...] é razoável oferecer leques de opções para o acesso, utilizando as tecnologias não para conformar e submeter o usuário às suas regras, mas, na medida do possível, para permitir o exercício da criatividade.” (op.cit.).

Existem atualmente diversas propostas que recuperam o papel da linguagem como instrumento de comunicação, rechaçando as concepções que visam a delimitar os termos como construtos ideais e homogêneos, isentos de polissemia e de ambiguidade, a serviço preferencialmente da comunicação entre especialistas. Dentre as novas abordagens que consideram a centralidade da linguagem na comunicação, destaca-se aquela desenvolvida pela professora de Linguística e Terminologia da Universidade Pompeu Fabra de Barcelona, Maria Teresa Cabré.

Da mesma forma, Van der Laan (op. cit., p. 50-52) defende que a elaboração de tesouros deva estar embasada em uma nova abordagem metodológica, a qual dê ao descritor um tratamento de termo e leve em conta que os termos se manifestam no discurso especializado em uma situação discursiva real e não *in vitro*. Também para a autora a Teoria Comunicativa da Terminologia (TCT) desenvolvida por Maria Teresa Cabré é a mais adequada pra dar conta de toda essa complexidade. Van der Laan acredita que a TCT poderá servir de referência teórica para uma nova abordagem metodológica de elaboração de tesouros e destaca alguns princípios que Cabré (CABRÉ, 1999 apud VAN DER LAAN, op.cit., p.51)⁷ considera como pontos base para a sua TCT, quais sejam:

⁷ CABRÉ, M. T. **La terminología: representación y comunicación**. Elementos para una teoría de base comunicativa y otros artículos. Barcelona: IULA;Universitat Pompeu Fabra, 1999. apud VAN DER LAAN, R. **Tesauro e Terminologia: uma inter-relação lógica**. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2002. 262 f.: il. Tese (doutorado) - Instituto de Letras, Programa de Pós-Graduação em Letras, UFRGS, 2002. Disponível em: <<http://www.biblioteca.ufrgs.br/bibliotecadigital/2002-2/tese-bscsh-0339228.pdf>> Texto completo> Acesso em 22 ago. 2008.

- a) Princípio de que um termo é poliédrico, ou seja, tem uma dimensão linguística, uma cognitiva e uma social;
- b) princípio do caráter comunicativo da terminologia, ou seja, toda a unidade terminológica apresenta de alguma forma uma finalidade comunicativa;
- c) princípio sobre a variação, ou seja, todo o processo comunicativo comporta variações, explicitadas sob mais de uma maneira de denominar um conceito (sinonímia) ou situações de polissemia;
- d) condição de linguagem natural;
- e) condição de comunicação especializada; entre outros.

Segundo Lara (2006), esta nova vertente constitui-se na confluência entre a teoria do conhecimento, da comunicação e da linguagem e, ao questionar a autonomia da Terminologia em relação às teorias da linguagem, recupera a noção de termo como unidade de forma e conteúdo que, em determinadas condições discursivas, adquire valor especializado (CABRÉ, 2000, apud op.cit)⁸. Conforme explica Lara, a TCT atribui dimensão textual e discursiva à terminologia e propõe-se a ver os termos como unidades linguísticas, enfatizando a função da língua como instrumento de comunicação. Para Cabré, as unidades terminológicas fazem parte da linguagem natural e possuem um caráter poliédrico, ou seja, multifacetário, permitindo a associação de diferentes disciplinas. Além disso, desempenham diferentes funções, como cognitiva, social, comunicativa e linguística. Ou seja, a autora não considera os termos como entidades autônomas que formam um léxico especializado diferenciado. Os termos são unidades denominativo-conceituais que têm capacidade de referência desde que ativados em seu uso em contextos e situações determinados. Para a TCT, portanto, as unidades terminológicas, enquanto unidades linguísticas com valor especializado, admitem variação denominativa e conceitual, já que a função dos termos é dupla: representar e transferir o conhecimento especializado, tanto em graus e modos distintos, como em situações diversas.

⁸ CABRÉ, M.T. Terminologie et linguistique: la théorie des portes. **Terminologies Nouvelles**, n.21, p.10-15, 2000. apud LARA, M. L. G. Novas relações entre Terminologia e Ciência da Informação na perspectiva de um conceito contemporâneo da informação. **DataGramZero** - Revista de Ciência da Informação, v.7, n.4, ago. 2006. Disponível em: <http://www.dgz.org.br/ago06/Art_02.htm#Autor> Acesso em 05 out., 2008.

A visão de Cabré sobre terminologia difere bastante dos princípios da tradicional teoria da Terminologia, ou TGT. Enquanto essa observa as questões terminológicas fora do universo da linguagem, a nova teoria linguística da terminologia considera os termos como unidades cognitivas especiais que não existem fora da linguagem natural. Cabré baseia sua teoria no fato de que a comunicação especializada não é uniforme, mas, sim, diversificada e que essa diversidade advém das condições pragmáticas nas quais a terminologia é utilizada. A autora sustenta que a terminologia deve se adaptar à situação sociolinguística na qual ela é usada, responder a propósitos específicos e considerar a situação atual das línguas em seus aspectos socioculturais, psicológicos, políticos e lingüísticos. Essa nova teoria da terminologia busca dar conta da complexidade dos termos levando em consideração que o conhecimento não é homogêneo. A TGT possui uma perspectiva sociolinguística da terminologia, levando em consideração as relações entre linguagem e sociedade. Ou seja, nesta nova abordagem, a terminologia deve ser estudada nas situações naturais de comunicação e dentro de uma perspectiva social.

Esta é apenas uma das novas abordagens terminológicas que têm procurado refletir sobre as necessidades advindas das alterações no pensamento da ciência em geral, e sobre como enfrentar as restrições relativas aos seus fundamentos. As novas necessidades contemporâneas têm exigido que as proposições teórico-metodológicas da TGT, que forneceram as primeiras coordenadas do saber e das práticas em Terminologia, sejam submetidas à revisão. Esta revisão teórica da Terminologia, para Krieger e Bevilacqua (2005), deriva da proliferação dos termos técnico-científicos, da impossibilidade de se impor fronteiras rígidas entre léxico geral e especializado e do conseqüente aumento da complexidade na tarefa de reconhecimento das unidades terminológicas especializadas. Lara (2006), ainda acrescenta que o conhecimento atualmente se organiza de forma inter e multidisciplinar,

[...] passando a exigir práticas que reequacionem as formas de abordagem e tratamento das terminologias em dimensões mais amplas, em consonância com a epistemologia das ciências.

As novas abordagens e estudos terminológicos, portanto, propõem a valorização dos aspectos lingüísticos e comunicacionais dos termos técnico-científicos. Como

consequência, o léxico especializado passa a ser compreendido na sua dimensão de componente natural das línguas naturais, não imunes, portanto, aos efeitos do funcionamento da língua (Krieger; Bevilacqua, 2005). Este novo enfoque permite recuperar a função básica da língua, ou seja, a comunicação, deslocando a ênfase do caráter representacional da língua para o comunicativo.

Como já foi dito anteriormente, a apropriação das contribuições teóricas e metodológicas da Terminologia resultou no aperfeiçoamento das metodologias de construção de tesouros, uma vez que permitiram uma melhor compreensão dos conceitos, das relações entre os conceitos e da modelagem dos sistemas conceituais. Entretanto, a Terminologia clássica não responde às necessidades de tratar a heterogeneidade, a diversidade e a multiplicidade dos pontos de vista da produção, do uso e do consumo informacional.

Conforme Lara (2006), o trabalho documentário de organização da informação para a recuperação não alcançará seus objetivos se ficar restrito ao uso das referências da Terminologia clássica, principalmente quando tratar de universos que não constituem formalmente um domínio claramente delimitado ou que se encontram em transformação, caracterizando-se por inúmeras relações interdisciplinares. Ou então, quando tratar de solucionar problemas relativos ao enfrentamento de conjuntos de informações que têm graus menores de ordenação ou não são analisáveis a partir de parâmetros consensuais de organização.

Existe hoje a percepção de que o conhecimento não é dado, mas produto da interpretação, podendo haver uma multiplicidade de possibilidades de organização conceitual urdidas nos espaços de atuação ou nas comunidades. Um novo conceito de informação requer, portanto, que as relações com e entre as diferentes áreas se organizem supondo a negociação do sentido e que as formas de legitimação das referências conceituais funcionem como fundamentos para a comunicação.

Todas estas novas reflexões na área da Terminologia e da Biblioteconomia que foram impostas pelo desenvolvimento das ciências e das tecnologias de comunicação e informação começam, aos poucos, a se refletir nas metodologias de elaboração de tesouros documentais.

4.1.3.3.2 Definições

Mas, o que é exatamente o tesouro, que surge inicialmente como um mero repositório de palavras no século XVI e vai paulatinamente transformando-se em sofisticado instrumento de indexação e recuperação da informação? Começando por uma das primeiras definições surgidas após a consolidação da concepção de tesouro enquanto instrumento de indexação e recuperação da informação, podemos citar Gilchrist, para quem “um tesouro é uma lista lexical autorizada, sem notações, a qual difere de uma lista alfabética de cabeçalhos de assuntos pelo fato das unidades lexicais, sendo menores, serem mais propícias à indexação pós-coordenada.” (1971, p. 2). A razão por que este autor deixou de citar uma série de características muito importantes, que à época já haviam sido incorporadas a alguns tesouros, deve-se, possivelmente, ao fato de que estas novas características ainda não tivessem sido amplamente difundidas.

Quinze anos mais tarde, porém, o conjunto de relações que constitui a estrutura do tesouro já é amplamente reconhecido. Assim que Motta (1986, p.19) afirma que, além de constituírem um léxico, os tesouros ainda possuem um “sistema de regras pelo qual os termos no léxico são arranjados, através do inter-relacionamento de termos”.

Gomes (1990, p. 16), por sua vez, salienta a importância do conjunto de relações que constituem a estrutura do tesouro, e afirma que elas são fundamentais para que o tesouro possa cumprir sua função, pois permitem ao usuário, seja ele indexador ou consulente:

[...]encontrar o(s) termo(s) mais adequado(s), mesmo sem saber, de início, o nome específico para representar a idéia ou o conceito que ele procura. A partir de um termo que o usuário conhece, o tesouro, através de sua estrutura, mostra diversos outros que podem ser tão oportunos ou mais do que aquele que lhe veio à mente.

Portanto, vinte anos após o surgimento das inovações que ocorreram ao longo da década de 1960, estas parecem já estar bem consolidadas. Mais recentemente, Campos (2001, p. 57), ao definir o tesouro, ainda aponta que este apresenta uma estrutura relacional

de termos dispostos esquematicamente, através da qual se pode compreender conceitualmente um dado campo de conhecimento.

Batista (2004, p.3-4) lembra, por sua vez, que os tesouros utilizam o mesmo raciocínio existente nas estruturas classificatórias facetadas, onde são possíveis as polihierarquias, ou seja, os conceitos podem ser subordinados a mais do que um ponto na estrutura classificatória, a qual admite, ou reconhece, diferentes características de agrupamento ou critérios de subdivisão. Desta forma, os tesouros sistematizam conceitos, espelhando não apenas as relações hierárquicas, mas outros tipos de relações existentes entre estes. A autora pondera que, possivelmente, a principal característica dos tesouros seja a indicação de relações de associação entre conceitos de natureza não hierárquica, representadas pela instrução TA. Através das indicações das relações associativas, os tesouros apresentam uma alternativa à estrutura arbórea hierarquizante dos sistemas de classificação tradicionais na representação do conhecimento interdisciplinar, pois permitem que, além das relações genéricas e partitivas, outras relações, de natureza associativa, sejam também indicadas. Esta complexa rede de referências cruzadas entre termos faz com que o tesouro intermedie com maior eficácia a comunicação entre produtores e usuários de informação.

A definição apresentada por Naves (2004) é, talvez, a que melhor sintetiza o conjunto de características advindas dos aperfeiçoamentos implementados na estrutura do tesouro nos anos de 1960. Segundo a autora, tesouro é uma lista estruturada de conjuntos de termos associados, apresentados hierarquicamente, mostrando as categorias e as diferentes relações entre conceitos. Assim, cada termo é registrado como um conjunto, com termos relacionados, termos mais gerais e termos mais específicos.

A obra *Uso y enriquecimiento de tesouros* (1988, p.5 apud VAN DER LAAN, op. cit. p.21)⁹ sinaliza uma alteração importante na concepção do tesouro ao apontar que este é um vocabulário dinâmico. Seguindo esta linha, Gomes (1990, p.15 apud VAN DER

⁹ ROBLES, S. E. ; MARBAN, R. M., **Uso y Enriquecimiento de Tesouros**. Ciudad de Guatemala: OEA - ICAITI, 1988. apud VAN DER LAAN, **Tesouro e Terminologia: uma inter-relação lógica**. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul , 2002. 262 f. : il. Tese (doutorado) - Instituto de Letras, Programa de Pós-Graduação em Letras, UFRGS, 2002. Disponível em: <<http://www.biblioteca.ufrgs.br/bibliotecadigital/2002-2/tese-bscsh-0339228.pdf>> Texto completo> Acesso em 22 ago. 2008.

LAAN; 2002, p. 22)¹⁰ também afirma que um tesouro é um instrumento dinâmico e, portanto, “deve permitir o registro de novos termos gerados pelo avanço do conhecimento e/ou alterações de significados de termos já existentes.” Agora, porém, como destaca Van der Laan (loc. cit.), o conceito de dinâmico e a noção de atualização, até então vinculados ao desenvolvimento do conhecimento, ampliam-se, sinalizando a possibilidade de alterações de significados em termos já existentes, mesmo em se tratando de linguagens especializadas.

Van der Laan (op cit.), por sua vez, defende a elaboração de tesouros com base na TCT. A autora contrapõe-se ao princípio de univocidade, ou postulado de monorreferencialidade, o qual apregoa que os termos devem ter um significado único, não ambíguo, e que os casos de polissemia devem ser eliminados e a sinonímia controlada. Para a autora, este ideal é traço de uma visão tradicional da Terminologia clássica, o qual “[...] contrapõe-se à realidade do falante, mesmo no caso dos especialistas, que criam novas terminologias, ressignificam termos consagrados no seu domínio de conhecimento, constroem, muitas vezes, um dialeto tecnológico restrito a grupos específicos de pesquisa.” (op. cit. p. 25)

Apesar das inconsistências, os tesouros, desde sua consolidação, vêm cumprindo importantes funções nas unidades e sistemas de informação. Naves (2004) afirma que o tesouro é empregado por analistas da informação e indexadores para descrever um documento com a desejada especificidade na entrada dos pontos de acesso de assunto, com o objetivo de permitir aos pesquisadores a recuperação das informações procuradas. Batista (2004, p.4), por sua vez, acrescenta que os tesouros são instrumentos usados não apenas na indexação, mas, também quando na elaboração das estratégias de busca.

O tesouro é tradicionalmente definido como especializado, devendo ocupar-se de um assunto bem delimitado, ou seja, cobrir apenas áreas específicas do conhecimento (GOMES, 1996, p. 1). Entretanto, mais recentemente, muitas bases de dados de sistemas de informação universais vêm construindo e utilizando tesouros interdisciplinares, como é o caso do SWD da Deutsche National Bibliothek (Vocabulário Controlado da Biblioteca Nacional alemã) e da LCSH, cujas respectivas listas de cabeçalhos de assunto vêm

¹⁰ GOMES, H. E. **Manual de elaboração de tesouros monolíngües**. Brasília: PNBIES, 1990. apud idem.

migraram para a estrutura de tesouro.

4.1.3.3.3 As relações

A rede de relações é principal característica da estrutura do tesouro. Conforme Tristão; Fachin; Alarcon (2004, p 170), existem dois tipos de relações entre os conceitos: as relações lógicas e as relações ontológicas. Além das relações entre conceitos, os tesouros também estabelecem relações entre os códigos que representam os conceitos organizados em um tesouro, que são as relações de equivalência.

As relações lógicas ou abstratas são aquelas que se estabelecem entre os conceitos, baseadas nas semelhanças que existem entre os mesmos. Comparando-se os conceitos, obtêm-se dois tipos de relações: as relações de subordinação e as relações de coordenação (ou por combinação).

Nas relações lógicas de subordinação estabelece-se uma relação de superordenação e subordinação entre os conceitos de grande extensão e pequena intenção, mais genéricos, e conceitos de pequena extensão e grande intenção, mais específicos, formando uma cadeia por subordinação lógica, quando analisamos de forma descendente, ou por superordenação lógica, quando analisamos de forma ascendente (loc.cit).

Existem três tipos de relações de subordinação: as relações genéricas, as relações partitivas, ou seja, todo/parte, e relações exemplares. As relações de subordinação de tipo genéricas são as relações gênero/espécie. As relações de subordinação de tipo partitivas estabelecem a subordinação das partes com o todo. As relações de subordinação de tipo exemplar estabelecem-se entre um conceito mais geral e conceitos específicos que são um exemplo daquele e que podem ser importante para o estudo de um determinado domínio. A grande maioria dos tesouros, porém, identifica as relações de subordinação entre os conceitos de forma generalizante, através dos códigos TG (Termo Genérico ou Termo Geral) e TE (Termo Específico), sem fazer a distinção do tipo específico de relação de subordinação. Alguns tesouros, entretanto, utilizam os códigos TGP (Termo Genérico Partitivo) e TEP (Termo Específico Partitivo) para apresentar as relações hierárquicas do tipo todo/parte. (VAN DER LAAN , 2002):

Já as relações lógicas de coordenação são aquelas que se estabelecem entre conceitos diferentes entre si, mas pertencentes ao mesmo gênero, ou seja, quando dois conceitos de um mesmo gênero apresentam intenção comum, mas possuem alguma característica suplementar que os distingue entre si. Estas relações também se enquadram dentro das relações ontológicas, que são relações indiretas entre os conceitos, baseadas na sua contiguidade no espaço. Assim como as relações por coordenação, as relações ontológicas também podem ocorrer por encadeamento, baseadas em relações de causa e efeito, e por sequenciais (op. cit., p.40). Estas relações não são nem hierárquicas, nem de pertinência, nem de equivalência, mas, ainda assim, existem e são importantes para a recuperação da informação. Nos tesouros, essas relações aparecem como relações associativas, identificadas pelo código TR (Termo Relacionado) ou TA (Termo Associado).

Além das relações lógicas e das relações ontológicas, os tesouros apresentam também relações de equivalência entre os termos. Como explica Van der Laan (op. cit., p.41), as quarta citação corrida na sequência relações de equivalência são estabelecidas entre os códigos que representam os conceitos organizados em um tesouro com o objetivo de indicar que somente um deles pode ser utilizado como descritor autorizado. Elas ocorrem quando um mesmo conceito é representado por mais de uma denominação e servem para indicar as preferências de grafia, de uso de siglas ou acrônimos, do nível de linguagem, se científica ou popular, além de indicar relações semânticas. Como destacam Cintra e outros (2002, p. 46), as relações de equivalência constituem-se em uma chave de acesso ao sistema, uma vez que remetem o conjunto dos não-termos ou não-descritores para o conjunto de termos ou descritores, encaminhando o usuário, dessa forma, para os termos preferidos pelo sistema, permitindo a compatibilidade entre a linguagem do sistema e a do usuário. Este tipo de relacionamento é evidenciado pelas remissivas, indicadas nos tesouros pelas expressões USE (Use) e UP (Usado Para), que remetem do termo procurado para o termo autorizado como descritor. Notas de escopo (NE) também podem ser acrescentadas para solução de casos de ambiguidade semântica.

Conforme Colepícolo e outros (2006), com o auxílio das remissivas, é possível a diferentes usuários expressarem a mesma necessidades de informação usando termos diferente, por exemplo, sinônimos, abreviações, acrônimos etc. Dessa forma, o tesouro resolve estes problemas característicos do uso da linguagem natural, mapeando, por

exemplo, os termos que representem o mesmo conceito, selecionando um termo apenas como padrão e os restantes como sinônimos, além de estabelecer relações entre estes termos e outros a estes relacionados .

Van der Laan e Alvorcem (2007, p. 110), explicam que o controle do vocabulário permite que o indexador organize as informações de um mesmo tópico de conhecimento sob uma etiqueta única. Mas isso não significa que o usuário irá utilizar a mesma etiqueta para acessar essas informações. Daí a importância do estabelecimento de uma rede de remissivas, ou controle de autoridades, indicando qual termo deverá ser utilizado na busca de informação. Conforme as autoras, a relação que ocorre entre o usuário e uma base de dados é uma relação de comunicação e, nessa perspectiva, é fundamental que o código utilizado pelo emitente e pelo emissor seja o mais coincidente possível. Como o usuário não tem obrigação de saber a priori qual foi o termo escolhido como descritor autorizado, a interface entre o usuário e o sistema, e o bibliotecário e o sistema é facilitada e agilizada através do campo de autoridades, ou rede de remissivas, sendo esta uma ferramenta fundamental para a eficiência tanto em recuperação como no armazenamento de informação.

Em vista disto, como salienta Gomes (1996, p. 1), - e isto vale para qualquer LD - é fundamental que se identifique muito bem o público a quem o tesouro vai servir a fim de selecionar e nele incluir preferencialmente termos que representem a necessidade de informação do usuário, uma vez que, dependendo do público-alvo a que o tesouro se destina, o universo de conceitos abrangidos vai variar, assim como o seu grau de especificidade.

4.2 A LITERATURA INFANTIL E JUVENIL

As Literaturas Infantil e Juvenil são categorias bastante recentes da Literatura e, apesar da sua relevância no mundo editorial atual, não existe consenso de que sejam gêneros independentes. Não obstante, nas últimas décadas, elas vêm se firmando e ganhando cada vez mais público, espaço no mercado e a atenção de especialistas de diferentes áreas, como Psicologia, Pedagogia, Letras e, também, Biblioteconomia. O desenvolvimento das Literaturas Infantil e Juvenil a partir do século XX tem demandado análise e soluções técnicas dessas diferentes áreas do conhecimento.

4.2.1 Um breve histórico da Literatura Infantil e Juvenil

A matriz da Literatura Infantil, hoje conhecida como "clássica", encontra-se nos contos tradicionais que sobreviveram, ao longo da Idade Média, através da transmissão oral ditada por contadores de histórias, jograis e menestrelis, numa época de intensa vida comunitária e coletiva. Essas narrativas eram de caráter mágico ou fantasioso, como no caso dos Contos Maravilhosos, de fadas ou de encantamento, dos fabliaux, das fábulas e das lendas. Elas eram dirigidas a todas as pessoas, independentemente da faixa etária, até porque, na época, eram bastante tênues os limites entre a vida adulta e a infantil. Estas narrativas representavam um verdadeiro depósito do imaginário, das tradições e da visão de mundo, e sobreviviam ao longo de séculos, estando enraizados em antiquíssimas narrativas míticas. Juntamente com estas narrativas, diversas atividades expressivas e populares, como as adivinhas, rimas e jogos de palavras, acabaram compondo o patrimônio cultural do qual adviria a Literatura Infantil (AZEVEDO, 2007, artigo 07).

Foi apenas durante o século XVII, com as reformas culturais promovidas por Luís XIV (1648-1715), que a Literatura Infantil começou a constituir-se como gênero. Visando a consagração universal da França, o monarca encomendou ao escritor Charles Perrault (1628-1703) a compilação de histórias tradicionais francesas. Este recolheu e adaptou as lendas e narrativas afluídas da tradição e do folclore, como os Contos Maravilhosos do

Gato de Botas, da *Gata Borralheira*, de *Chapeuzinho Vermelho* e do *Pequeno Polegar*. O livro data de 1697, quando Perrault contava quase 70 anos, e recebeu o nome de *Histórias ou Contos do Tempo Passado com Moralidades*, mas também era chamado de *Contos da Velha* e *Contos da Cegonha*, ficando, afinal, conhecido como *Contos da Mamãe Gansa*.

Outro autor do período foi La Fontaine (1621-1695), que seguiu o estilo do fabulista grego Esopo, escrevendo ou reescrevendo fábulas, como *A Lebre e a Tartaruga* e *O Leão e o Rato*. Além destes autores, Mme. D'Aulnoy, pseudônimo da Condessa Maria Catarina Jumel de Berneville (falecida em 1705), pouco conhecida pelo público brasileiro, escreveu Contos de Fadas muito populares na Europa, como *O Delfim*, *A Ave Azul* e *A Bela dos Cabelos de Ouro*. Outra obra importante para a história da Literatura Infantil apareceu em 1704, quando o orientalista francês Antoine Galland tornou conhecido no Ocidente o livro *As mil e uma Noites*, coleção de Contos Maravilhosos provenientes de várias tradições, como egípcia, hindu, persa, siríaca e judaica, que foram sendo compilados e adaptados pelos árabes provavelmente entre os séculos XIII e XVI. Dentre estes, os contos mais famosos são *Aladim e a Lâmpada Maravilhosa*, *Ali-Babá e os Quarenta Ladrões* e *As Sete Viagens de Simbá, o Marinheiro*.

Foi a partir da obra destes autores que se inaugurou uma preocupação literária que evoluiu e se transformou lentamente ao longo do século XVIII, levando à constituição de um repertório temático do qual surgirá a Literatura Infantil. Apesar de terem caráter essencialmente fantástico, o público para o qual estas obras foram escritas não era formado por crianças, mas sim por adultos da aristocracia. Posteriormente, por não serem suficientemente realistas, passaram a ser considerados pela burguesia como livros pouco sérios e, portanto, mais apropriados à fase infantil da vida. Ademais, pelo fato da sua natureza fantasista e mágica atrair espontaneamente as crianças, essa literatura clássica francesa acabou se transformando em Literatura Infantil.

Esta transformação ocorreu no bojo das mudanças que se desencadearam na estrutura da sociedade no final do século XVIII, as quais também acabariam repercutindo no âmbito artístico e cultural. Com a ascensão da família burguesa, um novo "status" é concedido à infância na sociedade. Neste momento, a criança vai abandonar o papel tradicional de *adulto em miniatura*, passando a se constituir como sujeito social. É só a partir de então que a criança passa a ser considerada um ser diferente do adulto, com

necessidades e características próprias, devendo, por esta razão, distanciar-se da vida dos mais velhos e receber uma educação especial, que a preparasse para a vida adulta. Como consequência, ocorreu a reorganização da escola e, aos poucos, a escolarização converteu-se em atividade compulsória para a criança, e a frequência às salas de aula tornou-se seu destino natural (BIASIOLI, 2007). Neste momento, a escola passou a assumir o importante papel de introduzir aos jovens o hábito da leitura. Inserida neste processo, surgiu uma vertente de Literatura Infantil, que foi paulatinamente ganhando características próprias e convertendo-se em instrumento pedagógico (OLIVEIRA, 2005).

Ao examinar as possíveis origens da Literatura Infantil, Azevedo (2007, artigo 07) pondera que uma delas estaria no surgimento da escola burguesa. Segundo o autor, os livros para crianças publicados a partir dessa época, eram preparados especialmente com intuito pedagógico e utilizados como instrumento de apoio ao ensino. Como a escola costuma ser instrumento de transmissão dos valores vigentes, a consequência natural deste processo, foi que o didatismo e o conservadorismo passaram a ser considerados componentes estruturais da chamada literatura para crianças. Este didatismo irá acompanhar a história da Literatura Infantil a partir de então, inclusive moldando e adequando aquelas narrativas oriundas da outra vertente que lhe havia dado origem, ou seja, a cultura popular de tradição oral.

No início do século XIX, os irmãos Jacob e Wilhelm Grimm (entre 1785 e 1863), inseridos no contexto histórico alemão de resistência às conquistas napoleônicas, recolheram, diretamente da memória popular, antigas narrativas, lendas e sagas germânicas, conservadas pela tradição oral. Buscando encontrar as origens da realidade histórica germânica, os pesquisadores encontraram a fantasia, o fantástico e o mítico em temas comuns da época medieval.

A primeira edição desta compilação de histórias data de 1812 e tem o título de *Histórias das crianças e do lar*. A sétima edição (1957) já totalizava 181 narrativas. Algumas dessas histórias são de fundo europeu comum, tendo sido também recolhidas por Perrault na França no séc. XVII (OLIVEIRA, 2005). Dentre as histórias compiladas pelos irmãos Grimm estão: *O Lobo e os Sete Cabritinhos*, *Os Músicos de Bremen*, *Pequeno Polegar*, *A Bela Adormecida*, *O Chapeuzinho Vermelho*; *Branca de Neve e os 7 Anões*, *A Gata Borralheira* e *O Príncipe Rã*.

As histórias compiladas a partir da tradição oral não eram destinadas ao público infantil e sim aos adultos. Porém, já dentro deste novo contexto da sociedade burguesa, que trouxe um novo olhar sobre a infância, e também em virtude de sua temática mágica e maravilhosa, os Irmãos Grimm dedicaram estas histórias às crianças, fundindo, assim, dois universos: o popular e o infantil. A coletânea, além de divertir e encantar, também possuía uma proposta educativa; em vista disso, alguns temas considerados mais cruéis ou imorais da versão oral foram descartados do manuscrito de 1810.

Outra inovação dos irmãos Grimm foi que eles deram uma nova roupagem ao conto, mesclando personagens tradicionais, reis e princesas, objetos animados, tudo isso perpassado por uma atmosfera de cotidiano. Assim procedendo, cristalizaram modelos perraultianos e anteciparam uma nova era das histórias infantis, a era de Andersen (COUTINHO, 2008).

O dinamarquês Hans Christian Andersen (1805-1875) foi outro avatar da literatura infantil do início do século XIX. Andersen nasceu no mesmo ano em que Napoleão Bonaparte iniciou seu avanço sobre a Europa e, em vista disso, desde menino viveu numa atmosfera de exaltação nacionalista. Conforme Oliveira (2005), “a Dinamarca também se entrega à descoberta dos valores ancestrais, não com o espírito de auto-afirmação política, mas no sentido étnico, de revelar o caráter da raça.” Entre os títulos mais divulgados da obra de Andersen estão *O Patinho Feio*, *O Soldadinho de Chumbo*, *A Roupas Nova do Imperador*, *A Sereiazinha* e *João e Maria*.

Tanto os Irmãos Grimm quanto Andersen viveram no período do Romantismo, caracterizado, entre outras coisas, por uma maior exaltação da sensibilidade e dos valores humanitários. Assim, a violência presente nos contos de Perrault cede lugar à solidariedade, à generosidade humanista, ao espírito de caridade e ao amor ao próximo, próprios do Romantismo. Andersen, mais que os Irmãos Grimm, vai tornar explícitos os padrões de comportamento e os valores éticos, sociais, políticos e culturais que então se consolidavam, conforme era exigido pela nova sociedade patriarcal, liberal, cristã e burguesa do século XIX.

A partir da segunda metade do século XIX, o aumento do número de instituições de ensino provocou o crescimento do público leitor e, conseqüentemente, das publicações

voltadas para o público jovem. Uma grande parte destas publicações será de livros dedicados especialmente para a instrução dos jovens. Nestes, muitas vezes, figurava, sob forma de contos, romances e mesmo manuais práticos, um rol de exemplos bem dramatizados versando sobre as falhas de conduta, o mau comportamento e suas implicações. Uma outra parte destas publicações teve caráter escapista libertinário, em resposta ao moralismo tradicional, principalmente na fase decadente do período vitoriano. É esta vertente que dará origem a moderna Literatura Juvenil (MORAIS, 2002; XAVIER, 2004).

Embora os conteúdos desses livros sejam destinados ao público infantil e juvenil e o leitor ideal desses autores sejam crianças e adolescentes, os livros ainda têm formato adulto e facilmente se confundem com a literatura tradicional, pois não há ainda uma noção suficientemente clara sobre o ser criança ou um conhecimento mais aprofundado de suas especificidades. Porém, ao final do século XIX e, especialmente, ao longo do século XX, novas teorias psicológicas e educacionais virão emancipar definitivamente a criança como sujeito cognitivo e destinatário de discursos institucionais, assim como de obras literárias. E o mesmo ocorre em relação aos adolescentes.

Conforme Oliveira (2005), o caminho para a redescoberta da Literatura Infantil em nosso século foi aberto pela Psicologia Experimental e pela Psicologia Cognitiva que, ao revelarem a inteligência como um elemento estruturador do universo que cada indivíduo constrói dentro de si, chamaram a atenção para os diferentes estágios de seu desenvolvimento da infância até a adolescência e sua importância fundamental para a evolução e formação da personalidade do futuro adulto. Esta preocupação com as fases e características do desenvolvimento cognitivo da criança é formulada e desenvolvida pelo biólogo, filósofo e psicólogo suíço Jean Piaget a partir da década de 1950, sendo que sua obra é o divisor de águas na história da criança e de todas as suas dimensões culturais, inclusive e especialmente leitura, livro, educação e literatura infantil.¹¹

¹¹ Piaget divide o desenvolvimento intelectual da criança em quatro grandes estágios seqüenciais: sensório-motor (0 - 2 anos); pré-operacional (2 - 7 anos); operacional concreto (7 - 11 anos) e operacional formal (a partir dos 11 - 12 anos). As idades cronológicas, durante as quais espera-se que as crianças desenvolvam comportamentos representativos de um dado estágio, não são fixas. Elas podem variar de acordo com a experiência individual e o potencial hereditário. Ressalta-se que cada estágio possui uma estrutura diferente que possibilita à criança representar certos conceitos. (PIAGET, J. **A formação do símbolo na criança**. Rio de Janeiro: Zahar. 1964). É importante destacar-se, ainda, o fato de que não há como saber em que idade um conto específico será mais importante para uma determinada criança, e não há como estabelecer qual dos vários contos ela deveria escutar num dado período ou por quê, pois isso vai depender do amadurecimento

A Psicanálise, por sua vez, apontou que os significados simbólicos dos Contos Maravilhosos estão ligados aos eternos dilemas que o homem enfrenta ao longo de seu amadurecimento emocional. É durante a infância que as histórias vão agir em seu inconsciente, atuando pouco a pouco para ajudar a resolver os conflitos interiores, normais nessa fase da vida, através do prazer ou das emoções que lhes proporcionam, e do simbolismo implícito em suas tramas e personagens. Conforme afirma Oliveira (2005), “é nesse sentido que a Literatura Infantil e, principalmente, os Contos de Fadas podem ser decisivos para a formação da criança em relação a si mesma e ao mundo à sua volta.”

Todas as descobertas no campo da Psicologia e da Psicanálise geraram inúmeros desenvolvimentos na área da Pedagogia e um novo olhar sobre a criança e, também, sobre o adolescente, pois é neste período, século XX, que as características e especificidades desta etapa do desenvolvimento humano começam a ser estudadas e debatidas de forma mais aprofundada.

Este momento estimulou uma ação criativa no âmbito da Literatura Infantil e, conseqüentemente, no mercado editorial. É desse contexto que surgiu a autoria contemporânea da Literatura Infantil, bastante diferente de seu predecessor Charles Perrault, pois agora o leitor ideal é a criança, com sua estética, sua linguagem, seus símbolos, seus artefatos, enfim, com todas as suas particularidades bem conhecidas, mapeadas e definidas por um conjunto de ciências e teorias. Essas condições históricas ajudam a compreender a emergência de um novo campo editorial ao longo das décadas de 70, 80 e 90 e deste início do século XXI, em que a Literatura Infantil se constituiu como sistema. Este sistema movimenta não apenas autores e leitores, mas também editoras, feiras, pesquisadores e profissionais de marketing, bem como os profissionais da informação.

A enorme profusão de publicações dirigidas ao público infantil e juvenil nestas últimas décadas gera uma quantidade de novas questões. Uma delas diz respeito à própria definição, ou indefinição, do que vem a ser, atualmente, Literatura Infantil e Juvenil, tendo em vista que se trata de um tipo de literatura cujas fronteiras são muito nebulosas; que não pode ser definida por características textuais, seja de estilo ou conteúdo, pois estes são

extremamente variados, nem por seu público principal, a “criança-leitora” ou o “adolescente-leitor”, definição esta igualmente escorregadia e restrita, pois, muitas vezes, é o adulto quem lê para ela, ou mesmo para si mesmo.

Ou seja, a dificuldade de se definir o que é a literatura voltada para o público infanto-juvenil, decorre da diversidade de estilos e de conteúdos que a compõem, bem como da heterogeneidade do seu tipo de público. Segundo Biasoli (2007), a Literatura Infantil e Juvenil é um gênero tão oscilante porque o gosto das crianças e jovens muda de período a período. Em vista disso, a produção literária infanto-juvenil está continuamente se renovado, visto que o conceito de infância, e mesmo de juventude, mudam frequentemente e a criança e o jovem de décadas atrás não têm o mesmo gosto e interesse dos atuais.

A questão da literatura produzida para o público pré-adolescente e adolescente é mais complexa que a da literatura produzida para crianças. De forma simplificada, pode-se dizer que a Literatura Juvenil é um ramo da literatura dedicado a leitores entre dez a quinze anos de idade. Porém, até recentemente, a indústria do livro dividia a literatura em dois grupos principais: "adulta" e "infantil" (ou "infanto-juvenil"). Neste último segmento, agrupava livrinhos coloridos de pano para bebês junto com edições de 700 páginas.

Contudo, pré-adolescentes e adolescentes formam um grupo com características diferentes daquele das crianças e bastante heterogêneo entre si – como, aliás, também o é o público infantil. Estas diferenças existem não apenas pelas mudanças que se processam dentro desta faixa etária, mas, também, por motivos sociais, econômicos e culturais, principalmente em países com enormes discrepâncias sociais e econômicas, como é o caso do Brasil. Neste caso, enquanto um menino de 10 anos é plenamente capaz de ler um grosso volume da série *Harry Potter*, um outro de 15 está apenas parcialmente alfabetizado.

De maneira geral, entretanto, pode-se dizer que os jovens têm necessidades, interesses e um humor diferentes daqueles de adultos e crianças. Têm menos respeito pelo passado, muita curiosidade sobre o futuro, pouca paciência com regras que não criaram, imaginação fértil e muita pressa (FORASTIERI, 2002). O psicólogo Jean Piaget defendia que, nessa fase, o ser humano está tentando dominar os elementos que lhe faltam para a

razão adulta e, portanto, precisa aprender a lidar com idéias abstratas, daí a importância de lerem livros que lidem com abstrações. Portanto, os adolescentes devem ler histórias fantásticas, mágicas, misteriosas, que lhe apresentem horizontes distantes e idéias desafiadoras e viver aventuras perigosas que testem seus limites.

Em vista disso, observam-se frequentemente adolescentes interessados em obras literárias que tratam de mistérios, aventuras e desafios, mundos fantásticos, mágicos e seres imaginários. Contudo, alguns dos autores mais lidos por adolescentes escreveram para o público adulto, como os mestres do romance policial e da ficção científica Agatha Christie (1890-1976), Georges Simenon (1902-1989) e Isaac Asimov (1920-1992). Também grandes autores de livros de aventuras, como Alexandre Dumas (*Os Três Mosqueteiros*, 1844; *O Conde de Monte Cristo*, 1844), Robert Louis Stevenson (*A Ilha do Tesouro*, 1883) e Jack London (*Caninos Brancos*, 1910), não buscavam o leitor juvenil. Da mesma forma, personagens clássicos, como Robinson Crusóé (1719), Gulliver (1726), Capitão Nemo (1870 e 1874), Sherlock Holmes (1887), Drácula (1897), Zorro (1919) e Conan (1932), entre outros, foram criados para a diversão dos pais, não dos filhos. Entretanto, estas obras são lidas atualmente mais pelo público adolescente do que pelo público adulto, para o qual foram criadas.

Porém, muitos livros também foram escritos especificamente para este público e possuem algumas características que os distinguem das obras que, apesar de caírem no gosto dos mais jovens, foram originalmente escritas para o público adulto. Estes romances são estrelados por meninos e meninas da mesma faixa etária do leitor, dos 10 aos 15 anos, que saem de seu cotidiano e adentram um universo desconhecido. Enfrentam bruxas, desvendam conspirações, escondem-se em foguetes, lideram piratas. Muitas vezes, também sofrem e sangram. Alguns são caracterizados pelo maravilhoso, mostrando situações ocorrendo fora de nosso espaço-tempo, apresentam universos paralelos, que podem ser paradisíacos ou inóspitos e assustadores.

Dentre as obras clássicas que se enquadram nesta categoria, podem ser citados *Alice no País das Maravilhas* (1865), *Mulherzinhas* (1868), *Pinóquio* (1883), *O Mágico de Oz* (1900), *O Jardim Secreto* (1909), *Peter Pan* (1911) e *O Pequeno Príncipe* (1943).

Mais recentemente, a literatura dirigida aos jovens ganhou grande impulso graças à

inglesa Joanne Kathleen Rowling, criadora de *Harry Potter* (1997) que, assumidamente escreve livros juvenis, tendo se tornado o novo paradigma desse segmento. O sucesso da série *Harry Potter*, inclusive, acabou despertando o interesse dos adolescentes por duas outras obras, originalmente destinadas ao público adulto, mas com componentes místicos, mágicos, fantásticos e de aventura muito fortes. Estas obras foram escritas na década de 1930 por dois respeitáveis acadêmicos de Oxford, o inglês J.R.R. Tolkien, criador de *O Senhor dos Anéis*, e o irlandês C.S. Lewis, que escreveu *As Crônicas de Narnia*, e não tinham o público adolescente como seu principal alvo.

Também a partir do enorme sucesso da série *Harry Potter*, houve uma explosão de novas séries repletas de aventuras e fantasia voltadas especialmente para o público adolescente, como *Fronteiras do Universo* (1995), cuja primeira parte da trilogia, *A Bússola de Ouro*, recentemente virou filme, *Desventuras em Série* (1999) e *Artemis Fowl* (2001).

4.2.2 A Literatura Infantil e Juvenil no Brasil

No Brasil, a história da literatura brasileira para público infanto-juvenil começou tardiamente. É somente com a implantação da Imprensa Régia, em 1808, que começaram a ser publicadas algumas traduções e adaptações de obras provenientes da Europa, graças à idéia de que o hábito de ler era importante para a formação do indivíduo. Em 1896, Alberto Figueiredo Pimentel realizou a primeira coleta de lendas e histórias populares da tradição oral que circulavam no país e publicou *Contos da Carochinha e Histórias da Avozinha* (BUNN, 2007, p.2). Porém, estas publicações eram usufruídas apenas por uma parcela muito pequena da população, já que a grande maioria era composta por iletrados.

Este quadro permaneceu estável até o final da segunda década do século XX, quando um incipiente processo de industrialização, sucedido por um sensível aumento da escolarização, provocou o aumento do número potencial de consumidores e leitores de livros infanto-juvenis. É dentro deste cenário que se insere José Bento Monteiro Lobato (1882-1948).

Preocupado em estimular na criança o hábito e o prazer da leitura, de forma desvinculada da obrigação pedagógica dos livros didáticos, Monteiro Lobato publicou, em 1921, *Narizinho Arrebitado*, no qual atenuou bastante o caráter didático e moralizante que imperava até então. Em sua primeira obra, já se percebem as diretrizes de uma literatura infanto-juvenil: o apelo à imaginação; os personagens, que mesclam crianças, bonecos e animais; os temas e enredos, com muitas aventuras e seres mitológicos e fantásticos; a linguagem visual e concreta, bem próxima da oralidade; a graça na expressão, os neologismos. Ou seja, “toda uma soma de valores temáticos e linguísticos que renovavam inteiramente o conceito de literatura infantil no Brasil, ainda preso a certos cânones pedagógicos decorrentes da enorme fase da literatura escolar.” (BIASIOLI, 2007, p.93).

Além das muitas histórias que criou, muitas delas incorporando o acervo lendário e popular brasileiro, Monteiro Lobato também adaptou obras clássicas como *Dom Quixote*, *Aventuras de Hans Staden*, *Peter Pan*, *Pinóquio*, *Robinson Crusoe*, *Alice no País das Maravilhas*, bem como muitas fábulas de La Fontaine e narrativas da mitologia grega, aproximando o leitor infanto-juvenil brasileiro das tradições e dos clássicos da humanidade (BUNN, 2007, p.3).

Mas, apesar de ter proporcionado uma renovação estilística e ideológica da Literatura Infantil, a obra de Monteiro Lobato ainda apresenta uma espécie de hibridismo entre o puramente ficcional e o pedagógico. Conforme Azevedo, o autor, por um lado,

[...] leva o leitor a penetrar em um microcosmo mágico, original, ricamente ficcional, composto por personagens como Emília, Visconde de Sabugosa, o Marques de Rabicó, as viagens com o pó de pirilimpimpim etc.; de outro lado, é repleta de utilitarismo, recorrendo inúmeras vezes à intenção pedagógica (2007, art. 01).

A partir de então, e cada vez mais, observou-se um crescimento quantitativo da produção para crianças e jovens, atraindo escritores comprometidos com a renovação da arte nacional. Essa situação está intimamente relacionada a fatores sociais, como a consolidação da classe média, que ocorre em decorrência do avanço da industrialização e da modernização econômica e administrativa do país, e o conseqüente aumento da escolarização dos grupos urbanos. Está relacionada, também à nova posição da literatura e

da arte brasileiras, posição esta conquistada após a disseminação do Movimento Modernista, que tinha no folclore uma de suas principais fontes inspiradoras, tema este que também foi amplamente aproveitado pelos escritores do período. Porém, as adaptações de obras estrangeiras prosseguiram e as obras vindas do exterior, com suas diferentes culturas, continuaram a ser consumidas pelo público infanto-juvenil.

Com o aumento do número de consumidores, as novas editoras intensificam a oferta de novos títulos, motivando a revelação de novos autores para esse público, muitos dos quais inspirados nos modelos lobatianos. (LAJOLO & ZILBERMAN, 1998, p. 47 apud BIASIOLI, 2007, p. 93)¹² Assim, pode-se dizer que foi nesse período que o mercado editorial voltado para os públicos infantil e juvenil, começou a se concretizar.

Dentre os escritores lançados neste momento e que escreveram obras dedicadas ao público infanto-juvenil estão Viriato Corrêa, com 17 publicações infanto-juvenis entre 1921 a 1949, como *Cazuza*, de 1938; Cecília Meireles, que publicou *Criança, meu Amor* (1924), *A Festa das Letras* (1937), *Ou Isto ou Aquilo* (1964) e *O Menino Atrasado* (publicado postumamente em 1966); Malba Tahan - ou Júlio Cesar de Melo e Souza - (1895-1974), que escreveu 115 obras entre livros didáticos de matemática e contos juvenis, sendo *O Homem que Calculava* (1939) um de seus livros mais conhecidos; Henriqueta Lisboa, que escreveu o livro de poesias mais importante deste período, *O Menino Poeta* (1943); e Érico Veríssimo, que escreveu 11 obras dedicadas ao público infanto-juvenil entre 1935 e 1956, dentre elas *A vida de Joana d'Arc* (1935), *As Aventuras do Avião Vermelho* (1936), *Rosa Maria no Castelo Encantado* (1936), *As Aventuras de Tibicuera* (1937) e *A vida do Elefante Basílio* (1939).

Na década de 1950, surgiu no cenário nacional Maria Clara Machado, uma dramaturga que renovou a literatura teatral voltada para o público infantil. Ela criou 21 obras voltadas para esse público, sendo que seu primeiro grande sucesso aconteceu em 1955 com *Pluft, o Fantasminha*.

¹² LAJOLO, Marisa; ZILBERMAN, Regina. **A formação da leitura no Brasil**. São Paulo: Ática, 1998. apud BASTOS, Isis Maria M. **As mulheres e a produção literária infantil**. Universidade Federal do Maranhão, [s.d.]. Disponível em: <<http://www.ufpi.br/mesteduc/eventos/iiencontro/GT-13/GT-13-09.htm>> Acesso em 22 abr. 2008.

A partir de 1960, multiplicaram-se as instituições e programas voltados para o fomento da leitura e ampliou-se a discussão sobre a Literatura Infantil. Em 1970, com a reforma do ensino no Brasil, observou-se uma renovação desta literatura e o aumento expressivo do número de autores produzindo para a infância. Esta década ficou conhecida como a época do "boom" da literatura infantil, pois foi quando ocorreu a consolidação deste mercado editorial, graças à crescente utilização do livro não didático pela escola e ao fato da criança já ser percebida como consumidor potencial (BUNN, 2007, p. 3).

O crescimento deste mercado irá atrair+ inclusive escritores e jornalistas já renomados, como Carlos Heitor Cony que, em 1978, lançou seu primeiro romance juvenil *Uma história de amor*, o qual foi sucedido por outras 5 obras dedicadas a este público; Bartolomeu Campos de Queirós, com mais de 46 livros infantis e juvenis publicados, sendo vários deles premiados, como *O Peixe e o Pássaro* (1971), *Pedro* (1977), *Onde tem Bruxa tem Fada* (1979), *Ciganos* (1983), *Cavaleiros das Sete Luas* (1985), *O Olho de Vidro do meu Avô* (2004), entre outros; Inácio de Loyola Brandão fez duas incursões na literatura voltada ao público infanto-juvenil: *Cão Danado* (de 1977, relançado com o título *O Menino que não teve Medo* em 1995) e *O Homem que Espalhou o Deserto* (1985); Pedro Bloch, autor de *Chuta o Joãozinho para cá* (1996), entre tantos outros autores que investiram seu talento e inspiração na criação de obras destinadas às crianças e adolescentes.

Um dos maiores destaques desta geração foi, sem dúvida, o cartunista, chargista, pintor, dramaturgo, escritor, desenhista e jornalista Ziraldo que, em 1980, lançou um livro que entraria para a história da literatura infantil brasileira, *O Menino Maluquinho*. Em apenas quatro dias, durante a Bienal do Livro de São Paulo, foram vendidos cerca de 40 mil exemplares; posteriormente, a obra ultrapassou a casa dos 2 milhões de cópias vendidas. Depois deste livro, Ziraldo publicou ainda muitos outros títulos voltados para o público infantil, em geral, cheios de humor e irreverência. A esse respeito, Biasoli (2007, p.10) observa que os livros infantis mais vendidos na década de 1980 - *O Menino Maluquinho*; *Marcelo, Marmelo, Martelo* e *O Rei Bigodeira e sua Banheira* – pertencem ao gênero comédia.

Já as obras mais vendidas para o público adolescente nesta década eram histórias de suspense: *O Mistério do Cinco Estrelas* e *O Rapto do Garoto de Ouro*. Ou seja, romances

policiais, os quais têm sempre grande aceitação entre esse grupo.

Não se pode deixar de mencionar um livro lançado por Vinícius de Moraes em 1970, intitulado *A Arca de Noé*, com 32 poeminhas falando de animais, que foram posteriormente musicados, viraram um especial de muito sucesso da TV Globo (1980 a primeira parte e 1981 a segunda) e hoje se encontram também gravados em CD.

Outra característica desta nova geração de autores é a presença muito marcante de escritoras mulheres, como Lúcia Machado de Almeida, Maria Heloísa Penteadó, Ana Maria Machado, Lygia Bojunga Nunes, Ana Maria Machado, Sylvia Orthof, Marina Colasanti, Tatiana Belinky, Fanny Abramovich, Fernanda Lopes de Almeida, Eva Furnari, Sônia Junqueira, Mary França, Ruth Rocha e Roseana Murray.

A partir da década de 1990, ocorreu na produção literária narrativa para crianças e jovens uma retomada dos clássicos universais, dos clássicos brasileiros, dos Contos de Fadas, das histórias exemplares, das mitologias. Além desta revalorização da memória e das tradições, também se percebe o crescimento dos temas voltados para as relações interpessoais e do relato de vida e obra de artistas que escreveram seus nomes na história brasileira e universal (RICHE, 2008). Além destes, cabe destacar a expansão de obras que se caracterizam por um realismo mágico (e muita aventura e suspense), em que as fronteiras entre a realidade cotidiana e o imaginário se diluem, como é o caso da série *Harry Potter* e outras similares.

Da linhagem das mitologias fazem parte os mitos indígenas, africanos, indianos, gregos, escandinavos, entre outros. Dos clássicos universais destacam-se muitas narrativas de aventuras, como as de Robinson Crusóé, Robin Hood e Rei Artur. Dentre os clássicos brasileiros, há reedições dos contos de Machado de Assis e dos contos de João Alphonsus. A linhagem dos Contos de Fadas é uma das mais ricas, envolvendo desde traduções, adaptações, recontos, paráfrases e paródias e até a criação de contos modernos.

As obras que retratam dramas pessoais e relações interpessoais são aquelas que mergulham na alma humana na tentativa compreendê-la melhor, apresentando dramas vividos por personagens ambíguas, dilaceradas pelo amor e pelo ódio. Essa nova vertente de livros para crianças e jovens tem nas autoras Marina Colasanti e de Lygia Bojunga

Nunes suas principais representantes.

Os relatos da vida e obra de personalidades, sejam elas artistas plásticos escritores, compositores ou filósofos, também se revelou um rico filão editorial para o mercado nestes últimos anos.

Também vêm ganhando força nestes últimos anos obras cujo tema é a sexualidade na adolescência, como *Coisas que Toda Garota Deve Saber* e *Coisas de Menino*, que exploram as descobertas na transição da infância para a adolescência (BIASIOLI, 2007).

Houve, ainda, a validação, inclusive pela escola, das histórias em quadrinhos, anteriormente tão atacadas e hoje tidas como tão válidas quanto os livros ilustrados. Graças ao seu novo *status*, elas vêm se firmando cada vez mais na indústria cultural contemporânea. No Brasil, o primeiro jornal em quadrinhos dedicado às crianças – *O Tico-Tico* – começou a ser publicado em 1905. Atualmente, além das criações de Maurício de Souza, os Mangás de origem japonesa também disputam o domínio do mercado.

Atualmente, as Literaturas Infantil e Juvenil ganha cada vez mais espaço dentro do mercado editorial brasileiro.¹³ Isto se deve a diversos fatores, alguns deles conflitantes entre si, no sentido de gerarem diferentes tipos de produções, mais pragmáticas ou mais literárias, conforme o enfoque sobre a função e/ou papel da literatura na vida das crianças e jovens. Um destes fatores foi a universalização da escola. Outro, foi a maior utilização dos livros não didáticos no processo de ensino-aprendizagem, tendo em vista as inúmeras pesquisas e descobertas realizadas no campo da Pedagogia nos últimos 50 anos, as quais provocaram diversas modificações no universo escolar, dentre elas a maior valorização do livro infantil e juvenil enquanto instrumento pedagógico.

¹³ Segundo dados de um estudo intitulado "Produção e Vendas do Setor Editorial Brasileiro/2006" da Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (Fipe), realizado para a Câmara Brasileira do Livro (CBL) e o Sindicato Nacional de Editores de Livros (SNEL), num universo total de 320,63 milhões de exemplares de livros produzidos no ano passado (4,62% a mais do que o registrado em 2005), 20,35 milhões referem-se à somatória das rubricas "Literatura Infantil" (12,80 milhões) e "Literatura Juvenil" (7,54 milhões), ante 22,40 milhões relativos à "Literatura Adulta". Os dados relativos à produção de títulos em primeira edição demonstram que, em 2006, foram 1.422 no segmento da literatura infantil e 717, juvenil, muitos dos quais obras de novos autores. A comparação em relação ao exercício anterior, 2005, demonstra que o público infanto-juvenil ganha cada vez mais espaço no mercado editorial brasileiro. Fonte: PLÖGER, Alfred K. Disponível em: <http://www.jornaldedebates.ig.com.br/index.aspx?cnt_id=15&art_id=11289>. Acesso em 20 abr. 2008.

Essa noção da utilidade pedagógica da Literatura Infantil e, posteriormente, da Literatura Juvenil, vem acompanhando a história destes dois gêneros desde os seus primórdios. A novidade, agora, é que estes estudos contribuíram para adequar estes gêneros ao gosto e estilo das novas gerações e às novas visões da criança, da escola e do processo de ensino/aprendizagem.

Uma das mudanças que chama a atenção diz respeito aos objetivos. Atualmente, o objetivo não é tanto transmitir os valores da sociedade, mas propiciar uma nova visão da realidade, estimular o exercício da mente, a consciência do eu em relação ao outro, despertar a criatividade, a leitura do mundo em seus vários níveis e, principalmente, dinamizar o estudo e conhecimento da língua e da expressão verbal. Apesar do forte sentido pedagógico atribuído à literatura infantil, essa nova abordagem foi, sem dúvida, extremamente positiva e produziu obras de grande excelência, até porque, um de seus principais objetivos é favorecer a proliferação do gosto pela literatura como forma de lazer e diversão. Não obstante esta preocupação, ainda são produzidas muitas obras por demais pragmáticas e bastante pobres do ponto de vista do conteúdo literário.

Outro fator que contribuiu para a valorização da literatura infantil e juvenil em nossa sociedade e, conseqüentemente, para o aumento da produção e venda de novos e "velhos" títulos, foi a disseminação da noção da importância de alguns gêneros, principalmente os Contos de Fadas, para o desenvolvimento emocional e psíquico do indivíduo criança/adolescente. Esta nova abordagem também emerge a partir de diversos estudos realizados no campo da Psicologia e da Psicanálise realizados após a segunda metade do século XX e foi responsável pela grande revalorização dos contos tradicionais nos últimos anos.

Também contribuiu sobremaneira para o aumento das vendas de livros infantis e juvenis a maior disseminação da idéia de que a literatura é uma arte, que não precisa ter outra função a não ser encantar, deleitar e divertir o leitor. Esta noção tem atraído inúmeros escritores já bastante reconhecidos pela sua produção literária voltada para o público adulto, bem como muitos outros que dedicam toda a sua inspiração e talento exclusivamente para a produção de obras dedicadas aos públicos infantil e juvenil. O investimento por parte destes escritores de primeira grandeza de toda a sua arte, inspiração, talento e criatividade na produção de obras infantis e juvenis tem contribuído sobremaneira

para o enriquecimento da produção literária dirigida a este público. Foi esta noção de Literatura Infantil e Juvenil enquanto arte, voltada para o puro deleite estético, sensório e lúdico, que mais contribuiu para o enriquecimento temático, formal e textual do livro infantil e juvenil nestes últimos 30 anos no Brasil.

4.2.3 Questões contemporâneas da Literatura Infantil e Juvenil

Percebe-se, atualmente, a existência de duas visões sobre a natureza do livro infantil e juvenil: a pragmática (didática) e a literária (artística). A primeira delas acompanha esse gênero desde a sua criação, uma vez que os primeiros livros infantis foram escritos por pedagogos e professores com o objetivo de estabelecer padrões comportamentais exigidos pela sociedade burguesa que se estabelecia e implantava escolas. Um exemplo atualizado desta abordagem é a postura de Nelly Novaes Coelho (2000, p. 16): "A literatura, e em especial a infantil, tem uma tarefa fundamental a cumprir nesta sociedade em transformação: a de servir como agente de formação, seja no espontâneo convívio leitor/livro, seja no diálogo leitor/texto estimulado pela escola".

A visão literária, por seu turno, caracteriza-se por uma valorização da expressão artística, independentemente de finalidades morais ou didáticas. Pelo menos, desde Lewis Carroll, com *Alice no País das Maravilhas*, de 1865, pode-se falar desta visão, que tem muitos autores importantes entre seus defensores atuais, como Ana Maria Machado que diz, quando indagada sobre que mensagem quer transmitir aos seus leitores:

Antigamente eu dizia que quem tem que mandar mensagem é telegrafista. Hoje diria que é a Internet. Um escritor não tem que se preocupar com mensagens. Tem que contar uma boa história, de uma maneira interessante, com surpresas de linguagem, e criar um livro que divirta, faça pensar e fique na lembrança do leitor de alguma maneira, dando vontade de reler ou relembrar de vez em quando. (2008).

A discussão se a Literatura Infantil é uma arte literária ou pedagógica passa pela

concepção de infância e pela ligação da literatura infantil com a escola. Um fato curioso é que, em algumas universidades, a disciplina "Literatura Infantil" é oferecida apenas na área de Educação e não na de Letras.

Entretanto, os Contos de Fada apresentam a mesma estrutura narrativa dos chamados Contos Maravilhosos, considerados textos literários (PROPP, 1984). Da mesma forma, grandes obras literárias como *As Viagens de Gulliver*, de Jonathan Swift, e *Aventuras de Robinson Crusóe*, de Daniel Defoe, não foram escritas para crianças, possuem todas as características de outras obras literárias e são consideradas atualmente como obras infanto-juvenis. A Literatura Infantil, além disso, apresenta os fatores estruturais que aparecem em qualquer obra literária: um narrador, um foco narrativo, a história, os personagens, o espaço físico e temporal, uma linguagem usada literariamente e um destinatário da sua comunicação - o leitor. O que muitas vezes ocorre é que, ao ser relacionada a objetivos pedagógicos, a literatura voltada para o público infantil e juvenil perde suas características de literariedade e passa a ser tratada como simples meio de transmitir valores e informações.

Contudo, a escola é o principal mercado para a indústria editorial do livro infantil e juvenil, quer seja o didático ou o de literatura¹⁴ Como consequência, grande parte do que ela produz é apenas uma ficção que visa a ser palatável a este mercado. O resultado, como observa Azevedo (2007, art. 01), "[...] tem sido o surgimento de livros emasculados, muitas vezes utilitários, sempre 'politicamente corretos', incapazes de transgredir, incapazes de trazer novas idéias ou de inovarem, pois tudo isso poderia não ser aceito pela escola." O autor sustenta que essa submissão da literatura aos interesses da escola e do mercado editorial tende a levar ao desaparecimento dos temas polêmicos, do discurso

¹⁴ Iniciativas governamentais de incentivo à leitura através da escola têm contribuído bastante para aquecer o mercado do livro infanto-juvenil. Dentre os projetos desenvolvidos em conjunto pelo MEC (Ministério da Educação) e MinC (Ministério da Cultura) destacam-se o PROLER (1992); o VIVALEITURA, (2005), responsável pelo investimento de R\$ 239 milhões em 2005 (48% mais que em 2004) por parte de editores e livreiros; a "Caravana de Escritores" e o "Circuito Nacional de Feiras do Livro", que integram o Plano Nacional do Livro e Leitura (PNLL); e o "Fome de Livro". Outros projetos de incentivo á leitura têm sido implementados no país pelo Governo Federal por meio do terceiro setor, setor privado ou de parceria de ambos, como o "Projeto Círculos de Leitura", do Instituto Unibanco, que vai realizar em parceria com o Instituto Fernad Braudel 24 círculos de leitura em escolas estaduais em comunidades da periferia de Diadema e São Bernardo; o apoio à "Expedição Vaga-Lume" pela empresa Guascor, garantindo a instalação de pelo menos 90 mini bibliotecas na Amazônia; e o Proler - Programa Nacional de Incentivo à Leitura da faculdade Unisanta, Santos (SP) Fonte: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/dimenstein/noticias/gd280405c.htm>>. Acesso em 28 abr. 2008.

subjetivo, do uso livre da ficção, da discussão dos valores sociais estabelecidos, da discussão ética, da apresentação do homem como um ser paradoxal, mergulhado num constante processo de modificação e ressignificação, e sempre na busca de seu auto-conhecimento e da construção de um significado para sua vida.

Não obstante a pressão do mercado por uma literatura pragmática e utilitária - que, aliás, vem acompanhando a história das Literaturas Infantil e Juvenil desde sua constituição enquanto gêneros -, existem atualmente, e mais do que em qualquer outro período desta história, um bom número de editores e autores de histórias para crianças e jovens, tanto no Brasil quanto em outras partes do mundo, imbuídos do ideal da produção de uma literatura puramente estética e lúdica. Nunca antes na história da Literatura Infantil e Juvenil se viu tantos textos subjetivos, movidos a visões pessoais (e não consensuais), carregados de ficção e poesia, e que se permitem utilizar a linguagem com liberdade e criatividade.

Uma questão importante que surge com o crescimento da indústria do livro infantil e juvenil, associado à coexistência de diferentes visões de infância e da função do livro nesta etapa da vida, é a da imensa confusão diante da variedade de livros dirigidos ao público infantil disponíveis atualmente no mercado. Apesar de estarem todas sob o rótulo de Literatura Infantil ou Infanto-Juvenil, elas não formam um grupo homogêneo, mas, sim, conjuntos diferentes com características bastante específicas.

Embora as fronteiras entre os diferentes grupos nem sempre sejam nítidas, é clara a diferença entre os livros de Literatura Infantil propriamente dita, e aqueles que utilizam o objeto livro como suporte para fins pragmáticos. Azevedo (2007, art.01) estabelece a seguinte categorização das publicações voltadas ao público infanto-juvenil:

- Os livros **didáticos** são aqueles essencialmente utilitários, constituídos de informações objetivas que visam, exclusivamente, transmitir conhecimento e informação da maneira mais clara, objetiva e simples possível, sem dar margem a nenhum tipo de interpretação. Seu texto busca, portanto, ser transparente, objetivo, direto, unívoco e conclusivo. São, por princípio, instrumentos ligados ao ensino, aos programas educacionais e às matérias do currículo escolar regular. Costumam apresentar uma linguagem impessoal e neutra, construída de forma a obedecer aos parâmetros oficiais da Língua. Essas obras

são sempre comprometidas com o conhecimento científico oficial e necessitam de atualização periódica, em vista da permanente evolução do conhecimento científico. Elas são, também, quase sempre comprometidas com os valores sociais vigentes.

- Os livros **paradidáticos** também são essencialmente utilitários, constituídos de informações objetivas que pretendem transmitir conhecimento e informação. Em geral, abordam assuntos paralelos ligados às matérias do currículo regular, de forma a complementar aos livros **didáticos**. O grupo dos **paradidáticos** pode apresentar diferentes graus de didatismo, sendo que, em alguns casos, a ficção se destaca. Porém, mesmo lançando mão da ficção e da linguagem poética, os livros **paradidáticos** têm sempre o intuito final de passar algum tipo de lição ou informação objetiva e esclarecedora.

- Dentro dessa categoria, existe uma sub-categoria: a dos **livros-brinquedo**. Apesar de geralmente voltados para crianças em fase pré-escolar, eles têm basicamente finalidades pedagógicas e visam proporcionar algum tipo de aprendizagem ou desenvolver habilidades sensoriais, como tato, olfato; ou despertar o encantamento pelo objeto livro. Eles surgiram quando pesquisas no campo da Pedagogia afirmaram a importância da introdução precoce do livro no cotidiano da criança, como forma de estímulo cognitivo e de iniciação no prazer da leitura. Por esse motivo, eles utilizam uma variedade de suportes e materiais e podem vir acompanhados por diferentes recursos. Eles podem ser de pano, de plástico, conter diferentes texturas, odores e sons, ser de levantar abas, *pop-ups*, vir acompanhados de adesivos para serem colados nas em suas páginas pelas crianças, enfim, podem apresentar quaisquer recursos que a imaginação humana inventar. Eles podem conter texto ou não, e estes podem ser mais ou menos extensos, dependendo da faixa etária a que se destina o livro. Os com som, por exemplo, podem apresentar apenas imagens de animais, muitas vezes com o nome do mesmo junto à figura, e uma tecla a qual, ao ser pressionado, reproduz o som característico emitido pelo animal. Ou podem conter o texto completo de uma história, com o recurso adicional de reproduzir falas ou sons característicos de alguns personagens, quando certas partes ou teclas são pressionadas. A maior parte destes livros, apesar de visarem a formação de futuros leitores, não são livros de literatura. Mesmo naqueles que vêm acompanhados por uma história, a preocupação não é tanto com as virtudes literárias do texto, mas, principalmente, com o caráter lúdico do objeto livro.

- Os **Livros-jogo**, como *Onde está Wally?*, *Olho Mágico*, por exemplo, apesar de utilizar o livro como suporte, pertencem ao grupo dos jogos e passatempos, assim como os jogos de tabuleiro, o baralho, os vídeo

games e outros do gênero.

- Os **Livros de imagem** são aqueles que contam histórias através de imagens, abdicando do texto verbal e, por isso, correspondem a uma linguagem que pode ser empregada de diversas maneiras: podem ser didáticos ou não e podem ser dirigidos tanto a crianças pequenas, não alfabetizadas, quanto ao público adulto.

- O **CD-ROM** é um novo suporte, talvez de vida curta por conta dos avanços da tecnologia, que pode atuar como instrumento pedagógico, ser um jogo e, eventualmente, funcionar como um novo suporte para obras literárias ou artísticas.

- Os livros de **Literatura Infantil** se enquadram na categoria das obras de arte, pois a literatura é uma arte (em oposição à ciência) feita de palavras; utiliza sempre o recurso da ficção (senão seria História, reportagem, biografia etc.); tem motivação estética (ou seja, em princípio não tem utilidade fora buscar o belo, o poético, o lúdico e o prazer do leitor); não é, portanto, utilitária (é “inútil” no sentido de que, objetivamente falando, não serve para nada, nem pretende ensinar nada); recorre ao discurso poético (quer dizer, preocupa-se com a linguagem em si, com sua estrutura, seu tom, seu ritmo, sua sonoridade); vincula-se à voz pessoal, à subjetividade, ao ponto de vista inesperado e particular sobre a vida e o mundo (ao contrário do livro **didático**); pode e costuma ser ambígua, suscitando diferentes interpretações; pode brincar com as palavras e até inventá-las. Literatura tem a ver com conceitos como a aventura, o romance, o suspense, a tragédia, o drama, a comédia, etc. A literatura costuma tratar de assuntos, subjetivos por princípio, que não cabem em uma sala de aula. Mas mesmo que ela trate de qualquer tema também abordado pelos paradidáticos ela o fará sob o ângulo da ficção, da subjetividade e da poesia.

A diferença básica entre os livros **didáticos** e **paradidáticos** e os livros de **Literatura Infantil** é que, os primeiros, em graus diferentes, pretendem ensinar algo ao leitor; e os de literatura em oposição, pretendem colocar questões e experiências humanas através da ficção, da expressão pessoal e da linguagem poética.

Outro problema resultante da mediação escola/leitura é o da divisão de livros de

literatura em faixas de idade. Esta divisão, apresentada como natural, é puramente cultural, histórico e ideológico, criada, inicialmente, para facilitar a organização escolar tendo sido, posteriormente, reforçada por razões econômicas e comerciais, por permitir determinar fatias de mercado.

Como destaca Prado (2005), não há como saber em que idade um conto específico será mais importante para determinada criança, não se pode determinar qual dos vários contos ela deveria escutar num dado período ou por quê. Isto vai depender de cada criança individualmente. Ou seja, a divisão em faixas etárias ignora a experiência concreta e individual, vivida por cada um de nós.

Por esta razão, não é o mais apropriado estabelecer-se a priori que tal linguagem, tal temática, ou tal abordagem é mais ou menos indicada para essa ou aquela faixa de etária, uma vez que o maior ou menor grau de amadurecimento de um indivíduo não depende apenas de quanto tempo ele tem de vida, mas, também, de uma série de outros fatores sociais, econômicos e culturais, além daqueles relacionados a sua própria história pessoal e familiar. Da mesma forma, a visão do que seja criança está intimamente ligada ao contexto histórico, social, científico (epistemológico) e cultural de cada sociedade. No mundo contemporâneo, tanto a heterogeneidade quanto a velocidade das mudanças, tornam as classificações de obras de literatura por faixas etárias rapidamente desatualizadas.

O problema da atribuição de faixas etárias fica bastante evidente quando se coloca a questão dos livros ilustrados na literatura considerada para crianças e jovens. Segundo Azevedo (2007, art.01), existem diferentes graus de relação entre texto e imagem, dependendo do objetivo para o qual a obra foi criada. O autor estabelece a seguinte categorização:

- **Livros texto:** livros sem imagens a não ser, eventualmente, uma ilustração de capa.
- **Livros texto-imagem:** livros em que o texto vem acompanhado de imagens, que têm função nitidamente secundária, em geral, pequenas ilustrações e vinhetas.
- **Livros mistos:** livros em que texto escrito, imagens e projeto gráfico estão nivelados e dialogam ininterruptamente; onde o “texto” do livro

é constituído pela soma do texto escrito e das imagens. Muitos deles possibilitam que o leitor entre em contato com o potencial rico e expressivo de imagens subjetivas, metafóricas e ambíguas. São destinados a um público indefinido, incluindo adultos.

- **Livros *imagem-texto***: livros em que as imagens vêm acompanhadas de textos escritos, nitidamente secundários. Nessas obras, o conjunto das imagens é, sem dúvida, o protagonista principal. Muitos destes livros são destinados a pessoas ainda em fase de alfabetização, crianças ou adultos, e as imagens costumam ser funcionais, descritivas e documentais, de forma a ajudar o leitor a compreender e interpretar o texto que tem em mãos.

- **Livros *imagem***: livros de imagem, sem texto escrito, cujo enredo é criado e construído exclusivamente através de imagens. Neles o conjunto de imagens é o próprio texto da obra, ou seja, um texto visual. Tais livros são muitas vezes considerados exclusivamente destinados a crianças não alfabetizadas. Entretanto, os livros *imagem* podem trabalhar com uma linguagem cheia de possibilidades expressivas, subjetivas, metafóricas e ambíguas, sendo muitas vezes dirigidos especificamente ao público adulto.

Esta categorização da relação texto/imagem nos livros elaborada por Azevedo (2007, art. 01) evidencia alguns cuidados que o indexador precisa ter na hora de tratar esse tipo de material, no sentido de evitar a atribuição errônea de rótulos com base em estereótipos já arraigados em nossa cultura.

4.2.4 A Literatura Infantil e Juvenil e seus desafios para a área da indexação

Esta e as restantes categorizações tratadas anteriormente evidenciam o grau de diversidade e complexidade que existe dentro do campo das Literaturas Infantil e Juvenil atualmente. Elas destacam as referências de conteúdo indexável, tais como: faixa etária; natureza (didática, paradidática, literária ou simplesmente lúdica, como no caso dos livros-jogos); gênero (Contos de Fadas, Romances Policiais, de Aventuras, de Terror, de Suspense, Comédias, Poesias, Parlendas, Cantigas, Contos Folclóricos, Crônicas, Mitologias, Lendas entre outros); e temática (sexualidade, relações interpessoais, família, religiosidade, tecnologia,, ecologia, história, piratas, bruxas, vampiros e animais).

Todas essas características representam um desafio aos bibliotecários que lidam com a indexação e organização destes materiais voltados ao público infantil e juvenil. A atual quantidade numérica, a heterogeneidade de gêneros, assuntos, tipos e natureza, bem como a abrangência etária do público alvo das Literaturas Infantil e Juvenil, justificam os esforços de construção de linguagens documentárias que permitam mapear e organizar adequadamente este campo, que vem se tornando ao longo do tempo cada vez mais rico e complexo.

É importante lembrar que as Literaturas Infantil e Juvenil surgem 4 mil e 700 anos após a invenção da escrita e 2.400 anos após a primeira biblioteca (Assurbanípal, século VII a.C.). O livro infantil e juvenil, portanto, surge tardiamente e precisou acomodar-se a um universo dominado pela literatura clássica adulta. Mesmo a datação de seu surgimento no século XVII é controversa, uma vez que a obra que supostamente lhe deu origem, os *Contos da Mamãe Gansa* de Charles Perrault foi escrita para o público adulto. A partir daí, outras histórias que visavam o público adulto, também acabam caindo no gosto infantil. Estas, juntamente com muitas histórias de grande apelo junto aos jovens, nem sempre criadas visando exclusiva, ou principalmente, estes leitores, vão, com o tempo, compondo um acervo que seria mais adiante denominado de Literatura Infanto-Juvenil. O aparecimento de uma nova concepção de infância, acompanhado pelo surgimento da escola vai ter um papel fundamental no processo de constituição deste acervo literário.

Os efeitos sociais da obra de Piaget, iniciada na década de 1950, se intensificam na

década de 60, tornando-a hegemônica nas décadas de 70 e 80, quando abrem um novo horizonte no que se refere às visões de infância e adolescência. Isto vai ter enormes consequências sobre a escola e sobre tudo o que diz respeito ao desenvolvimento físico, cognitivo e emocional das crianças e adolescentes. Ademais, a literatura voltada para este público recebeu também o impacto das teorias e descobertas que ocorreram a partir da década de 1950 nos campos da Psicologia Infantil e da Pedagogia. Neste cenário, a Literatura Infantil passou por um grande processo de transformação e de revalorização social, o qual teve efeitos importantes no que se refere ao seu aumento quantitativo e à diversificação de gêneros, temáticas, linguagens, suportes, recursos e públicos.

Todo esse processo é muito recente e, convém lembrar, Dewey sistematiza o seu sistema de classificação a partir da segunda metade do Século XIX, e todos os demais que se seguiram – como a LC, CDU, CC, entre outras - surgiram há mais de meio século. Eles são, portanto, anteriores aos estudos de Piaget e suas consequências culturais e institucionais relacionadas ao mundo da infância e da adolescência acima descritas. Face a esta contextualização histórica, é fácil perceber que as Literaturas Infantil e Juvenil estão ainda se constituindo enquanto objeto no cenário informacional, o que implica em desafios e ajustes frente a um universo hegemônico, qual seja, o mundo do livro adulto.

É face a este cenário que se formula este projeto, visando a levantar e analisar as linguagens documentárias de indexação das Literaturas Infantil e Juvenil contemporâneas. Entre os vários desafios que se apresentam a essas linguagens, podem-se destacar: como contemplar a especificidade comunicativa de um consulente infanto-juvenil, uma vez que lidamos aqui não apenas com adultos encontrando livros infantis ou juvenis, mas, preferencialmente, com crianças e adolescentes acessando o que lhes pertence, o mundo do livro infantil e juvenil; e, estão os sistemas de informação aptos a responder a este consulente? Os sistemas de indexação tradicionais levam em conta as especificidades cognitivas do leitor ideal da Literaturas Infantil ou Juvenil (tal como o levam autores e editoras)? Essas duas questões já diferenciam uma biblioteca com recursos infanto-juvenis, consultada por educadores, de uma biblioteca infanto-juvenil, consultada por crianças e adolescentes.

A partir da constatação de que os sistemas de indexação tradicionais não tiveram o mesmo amadurecimento metodológico e cultural das Literaturas Infantil e Juvenil, i.é., não

constituíram um sujeito cognitivo infantil ou juvenil, deve-se primordialmente examinar como as bibliotecas infanto-juvenis, ou as dotadas de coleções infanto-juvenis, reagiram a este impasse e que soluções foram adotadas para o atendimento dessa demanda. A isto se destina este projeto, cuja finalidade é prospectar e documentar as diferentes LDs adotadas no campo da literatura infanto-juvenil.

5 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Este estudo foi realizado nas seguintes etapas:

1ª Etapa:

- a) Efetuar levantamento junto ao catálogo eletrônico do SABI, junto aos repositórios de documentos científicos e técnicos relacionados à área de Biblioteconomia e Ciências da Informação e, também, nos periódicos de resumos da área de Biblioteconomia e Ciências da Informação disponibilizados no Portal de Periódicos da CAPES, sobre linguagens documentárias específicas para a área da Literatura Infantil e Juvenil. Diferentes estratégias de busca foram empregadas, testando-se combinações diferentes de termos como, por exemplo, Linguagens Documentárias AND Literatura; Linguagens Documentárias AND Literatura Infantil; Vocabulário Controlado; Vocabulário Controlado AND literatura Infantil; Indexação AND Literatura Infantil; Representação Documentária AND Literatura Infantil; Análise Documentária AND Literatura Infantil; Linguagem de Indexação AND Literatura Infantil; Linguagens Descritoras AND Literatura Infantil; Classificação AND Literatura Infantil, Tesouros AND Literatura Infantil.

Ao final das buscas, somente duas LDs para indexação de obras de Literatura Infantil e Juvenil foram encontradas no Brasil.

- b) Realizar pesquisa *in loco* em bibliotecas com acervo de Literatura Infantil e Juvenil na cidade de Heidelberg, Alemanha, com o objetivo de verificar as LDs adotadas na indexação da suas coleções de Literatura Infantil e Juvenil.
- c) Sistematização de dados da 1ª etapa.

2ª Etapa:

- a) Analisar as linguagens documentárias utilizadas para a indexação de obras de Literatura Infantil e Juvenil no Brasil e na cidade de Heidelberg, na Alemanha, que foram levantadas na 1ª etapa, considerando os seguintes aspectos:

- o histórico de seu desenvolvimento;

- suas principais características e objetivos;
- os tipos de relações estabelecidas entre os conceitos;
- o tipo de organização - alfabética, alfa-numérica ou codificada

b) Sistematização de dados da 2ª etapa.

3ª Etapa:

- a) Construção de um formulário com as características das LDs a serem mapeadas e analisadas.
- b) Mapeamento e análise comparativa das características e objetivos específicos das linguagens documentárias levantadas na pesquisa.
- c) Revisão e eventual busca de dados complementares.

4ª Etapa:

Elaboração do relatório final da pesquisa (TCC).

6 LDs ANALISADAS PARA INDEXAÇÃO DE OBRAS INFANTIS E JUVENIS

As bibliotecas e bases de dados que indexam e disponibilizam materiais para o público infanto-juvenil deparam-se atualmente com uma quantidade e uma variedade de itens que é ímpar na história da literatura voltada para esse grupo. Paralelamente ao desafio de encontrar formas de indexação que façam jus a toda essa riqueza e diversidade, permitindo a busca e a localização ágil desses materiais, é importante, também, que se criem linguagens documentárias que sejam acessíveis ao público alvo dessas coleções.

Inúmeras pesquisas têm demonstrado que as necessidades, habilidades e capacidades cognitivas e comportamentos de busca das crianças são diferentes daquelas dos usuários adultos. Estes estudos indicam que os obstáculos encontrados por crianças durante a busca da informação resultam de problemas relacionados à representação da informação, como um vocabulário controlado inapropriado usado para criar metadados ou esquemas de metadados, os quais, em geral, não incluem elementos que as crianças esperam ou precisam para encontrar os itens que procuram. Estas pesquisas sugerem que os sistemas de informação voltados para o público infantil devam usar tanto esquemas de metadados quanto vocabulários controlados especificamente desenvolvidos tendo em mente as necessidades cognitivas e de desenvolvimento dos usuários infantis. (HUTCHINSON, 2005, ABBAS, 2005).

Apesar das conclusões sobre as especificidades deste grupo, ainda existem poucas linguagens documentárias específicas para a indexação de materiais voltados para o público infanto-juvenil. Uma das primeiras iniciativas neste sentido foi o sistema de classificação alfabético desenvolvido em 1931, pela bibliotecária canadense Lílian H. Smith, que fundou os serviços voltados para o público infantil na Biblioteca Pública de Toronto, no Canadá. Este sistema, entretanto, foi abandonado no final dos anos 1980, quando a biblioteca passou a adotar o formato MARC de catalogação, tendo prevalecido o argumento de que a unificação do processo de catalogação de livros adultos e infantis traria uma economia de tempo e recursos humanos. (HERAS, 1999).

Outra iniciativa foi a da biblioteca da escola vienense Pichelmayergasse que, em 1987, desenvolveu uma adaptação do sistema de classificação alemão SSD - *Systematik der Stadtbibliothek Duisburg* (Sistema da Biblioteca Estadual de Duisburg). A biblioteca

daquela escola passou a utilizar a letra J, que se encontrava disponível, para classificar a “Literatura para crianças” (PICHELMAYERGASSE, 2009).

Na Alemanha, porém, existem desde os anos de 1970 dois esquemas de classificação específicos para materiais infanto-juvenis, os quais são amplamente utilizados em bibliotecas públicas. Estes esquemas geralmente aplicam os seguintes critérios de classificação, os quais podem ser diferentemente combinados: idade, tema e gênero literário. Elas apresentam, ainda, diferentes classes para literatura de ficção e literatura especializada, principalmente para obras classificadas para os grupos etários a partir de 9 anos. Estes esquemas de classificação são: o *Systematik für Kinder- und Jugendbibliotheken SKJ* e a *Klassifikation für Allgemeinbibliotheken KAB/K*, esta segunda, mais utilizada que a primeira. (UMLAUF, 2006).

Mais recentemente, algumas bases de dados comerciais, como a *Kids InfoBits* do Gale Group, e a *Searchasaurus*, do EBSCOHost, começaram a dar ênfase ao uso de esquemas de metadados e vocabulário controlado de assunto específicos para o público infantil, além procurarem desenvolver interfaces mais apropriadas para crianças (ABBAS, 2005).

Porém, uma das iniciativas mais importantes no que diz respeito ao desenvolvimento ou adaptação de um vocabulário controlado para crianças é o programa *Annotated Card* (AC) da Library of Congress, que realizou modificações na LCSH no sentido de tornar a sua aplicação mais apropriada para a representação de materiais para crianças de até 15 anos.

Outra iniciativa importante foi a do Online Computer Library Center (OCLC), cujo grupo de pesquisa Knowledge Organization produziu a *Subject Headings for Children*, uma lista de aproximadamente 20.000 descritores de assunto compilados de fontes como a LCSH entre outras.

Merece destaque a International Children’s Digital Library - ICDL - que provê livre acesso via Internet a mais de 500 livros infantis digitalizados de todas as partes do mundo. Esta biblioteca digital, que pode ser acessada em 16 idiomas diferentes, inclusive em

português¹⁵, além oferecer uma interface especialmente desenvolvida para atender as necessidades, preferências e característica do público infantil, ainda permite a realização de buscas através do uso daquelas categorias mais utilizadas por crianças, como cor, forma, faixa etária e sensação provocada pelo livro, além, é claro, das tradicionais categorias de gênero e assunto. (ICDL, 2002).

Existem ainda outras iniciativas de menor escala, entre elas, o desenvolvimento de um tesouro especial para crianças, com cerca de 800 palavras simples e concretas cobrindo 21 áreas de interesse. Esta lista foi distribuída para bibliotecas na Suécia, que a vêm utilizando com sucesso.

Neste trabalho serão analisados três vocabulários controlados para a indexação de literatura e outros materiais infanto-juvenis, que se somam às experiências acima mencionadas, no sentido de criarem linguagens documentárias mais acessíveis e adequadas às necessidades e características do público infanto-juvenil. São elas: o tesouro do CERLIJ da UFRGS, o Vocabulário Controlado para Obras de Ficção, criado pelo Grupo de Pesquisa em História da Leitura, do Livro e das Bibliotecas da UFSC, e o sistema de classificação por cabeçalhos de assunto da coleção infantil e juvenil da Biblioteca Pública de Heidelberg.

6.1 O TESAURO DO CERLIJ

O Centro Referencial de Literatura Infantil e Juvenil (CERLIJ) é um núcleo do departamento de Ciências da Informação da UFRGS, criado em 1984, com a finalidade de servir de laboratório de ensino, pesquisa e extensão para alunos do curso de Biblioteconomia e áreas afins no âmbito da produção literária e/ou serviços de informação para crianças e adolescentes. A necessidade da construção de um vocabulário controlado para a indexação de seu acervo surgiu no início do ano de 2000, quando os campos de sua base de dados foram reformulados para atender às necessidades decorrentes da evolução dos estudos da área de Literatura Infantil e dos efeitos do desenvolvimento das tecnologias

¹⁵ Disponível em: <<http://www.childrenslibrary.org/icdl/SimpleSearchCategory?ilang=Portuguese>>

da informação e da comunicação.

Na ocasião, foram detectadas falhas na recuperação das informações, ocasionadas pela ausência de um controle de termos. Conforme Bonotto et al., “para que haja consistência na representação temática e, conseqüentemente, uma recuperação satisfatória, faz-se necessário elaborar mecanismos eficientes para o controle desses dados e seu acesso a eles.” (2007, p.2)..

Em vista disso, foi realizado um levantamento das LDs especializadas em Literatura infantil e Juvenil, ao final do qual se constatou a inexistência de tesouros brasileiros que fossem adequados às necessidades do CERLIJ. Após a análise da obra *Base de dados em Literatura Infanto-Juvenil (BADALI)*¹⁶, coordenada por Else Benetti Marques Válio e do *Tesouro de Literatura Infantil do Banco del Libro* da OEA – Programa Regional de Desarrollo Cultural, concluiu-se, por um lado, que nem todas as categorias necessárias para a indexação e recuperação das obras do CERLIJ eram contempladas nessas obras e, por outro, que a abrangência das obras consultadas era ampla demais e, portanto, inadequada para ser utilizada na base do CERLIJ, a qual demandava um grau maior de especificidade.

Decidiu-se, então, pela criação de um tesouro que melhor respondesse às peculiaridades do Centro. Segundo Bonotto et al.:

A opção por um tesouro justifica-se na medida em que sua estrutura é mais clara, há uma indicação detalhada das diferentes relações que podem se estabelecer entre os diferentes conceitos representados por descritores e, ainda, oferece a possibilidade de visualização da rede conceitual na qual cada conceito se insere. (2007, p.131)

Primeiramente, foi realizado o levantamento da terminologia da área, feito em corpus textual, tendo como base obras de Literatura Infantil e Juvenil do acervo do próprio centro. Neste levantamento foram identificados os termos (personagens, temas) presentes nas histórias, e o contexto em que os mesmos estavam inseridos.

¹⁶ VÁLIO, Else Benetti Marques (Coord.). **Base de dados em Literatura Infanto-Juvenil**. Campinas: Alínea, 1997.

Também foi realizado um levantamento da terminologia em obras especializadas em Literatura Infantil e Juvenil, as quais nortearam a coleta, a categorização e a definição dos termos. Dentre as obras consultadas, destacam-se o livro *Era uma vez... na escola*¹⁷, a *Base de dados em Literatura Infanto-Juvenil* (BADALI); bem como o trabalho de Elizabeth Márcia Martucci e Glória Caitano Rozeti.¹⁸

Com base neste estudo, foram construídas definições para um glossário, o qual serviu de base para a construção do tesauro. As definições apresentadas neste glossário, explicando os termos, deram direcionamento à estrutura escolhida para o tesauro, a partir da construção de mapas conceituais, ou árvores de domínio, que permitiram identificar e estabelecer as relações entre os descritores.

Os termos incluídos neste glossário foram organizados em cinco grandes categorias: Gêneros, Personagens, Tema, Abordagem e Forma. Estas cinco categorias foram incluídas no tesauro por representarem enfoques detectados nas buscas realizadas na base de dados do CERLIJ. A categoria Forma diz respeito aos livros editados em diferentes formatos e materiais, como “livro-objeto”, de pano e de plástico, e àqueles que apresentam apenas ilustrações, sem texto, ou seja, livro de imagens.

Esta categorização, assim como o próprio glossário, visava à construção de um instrumento para a indexação de documentos que fosse adaptado às necessidades do local a que se destinava, ou seja, o próprio CERLIJ. O tesauro constitui o produto final deste processo. Ele foi dividido em três partes: glossário, onde são apresentadas as definições explicando os termos; representação gráfica, ou lista sistemática, onde são apresentadas as relações entre os descritores; e apresentação alfabética dos descritores.

Os critérios que determinaram a escolha do descritor preferido foram, primeiramente, a terminologia utilizada no CERLIJ e, em segundo lugar, a terminologia

¹⁷ AGUIAR, Vera Teixeira de (Coord.). **Era uma vez... na escola**: formando educadores para formar leitores. Belo Horizonte: Formato, 2001.

¹⁸ MARTUCCI, Elizabeth Márcia; ROZETI, Glória Caitano. Em busca da maioria da biblioteca escolar, uma metodologia de classificação e indexação da Literatura Infantil. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA E DOCUMENTAÇÃO, 19 Porto Alegre, **Anais...** Porto Alegre: ARB, 2000, v.1 Temário Livre. Publicação em CD.

mais empregada na literatura da área. As relações entre os conceitos apresentadas no tesauro são as relações de subordinação hierárquica, representadas através dos códigos TG (Termo Genérico ou Termo Geral) e TE (Termo Específico), e as relações de coordenação, através do código TR (Termo Relacionado). As relações de equivalência entre os conceitos, ausentes até momento por razões técnicas, logo serão incluídas neste tesauro, graças à aquisição de um novo software, o TemaTres 1.01.

Dentro das relações de subordinação hierárquica, são apresentados, no caso de alguns conceitos, diferentes níveis de subordinação existentes entre termos específicos. Este é o caso, por exemplo, do conceito de Narrativa, termo específico subordinado ao termo genérico Gênero. O termo se subdivide em 13 termos específicos, identificados pelo código TE1 (Termo Específico de primeiro nível). Dentre estes, o termo Conto se subdivide em Conto Popular e Conto Maravilhoso, os quais são identificados pelo código TE2 (Termo Específico de nível dois). Já o Conto Maravilhoso, por sua vez, subdivide-se em Conto de Fadas e Conto de Fadas Moderno, os quais recebem o código TE3 (Termo Específico de nível três). Esta codificação permite explicitar os diferentes graus ou níveis hierárquicos existentes entre os termos específicos.

As quatro categorias incluídas no tesauro privilegiam os enfoques dos assuntos detectados nas buscas realizadas na base de dados do CERLIJ. São elas: Gênero, Abordagem, Personagens e Tema. A outra categoria que havia sido utilizada no glossário, Forma, ainda não foi introduzida no tesauro. Esta categoria diz respeito aos livros editados em diferentes formatos e materiais, como “livro-objeto”, de pano e de plástico e àqueles que apresentam apenas ilustrações, sem texto.

O tesauro do CERLIJ foi construído com a finalidade de servir como instrumento de indexação dos documentos do próprio CERLIJ. Como tal, ele vem cumprindo uma importante missão junto a este centro. Entretanto, a sua utilização em outras unidades de informação exigirá a implementação das devidas adaptações e adequações.

6.2 VOCABULÁRIO CONTROLADO PARA INDEXAÇÃO DE OBRAS FICCIONAIS

Outra experiência de desenvolvimento de um sistema de indexação que engloba as obras de Literatura Infantil foi realizada pelo Grupo de Pesquisa em História da Leitura, do Livro e das Bibliotecas, da Universidade Federal de São Carlos (UFSC). O objetivo do grupo era “[...] elaborar uma lista pragmática para identificação dos gêneros de obras ficcionais – cinematográficas, radiofônicas, televisivas e literárias – de modo a facilitar a procura pelo leitor não-especialista.” (BARBOSA et al., 2005, p.1).

O grupo decidiu dividir o seu *Vocabulário controlado para indexação de obras ficcionais* em obras de ficção juvenil e adulta e obras de ficção infantil após a realização de uma experiência com o acervo de uma biblioteca-piloto, a qual levou-os a “[...] considerar a literatura infantil como caso à parte, com termos e encaminhamentos específicos. (BARBOSA et al, 2005, 0.6). Os autores consideraram como Literatura Infantil aquela destinada ao público até cerca de dez anos e idade, ou seja, até o 4º ano escolar. Já aquelas obras destinadas ao público entre onze e quatorze anos, de acordo com os autores, enquadram-se na Literatura Juvenil. Os autores salientam, entretanto, que estes critérios não são rígidos e diferentes fatores podem levar um indivíduo de uma faixa etária a interessar-se por obras, a princípio, destinadas à outra faixa.

O *Vocabulário controlado para indexação de obras ficcionais* apresenta-se dividido em quatro listas. A primeira delas apresenta a ordem de estruturação dos termos, o que “[...] permite uma visão geral do conjunto de gêneros e possibilita ao bibliotecário escolher termos mais gerais a serem empregados.” (BARBOSA et al., 2005, p.4).

A segunda é uma lista alfabética de gêneros para ficção juvenil e adulta organizada em forma de tesouro, ou seja, apresenta redes de relações.

A terceira lista refere-se à ficção infantil e, assim como a anterior, também está organizada em forma de tesouro e emprega praticamente a mesma terminologia daquela, uma vez que o grupo observou que alguns temas levantados para a ficção adulta e juvenil também podem ser encontrados na Literatura Infantil, como Ficção científica, Histórias de aventura, Histórias de super-heróis e Histórias policiais, por exemplo. Nestes casos, os autores empregaram os mesmos termos e ícones para ambos os tipos de literatura, apenas

sugerindo que se diferencie a localização destas obras dentro do espaço da biblioteca e/ou as cores utilizadas nas etiquetas de lombada. Nesta terceira lista, diferentemente do que ocorreu na segunda, houve pouco cotejo com os demais vocabulários controlados ou com as listas de cabeçalhos em inglês.

A quarta lista, também organizada em ordem alfabética, apresenta os possíveis tipos de meios de expressão, que podem preceder ou suceder os termos (gêneros), como acréscimo ou como subcabeçalho. A cada um desses Meios de Expressão segue-se uma breve definição e exemplos dos casos em que podem ser empregados.

O Grupo de Pesquisa em História da Leitura, do Livro e das Bibliotecas ainda designou ícones para a representação dos gêneros propostos, os quais aparecem ao lado de cada um dos termos nas listas dois e três. O grupo propõe, ademais, como e onde estes ícones podem aparecer dentro do espaço da biblioteca e nas etiquetas das lombadas.

As listas de gêneros ficcionais estão baseadas nas listas de Olderr¹⁹; nos cabeçalhos de assunto da publicação *Guidelines on subject access to individual works of fiction, drama, etc.* (GSAFD)²⁰, devidamente adaptadas para a realidade brasileira; no *Tesouro sobre Literatura*, de H. E. Gomes⁶ e no cabeçalho de assuntos do Catálogo Coletivo da Rede Bibliodata²¹. O grupo ainda levou em conta as quatro formas de abordagem das obras ficcionais sugeridas por Baker & Shepherd²² (BARBOSA et al., 2005, p.2), quais sejam:

¹⁹ OLDERR, S. Olderr's **Fiction Subject Headings**: a supplement and guide to the LC thesaurus. Chicago: ALA, 1991.

²⁰ AIKAWA, H. et al. (Org.) **Guidelines on subject access to individual works of fiction, drama, etc.** 2. ed. Chicago: ALA, 2000.

²¹ REDE BIBLIODATA. **Catálogo coletivo da rede Bibliodata**. Disponível em: <www2.fgv.br/bibliodata/>

²² BAKER, S.L.; SHEPHERD, G.W. **Fiction Classification Schemes**: the principles behind them and their success. RQ, v.27, n. 2, p. 245-251, Winter 1987.

- temática propriamente dita (por exemplo: histórias sobre Brasil Colônia);
- de forma (por exemplo: crônicas ou filmes);
- de gênero (por exemplo: histórias de ficção científica);
- de qualidade literária (por exemplo: ficção séria ou ficção leve).

O grupo verificou que a abordagem temática encontrava-se plenamente coberta pelas listas de cabeçalhos de assunto, pelo acréscimo da palavra ficção como subcabeçalho, para distingui-lo da abordagem não-ficcional.

Em relação à abordagem de forma, o grupo preferiu adotar o termo Meio de Expressão para identificar os meios ou veículos pelos quais um autor expressa sua obra: filmes de longa metragem, desenhos animados, óperas, novelas de rádio, crônicas, romances, contos, poesias, seriados de televisão, teatro, entre outros. Os autores destacam que, apesar de tais meios de expressão não estarem validados por quaisquer listas oficiais de cabeçalhos de assuntos, eles servem, não apenas para a organização do acervo, separando romances (narrativa de ficção), poesias e filmes em estantes diferentes, mas auxiliam, também, a escolha do usuário, se indicados como subdivisão dentro de um gênero, por exemplo:

- Histórias de aventuras – Romances;
- Histórias de aventuras – Filmes;
- Histórias de aventuras – Seriados de televisão.

Quanto à abordagem relativa à qualidade literária, o grupo concluiu que, além de não ser imprescindível, ela está sujeita às avaliações de caráter subjetivo, portanto, decidiu por não utilizá-la.

Já no que diz respeito à abordagem de gênero, o grupo verificou que, no Brasil, esta não é citada, no caso de obra individual, em lista alguma, nem em qualquer vocabulário controlado que trate de literatura e cinema. Pelo menos, não da forma como o usuário mais procura por livros ou filmes nas bibliotecas. Verificou-se que este não costuma procurar por “um livro de literatura alemã”, ou “um livro de literatura francesa”, por exemplo, mas sim por “um romance de espionagem”, ou “uma história de aventura”, e assim por diante. Em vista disto, o grupo considerou como gênero literário os tipos de obras ficcionais através das quais o autor aborda um determinado tema. Desta forma, de acordo com este vocabulário controlado, por exemplo, o tema da morte é abordado por uma história do gênero Histórias de Relacionamentos no livro *A menina Nina* de Ziraldo. Já o tema da corrupção política, por exemplo, é abordado em uma história do gênero Histórias Sociais no livro *Histórias de rabos presos* de Ruth Rocha. Um mesmo tema, portanto, pode aparecer sob diferentes gêneros. Ou seja, os autores não consideraram, para efeitos deste vocabulário controlado, como gênero aqueles gêneros literários clássicos, quais sejam, poesia, prosa e teatro.

Os autores explicam que usaram os termos *Histórias de* e *Ficção* com o sentido de narrativas que se concretizam em diferentes meios de expressão, ou veículo (romance, filme, teatro). Para não haver confusão entre os termos usados para designar o assunto em si (espionagem, por exemplo) e o gênero ficcional (Histórias de espionagem, por exemplo), os autores optaram pelo acréscimo de *Histórias de* ou *ficção* antes do gênero, apesar desta solução implicar em um grande número de cabeçalhos iniciados por estas palavras.

Para efeitos deste vocabulário controlado, os gêneros literários clássicos - poesia, prosa e teatro - estão incluídos no que os autores consideram como *Meios de Expressão*. Segundo os autores, estes Meios de Expressão identificam os meios, ou veículos, pelos quais um autor expressa sua obra: romance, filme, ópera, poesia.

Em relação às coletâneas literárias, levou-se em consideração a recomendação do grupo de estudos da British Library de não mais se fazer distinção entre coletâneas, de um ou vários autores, e obras individuais. Em vista disso, decidiu-se acrescentar o termo *Coletâneas* à lista de Meios de Expressão.

O *Vocabulário controlado* ... traz, ainda, orientações para a elaboração de entradas para cabeçalhos de personagens, entidades ou lugares fictícios, que os diferenciem

daqueles usados para pessoa, entidade ou lugar real usados em situações ficcionais, inclusive dentro dos campos do formato MARC. Os autores sugerem que estes cabeçalhos sejam estabelecidos conforme as regras usadas para pessoas, entidades e lugares reais, porém, acrescentando-se, ao final, entre parêntesis, a indicação de que se tratam de produtos da imaginação, ou, quando reais, que estão sendo usados em uma obra de ficção.

O *Vocabulário controlado para indexação de obras ficcionais* visa, em última instância, “[...] transformar as bibliotecas em locais agradáveis, acolhedores, onde o leitor possa encontrar rápida e facilmente as obras desejadas.” (BARBOSA et al., 2005, p.1). Com este objetivo, o grupo não apenas desenvolveu uma lista de gêneros e meios de expressão para a indexação de obras ficcionais, mas ainda criou todo um conjunto de ícones para serem utilizados nas etiquetas de localização dos itens, visando a facilitar o acesso dos usuários às obras dos acervos das bibliotecas. Desta forma, este tesouro, ou vocabulário controlado, como o denominam seus autores, diferentemente do tesouro do CERLIJ, além de apresentar uma lista dos termos e a rede de relações entre estes, ainda sugere um ícone para cada gênero literário arrolado. Estes podem ser utilizados como forma de sinalização no espaço das bibliotecas, contribuindo para facilitar a localização dos diferentes gêneros por parte dos usuários. A inclusão dos ícones parte do princípio de que, para incentivar o prazer da leitura e a promoção do uso do acervo, “quanto mais simples a identificação das obras ficcionais, quanto mais independentes a busca e a seleção pelos usuários, maior o uso das bibliotecas e do acervo.” (BARBOSA et al., 2005, p.1).

Foi pensando neste objetivo que os autores do *Vocabulário controlado para a indexação de obras ficcionais* incluíram também sugestões relativas à organização e sinalização das estantes. Os autores sugerem que os grandes gêneros devam estar organizados alfabeticamente nas estantes e, dentro de cada um destes, as suas subdivisões, também organizadas em ordem alfabética, e assim sucessivamente. Dependendo dos interesses dos usuários de cada biblioteca, pode-se optar por usar somente os termos mais gerais, ou os mais gerais e os específicos ou, pode-se, ainda, acrescentar os meio de expressão aos gêneros (mais gerais ou específicos) como subcabeçalho. O grupo propõe, também, que se coloquem cartazes nas laterais das estantes sinalizando com os ícones e seus respectivos termos quais gêneros ali se encontram armazenados. E que, em cada prateleira, seja sinalizado com o ícone e seu respectivo termo, o local onde inicia um novo gênero. O grupo ainda propõe que nas etiquetas das obras conste o ícone referente ao gênero, as três primeiras letras do sobrenome do autor, em caixa alta, seguidas de

travessão, ponto ou vírgula e a primeira letra do prenome (ou mais, se necessário), seguidas da letra inicial do título do livro, em minúscula. Os autores acreditam que "[...] tal modo de armazenagem, organização e sinalização, além de tornar a biblioteca mais jovial e agradável, facilitará imensamente a busca feita pelos usuários." (BARBOSA et al, 2005, p.10).

A característica mais marcante deste *Vocabulário controlado...*, e que o distingue dos demais instrumentos de indexação analisados aqui, é a separação das obras de ficção juvenil e infantil e a reunião daquelas com as obras de ficção adulta, quando o mais comum é o contrário, ou seja, que as obras de ficção juvenil estejam reunidas às de ficção infantil. Outra característica que chama atenção neste *Vocabulário controlado...*, é a sugestão do uso de ícones representativos dos gêneros propostos para a indexação das obras de ficção, tanto nas etiquetas de lombada dos itens, quanto na sinalização das prateleiras e estantes. Esta lista de gêneros e meios de expressão é, certamente, o mais ambicioso dentre os instrumentos de indexação analisados neste trabalho.

6.3 CABEÇALHOS DE ASSUNTO PARA OBRAS INFANTO-JUVENIS DA HSB

Outra LD analisada foram os cabeçalhos de assuntos utilizados pela da Kinder- und Jugendbücherei da Heidelberg Stadtbücherei (HSB), ou Biblioteca Infanto-juvenil da Biblioteca Pública de Heidelberg. Estes cabeçalhos, que são utilizados para classificar e representar as coleções infanto-juvenis na Kinder- und Jugendbücherei da HSB, fazem parte do Vocabulário Controlado (SWD) da Deutschen Nationalbibliothek (DNB) – Biblioteca Nacional Alemã -, o qual é utilizado em caráter obrigatório por todas as bibliotecas públicas e pela maioria das bibliotecas escolares da Alemanha.

O SWD é um catálogo de autoridades de nomes, assuntos e títulos que possui, desde 1986, a estrutura de tesouro, denominado *Strukturierte Anzeige*, ou Índice Estruturado. Os cabeçalhos usados para indexar os materiais infanto-juvenis na Kinder- und Jugendbücherei da HSB, entretanto, foram retirados da lista de original de assuntos da DNB, o SWD *Katalogdatenbank* do ILITIS - *Integrierte Literatur-, Musikalien-und*

Tonträger-Informationssystem (Catálogo de Banco de Dados on-line do Sistema de Informação Integrado de Literatura, Música e suporte sonoro), que é a lista de cabeçalhos de assunto que recentemente deu origem ao tesauro.

A razão desta opção é que a lista de cabeçalhos é mais abrangente que o tesauro, apresentando uma variedade maior de descritores, os quais estão mais próximos da linguagem dos usuários da biblioteca. Um exemplo é o cabeçalho *Fantasy*, que utiliza uma palavra do idioma inglês, de uso mais corrente entre o público jovem. No tesauro SWD - *Strukturierte Anzeig*, ao contrário, deu-se preferência ao termo *Phantastischer Roman*. O mesmo ocorre com o cabeçalho *Mystery*. Para o mesmo conceito, é utilizado no tesauro o termo *Geheimnis*, do idioma alemão. Da mesma forma, o cabeçalho *Lebens-beschreibugen* (biografias), não aparece no tesauro, mas sim o termo *Biografie*.

A HSB, portanto, utiliza os descritores da lista de cabeçalhos de assunto do *Katalogdatenbank* do ILITIS da DNB para indexar e classificar a coleção infanto-juvenil da sua Kinder- und Jugendbücherei, ou seja, os livros de literatura de ficção, CDs, DVDs, fitas cassete, histórias em quadrinho, revistas e os jogos destinados ao público infanto-juvenil.

Para isso, a HSB realizou uma pequena adaptação nos cabeçalhos do *Katalogdatenbank* do ILITIS, trocando o sinal ponto-e-vírgula (;), utilizado para separar os descritores dos cabeçalhos quando estes são compostos ou complexos, pela utilização da conjunção *und* (e) ou da preposição *für* (para), como, por exemplo:

Basteln und Spielen - Bricolagem e Jogos
Essen und Tinken - Comidas e Bebidas
Farben und Formen - Cores e Formas
Gedichte für Kinder - Poesia para crianças
Hits für Kids - Sucessos para crianças [*best-sellers*]

Todas as coleções de obras de ficção infanto-juvenil da HSB encontram-se organizadas e classificadas conforme os cabeçalhos de assunto da DNB. Apenas os livros de consulta para a faixa etária em idade escolar estão classificados segundo o sistema de classificação alfanumérico SSD - *Systematik der Stadtbibliothek Duisburg* (Sistema da Biblioteca Estadual de Duisburg) - que é utilizado para classificar e organizar todas as

coleções nos demais setores da HSB.

Estes cabeçalhos só recentemente passaram a ser utilizados na Kinder- und Jugendbücherei da HSB. Desde sua fundação, em 1906, a HSB possui uma coleção de obras infanto-juvenis. Esta coleção, que começou bem modesta, foi aos poucos se expandindo e exigindo sucessivas ampliações do espaço a ela destinado e reestruturações na forma de indexação e organização do acervo. Em 2001, a Kinder- und Jugendbücherei passou a adotar uma nova forma de organizar a sua coleção de obras infanto-juvenis. Além da já tradicional classificação por faixa etária, estas obras passam a ser classificadas, também, conforme a temática, gênero ou suporte, através do uso dos cabeçalhos de assunto retirados do vocabulário controlado da Biblioteca Nacional alemã, o SWD - *Katalogdatenbank* do ILITIS.

O objetivo da biblioteca com a adoção destes cabeçalhos de assunto como forma de classificação do seu acervo de 18.058 títulos infantis e juvenis, segundo dados de 2006, era tornar mais fácil o acesso dos usuários aos itens procurados. Um estudo sobre a forma de busca mais comum entre os usuários da Kinder- und Jugendbücherei demonstrou que a grande maioria busca as obras pelo gênero ou temática. Daí a decisão de organizar o acervo de acordo com esses critérios (op. cit., p. 104-106).

Os cabeçalhos que descrevem o gênero, o suporte, ou o assunto encontram-se na lombada de cada item (livro ou em cada caixa de DVD, CD, fita cassete ou jogo), bem como na sinalização de todas as estantes. Nestas, os itens estão agrupados por gênero, temática ou suporte e organizados alfabeticamente pelo sobrenome do autor (ou pelo título, na falta daquele). Os diferentes assuntos e gêneros não se encontram organizados alfabeticamente, mas sucedem-se nas estantes de modo a deixar mais próximos os assuntos e gêneros que possuam alguma relação ou semelhança entre si, como os livros classificados como histórias de humor e os livros classificados como de piadas, por exemplo; ou os livros classificados como histórias sobre bruxas, ou como histórias sobre piratas, sobre fantasmas ou sobre vampiros, que estão colocados contiguamente nas estantes.

Não existe uma padronização quanto ao tipo de cabeçalho utilizado para classificar as obras. Desta forma, algumas são classificadas pela temática, outras pelo gênero e outras pela forma. Assim, por exemplo, há cabeçalhos que descrevem o gênero, como romance

policial, biografia, fábula, poesia, ficção científica, etc.; há cabeçalhos que descrevem o assunto ou tema, como religião, relacionamentos, família, Natal, amizade, etc.; outros descrevem os personagens principais, como índios, bruxas, e vampiros; e alguns descrevem o suporte ou meio de expressão, como, livro narrado em CD (CD *Hörspiel*), DVD, HQ, entre outros.

Este sistema de classificação através do uso de cabeçalhos de assunto adotado pela biblioteca torna bastante fácil a busca e localização dos itens na Kinder- und Jugendbücherei. A utilização de expressões de uso corrente entre os usuários, escritas por extenso nas lombadas e outras formas de sinalização, para descrever e classificar os diferentes assuntos e suportes do acervo simplifica muito para as crianças e pais a tarefa de encontrar os itens que procuram, tanto no espaço da biblioteca, quanto no catálogo on-line da mesma.

7 ANÁLISE COMPARATIVA ENTRE AS LDs ABORDADAS

Os três instrumentos analisados e comparados neste trabalho possuem escopos diferentes. Enquanto o tesouro do CERLIJ é um tesouro especializado em obras de Literatura Infantil e Juvenil, o *Vocabulário Controlado...*, abrange obras de ficção em geral, ou seja, adultas, juvenis e infantis, podendo ser literárias, teatrais, cinematográficas ou televisivas, e nos mais diferentes suportes e materiais. Nele, as obras de ficção foram subdivididas em dois grupos: um de ficção adulta e juvenil, e outro de ficção infantil. Como o objetivo deste trabalho é analisar as LDs alfabéticas para a área da Literatura Infantil e Juvenil, apenas a parte referente à ficção infantil foi analisada.

O *Schlagwortnormdatei* (SWD) da DNB, por sua vez, abrange todas as áreas do conhecimento. Desta lista, a HSB selecionou alguns cabeçalhos que melhor se adequavam às necessidades e características dos usuários de sua biblioteca infanto-juvenil e passou a utilizá-los na indexação e organização dos materiais voltados para esse público. Como o objetivo deste trabalho é analisar as LDs alfabéticas para a área da Literatura Infantil e Juvenil, somente estes cabeçalhos foram analisados.

Foram identificados e analisados os seguintes itens relativos às LDs abordadas neste trabalho:

- Características da estrutura (cabeçalho ou tesouro);
- objetivos almejados;
- tipos de relações apresentadas entre os conceitos;
- utilização ou não de rede de remissivas;
- público alvo.

7.1 CARACTERÍSTICAS DA ESTRUTURA

Quanto à estrutura, tanto o *Vocabulário controlado* ... quanto o tesauro desenvolvido pelo CERLIJ possuem a estrutura de tesauro, ou seja, são organizados alfabeticamente, indicam as relações entre os descritores e apresentam níveis de subordinação das relações conforme item 8.3.

Já o *Schlagwortnormdatei* (SWD) da DNB é um catálogo de autoridades de nomes, assuntos e títulos, ou seja, possui a estrutura de uma lista de cabeçalhos de assunto e, como tal, os cabeçalhos são pré-coordenados. Porém, esta lista está migrando para uma estrutura de tesauro e nela foram incluídos diferentes tipos relações entre os descritores, bem como as abreviaturas convencionais que indicam esta rede de relações em um típico tesauro.

7.2 OBJETIVOS

O tesauro do CERLIJ foi desenvolvido e é utilizado com a finalidade de auxiliar na recuperação das informações do acervo deste centro, através do controle dos termos utilizados para a indexação dos seus dados. Em vista disso, este tesauro inclui apenas aqueles termos e categorias indispensáveis à recuperação dos documentos constantes no acervo do próprio CERLIJ. A sua utilização em outras unidades de informação exigiria uma adaptação deste instrumento às diferentes características e necessidades destas outras unidades.

O *Vocabulário controlado para indexação de obras ficcionais* tem como objetivos básicos funcionar como instrumento para o controle de vocabulário no processo de indexação de documentos, otimizando a recuperação da informação; servir como um esquema de classificação, visando à organização das obras de ficção infantil nas estantes das bibliotecas; e auxiliar a localização das obras pelos usuários, através das sugestões de ícones relacionados a cada gênero arrolado, para serem utilizados na sinalização das estantes e prateleiras.

O emprego dos cabeçalhos de assunto da SWD da DNB pela Kinder- und Jugendbücherei da HSB tem como objetivos o controle do vocabulário durante o processo de indexação; servir como esquema de classificação, visando à organização das obras de literatura infantil nas estantes da biblioteca; e facilitar a orientação dos usuários e a localização dos itens dentro do espaço daquela biblioteca.

7.3 TIPOS DE RELAÇÕES ENTRE OS CONCEITOS

As relações entre os conceitos apresentadas no tesauro do CERLIJ são as relações de subordinação hierárquica, representadas através dos códigos TG (Termo Genérico ou Termo Geral) e TE (Termo Específico), e as relações de coordenação, através do código TR (Termo Relacionado). Dentro das relações de subordinação hierárquica, são apresentados, no caso de alguns conceitos, os diferentes níveis de subordinação existentes entre termos específicos. Os termos específicos de primeiro nível são identificados pelo código TE1, os de nível dois são identificados pelo código TE2, e os de nível três pelo código TE3. Esta codificação permite explicitar os diferentes graus ou níveis hierárquicos existentes entre os termos específicos.

O *Vocabulário controlado...* apresenta relações de subordinação hierárquica, representadas através dos códigos TG (Termo Genérico ou Termo Geral) e TE (Termo Específico); relações de coordenação, através do código TR (Termo Relacionado); e relações de equivalência entre os termos, representadas através dos códigos IN (inglês), TH (*Tesauro*), BD (Bibliodata), que indicam as fontes de onde os termos foram coletados, e UP e *ver* para termos considerados sinônimos ou quase sinônimos. O *Vocabulário controlado...* apresenta, ainda, notas explicativas, precedidas da abreviatura NE.

Os cabeçalhos usados pela Kinder- und Jugendbücherei da HSB foram retirados do vocabulário controlado da Biblioteca Nacional alemã, o SWD - *Katalogdatenbank* do ILITIS, o qual começou como uma lista de cabeçalhos de assuntos que foi evoluindo e tornando-se cada vez mais complexo e com uma estrutura muito próxima a de um tesauro. Atualmente, este vocabulário controlado identifica diferentes relações entre os conceitos, contém várias tabelas auxiliares, qualificadores, notas explicativas, etc. Com um sistema de codificações muito extenso, ele apresenta relações hierárquicas de tipo gênero/espécie,

partitivas, e de exemplaridade; diferentes tipos relações associativas e relações de equivalência. Os códigos usados para designar os tipos de relações apresentadas entre os conceitos no tesouro alemão são: OB - *Oberbegriff* [termo genérico]; UB - *Unterbegriff* [termo específico]; MO - *Mehrgliedriger Oberbegriff* [termo genérico de um assunto complexo ou composto]; MU - *Unterbegriff zu Mehrgliedrigem Oberbegriff* [termo específico de um assunto complexo ou composto]; VB - *Verwandter Begriff* [termo relacionado]; HZ - *Homonymenzusatz* [qualificação de homônimos]; CF - *Frühere Namensform* [forma anterior da palavra], BF - *Benutzt für* [usado para]; BS - *Benutzte Synonym* [sinônimo utilizado] ²³.

7.4 REDE DE REMISSIVAS

No tesouro do CERLIJ, as relações de equivalência entre os conceitos ainda não são apresentadas por deficiência do software até agora empregado. Esta deficiência, porém, logo será superada pela implantação do novo software TemaTres 1.01, que possibilita o estabelecimento desta rede de relações de equivalência.

No *Vocabulário controlado...*, a rede de remissivas se concretiza através das relações de equivalência. Estas estão identificadas por diferentes códigos: IN para termos encontrados em fonte de língua inglesa, TH para termos encontrados na fonte *Tesouro sobre literatura*, BD para os termos retirados do cabeçalho de assuntos do Bibliodata, e UP e *ver* para termos considerados sinônimos ou quase sinônimos.

O vocabulário controlado da DNB, o SWD, do qual foram retirados os cabeçalhos usados pela Kinder- und Jugendbücherei da HSB, apresenta uma rede de remissivas identificada pelos códigos: HZ - *Homonymenzusatz* [qualificação de homônimos], CF - *Frühere Namensform* [forma anterior da palavra], BF - *Benutzt für* [usado para] e BS - *Benutzte Synonym* [sinônimo utilizado].

²³ Na página 15 do manual com as regras de construção dos cabeçalhos da DNB, sob o título *Abkürzungen*, é apresentada a lista das abreviações utilizadas no SWD, disponível em: <http://files.d-nb.de/pdf/rswk_gesamtausgabe.pdf>)

7.5 PUBLICO ALVO

O tesouro do CERLIJ visa servir aos pesquisadores, professores e alunos do curso de Biblioteconomia e outras áreas que desenvolvem pesquisas sobre a Literatura Infanto-juvenil. Esta característica reflete-se na escolha dos descritores, que foram retirados do *corpus* textual e visam a atender às necessidades dos pesquisadores da área.

O *Vocabulário controlado...* destina-se aos frequentadores de bibliotecas públicas e escolares, ou seja, ao público em geral, apresentando, por isso, um vocabulário mais de uso comum.

Os cabeçalhos retirados do vocabulário controlado da DNB utilizados pela Kinder- und Jugendbücherei da HSB visam atender o público em geral, mas principalmente crianças e adolescentes. Por esta razão, os descritores utilizam um vocabulário mais coloquial.

8 CONCLUSÃO

Apesar da importância e do volume da Literatura Infantil e Juvenil atualmente, existem poucas LDs específicas nessa área no Brasil dentro do período pesquisado. Apesar do extensivo levantamento efetuado, somente duas LDs foram identificadas no país: o tesauro do CERLIJ e o *Vocabulário controlado para indexação de obras ficcionais*. Na Alemanha, foram levantadas quatro LDs específicas para Literatura Infantil e Juvenil. Dentre estas, foram aqui analisados os cabeçalhos de assunto utilizados como instrumento de indexação e classificação pela biblioteca infanto-juvenil da Biblioteca Pública da cidade de Heidelberg. Estes três instrumentos aqui descritos foram desenvolvidos visando objetivos e públicos distintos.

O tesauro do CERLIJ, juntamente com o seu glossário, é um instrumento para o controle do vocabulário desenvolvido com a finalidade de acessar as informações sobre produção literária para crianças e adolescentes disponíveis no CERLIJ. A sua utilização na indexação de acervos de outros sistemas de informação, portanto, deve ser precedida pela realização das devidas adaptações. Ele procura atender tanto às necessidades do público usuário infantil, por meio das categorias Personagem e Temática, bem como dos pesquisadores, por meio das categorias Forma e Gênero.

O *Vocabulário controlado para indexação de obras ficcionais*, diferentemente dos demais instrumentos de indexação aqui analisados, aborda as obras de ficção como um todo, e não apenas as obras de literatura infantil. Ele está dividido em ficção juvenil e adulta e ficção infantil, já que seus autores encontraram certas especificidades nesta última, julgando, então, mais apropriado separá-la da juvenil e da adulta. Aqui, somente aquela parte foi analisada. Este vocabulário também está organizado na estrutura de tesauro e tem como objetivo servir como instrumento de classificação, visando à organização do acervo e a sinalização das estantes das bibliotecas com coleções de Literatura Infantil e Juvenil. Ou seja, este instrumento tem a finalidade de facilitar tanto a localização das obras nas estantes, quanto à recuperação das informações através do seu tesauro. Ele visa atender às necessidades de busca, recuperação e localização da informação dos usuários de bibliotecas públicas e escolares em geral. A parte dedicada às obras de ficção infantil procura, evidentemente, atender mais especificamente às necessidades do público infantil destas bibliotecas.

O sistema de classificação por cabeçalhos de assunto utilizado pela Kinder- und Jugendbücherei da HSB visa basicamente facilitar ao seu público alvo, que são as crianças e adolescentes, a busca e a localização das obras de Literatura Infantil e Juvenil nas estantes da biblioteca e no seu catálogo *on-line*. Ele emprega majoritariamente cabeçalhos simples e quando é necessário destacar alguma faceta, os termos são registrados na ordem direta, como, por exemplo, *Gedichte für Kinder* (Poesias para crianças). Apesar de sua simplicidade, ele vem cumprindo com sucesso o seu objetivo principal, o de facilitar o acesso ao enorme volume e variedade (na forma, suporte e conteúdo) de itens voltados para o público infantil e juvenil que aquela biblioteca disponibiliza.

Independentemente dos objetivos e características específicas de cada uma das experiências relatadas, é importante salientar que se trata de notáveis tentativas de criação de instrumentos que tragam maior controle, precisão, especificidade, compreensão e organização para as coleções de Literatura Infantil e Juvenil. Desta forma, elas podem contribuir para a maior agilidade e eficiência na busca e recuperação destes documentos, e, no caso dos cabeçalhos de assunto da HSB e do *Vocabulário controlado para indexação de obras ficcionais*, para tornar mais acessível e amigável o *layout* das bibliotecas infanto-juvenis. Estes instrumentos vêm, portanto, contribuir para o cumprimento daquela que é a finalidade maior das unidades de informação, que é a de atender às necessidades de informação dos seus usuários.

E foi considerando as necessidades de informação dos leitores e pesquisadores de obras de Literatura Infantil e Juvenil que este estudo foi realizado. Através deste, detectou-se a necessidade de que os bibliotecários que trabalham na área da Literatura Infantil e Juvenil implementem estudos, no intuito de construírem LDs específicas da área visando uma melhoria na recuperação da informação desta volumosa e tão variada literatura, para que possam efetivamente atender às necessidades e peculiaridades dos seus usuários típicos, que são as crianças e os adolescentes, e também daqueles que pesquisam este assunto. As experiências aqui relatadas podem servir como subsídio para a construção de linguagens específicas locais, que sejam criadas levando em consideração as características e peculiaridades de cada unidade de informação e as necessidades próprias de seus usuários.

REFERÊNCIAS

- ABBAS, June. Creating Metadata for Children's Resources: issues, research, and current developments. **Library Trends**, Baltimore, v. 54, n.2, p. 303-317, 2005.
- AZEVEDO, Ricardo. **Livros para crianças e literatura infantil: convergências e dissonâncias**. 2007. Disponível em: <<http://www.ricardoazevedo.com.br/Artigo01.htm>>. Acesso em: 23 abr. 2008.
- _____. **Diferentes graus de relação entre texto e imagem dentro de livros**. 2007. Disponível em: <<http://www.ricardoazevedo.com.br/artnew02mfim.htm>>. Acesso em: 23 abr. 2008.
- _____. **A didatização e a precária divisão de pessoas em faixas etárias: dois fatores no processo de (não) formação de leitores**. 2007. Disponível em: <<http://www.ricardoazevedo.com.br/Artigo06.htm>>. Acesso em: 23 abr. 2008.
- _____. **Literatura infantil: origens, visões da infância e certos traços populares**. 2007. Disponível em: <<http://www.ricardoazevedo.com.br/Artigo07.htm>>. Acesso em: 23 abr. 2008.
- BARBOSA, Alice P. **Teoria e prática dos sistemas de classificação bibliográfica**. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação, 1969.
- BARBOSA, Sidney; MEY Eliane S. A.; SILVEIRA, Naira C. **Vocabulário controlado para indexação de obras ficcionais**. Brasília, DF: Briquet de Lemos, 2005.
- BASTOS, Isis M. M. **As mulheres e a produção literária infantil**. Universidade Federal do Maranhão, [s.d.]. Disponível em: <<http://www.ufpi.br/mesteduc/eventos/iiencontro/GT-13/GT-13-09.htm>>. Acesso em: 22 abr. 2008.
- BATISTA, Gilda H. R. Redes de conceitos. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 9, n. 1, p. 6-17, jan./jun. 2004. Disponível em: <<http://www.eci.ufmg.br/pcionline/index.php/pci/article/view/3471/156>>. Acesso em: 23 mar. 2008.
- BIASIOLI, Bruna L. As interfaces da Literatura Infanto-Juvenil: panorama entre o passado e o presente. **Terra roxa e outras terras – Revista de Estudos Literários**, Londrina, v 9, 2007. Disponível em: <http://www2.uel.br/cch/pos/letras/terraroxa/g_pdf/vol9/9_9.pdf>. Acesso em: 20 abr. 2008.
- BONOTTO, Martha E. K. et al. Estudo sobre a terminologia da literatura infantil e juvenil: uma possibilidade para o controle do vocabulário. **Informação & Sociedade**. Estudos, v. 17, p. 131-146, 2007.
- BRANDÃO, Wladimir C. A Internet como fonte de informações para negócio: um ensaio sobre a realidade da internet brasileira. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 7, n. 1, jan./jun. 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=1413-9936&script=sci_serial>. Acesso em: 22 mar.

2008.

_____. **Método para produção de representações conceituais a partir de literatura especializada utilizando a abordagem analítico-sintética.** 2005. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Escola de Ciência da Informação, UFMG, Belo Horizonte, 2005. Disponível em: <<http://www.bibliotecadigital.ufmg.br/dspace/handle/1843/VALA-6K5NQR>>. Acesso em: 25 mar. 2008.

BUNN, Daniela. **Da história oral ao livro infantil: identidades e memórias.** 2007. Disponível em: <<http://www.cfh.ufsc.br/abho4sul/pdf/Daniela%20Bunn.pdf>> Acesso em: 22 abr. 2008.

CAMPOS, Maria L. A. **Linguagem documentária: teorias que fundamentam sua elaboração.** Niterói: EdUFF, 2001.

_____. Perspectivas para o estudo da área de representação da Informação. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 25, n. 2, 1995.

CAMPOS Maria L.A.; GOMES, Hagar E. Metodologia de elaboração de tesauro conceitual: a categorização como princípio norteador. **Perspectivas em Ciência da Informação**, v.11 n.3 Belo Horizonte, set./dez. 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-9362006000300005&script=sci_arttext&tlng=e!n> Acesso em: 10 abr. 2008.

CHAN, Lois M. Still Robust at 100: a Century of LC Subject Headings. **Library of Congress Information Bulletin**, v.57, n.8, 1998. Disponível em: <<http://www.loc.gov/loc/lcib/9808/lcsh-100.html>> Acesso em: 08 abr. 2008.

_____. Subject indexing and classification in the United States. **Newsletter of the Section on Classification and Indexing**, n. 20, dec. 1999. Disponível em: <<http://www.ifla.org/VII/s29/archive/ci20.htm>> Acesso em: 08 abr. 2008.

CINTRA, Anna Maria et al. **Para entender as linguagens documentárias.** 2 ed. São Paulo: Polis, 2002.

COELHO, Nelly N. **Literatura Infantil: teoria, análise, didática.** São Paulo: Moderna, 2000.

COLEPÍCOLO, Eliane et al. **MeSH: de cabeçalho de assunto a tesauro.** São Paulo: Departamento de Informática em Saúde/UNIFESP, 200[6]. Disponível em: <<http://www.sbis.org.br/cbis/arquivos/994.pdf>>. Acesso em: 02 abr. 2008.

COUTINHO, Fernanda. Clássicos: Livros sem idade In: **Portal Domínio Público.**[s.d.]. Disponível em: <<http://leiturasdocanone.tripod.com/classicos.html>> Acesso em: 18 abr. 2008.

DEUTSCHE NATIONAL BIBLIOTHEK. Redação Kathrin Anzorge et al. Desenvolvida pela DNB. Homepage institucional. Leipzig, Frankfurt am Main, Berlin, 2004. Disponível em: <<http://www.d-nb.de/>>. Acesso em: 05 jan. 2009.

_____. **Katalog der Deutschen Nationalbibliothek**. Disponível em:
<<https://portal.dnb.de/opac.htm?method=newSearch¤tView=simple&selectedCategory=any>> Acesso em: 05 jan. 2008.

DODEBEI, Vera L. D. **Tesouro**: linguagem de representação da memória documentária. Niterói: Intertexto; Rio de Janeiro: Interciência, 2002.

DRABENSTOTT, Karen M. **Understanding the Subject Headings in Library Catalogs**. Michigan: University of Michigan - School of Information, 1998. Disponível em:
<http://deepblue.lib.umich.edu/bitstream/2027.42/57992/1/Understanding_subject_headings_in%20library_catalogs.pdf>. Acesso em 02 fev. 2009.

_____. **Indexação da Literatura Infanto-juvenil**: construção de um Tesouro especializado. Projeto de Pesquisa. Porto Alegre: CERLIJ/FABICO/UFRGS, 2000.

FORASTIERI, André. **A liberdade infinita da literatura juvenil**. 2002. Disponível em:
<<http://www1.folha.uol.com.br/folha/sinapse/ult1063u210.shtm>>. Acesso em: 20 abr. 2008.

GIGANTE, Maristela C. Os sistemas de classificação bibliográfica como interface biblioteca/usuário. **Ciência da Informação**, v. 25, n. 2, 1995. Disponível em:
< <http://www.ibict.br/cionline/include/getdoc.php> >. Acesso em: 22 mar. 2008.

GILCHRIST, Alan. **The Thesaurus in Retrieval**. London: Aslib, c1971.

GOMES, Hagar. E.. **Classificação, Tesouro e Terminologia**: fundamentos comuns. 1996. Disponível em: <<http://www.conexaorio.com.bititertulia/tertulia.htm> >. Acesso em: 5 out. 2004.

GOMES; Hagar E.; CAMPOS; Maria L.A. Princípios de organização e representação do conhecimento na construção de hiperdocumentos. **DataGramaZero - Revista de Ciência da Informação**, v.6, n.6, dez./2005. Disponível em:
<http://www.dgz.org.br/dez05/Art_04.htm#Autor02>. Acesso em: 07 abr. 2008.

GOMES, Hagar E. et al. **Tesouro sobre literatura**. Brasília: IBICT, 1985.

GOMES, Hagar E.; MARINHO, Marcílio T. **Introdução ao estudo do Cabeçalho de Assunto**. 1984. Disponível em:
<http://www.conexaorio.com.bitit/cabecalho/cab_ass.htm>. Acesso em: 2 dez. 2004.

GOMES, Hagar E.; MOTTA, Dilza F.; CAMPOS, Maria L.A. **Revisitando Ranganathan**: a classificação na rede. Rio de Janeiro, 2006. Disponível em:
<<http://www.conexaorio.com/bitirevisitando/revisitando.htm>> . Acesso em: 07 abr. 2008.

HERAS, Theo. Lilian's Legacy. Horn Book Magazine, Toronto, v.75, n. 5, p. 630-633, set./out. 1999.

HUDON, Michèle. True and tested products: thesauri on the Web. **The Indexer**, v. 23, n. 3, abr.2003. Disponível em: < http://www.theindexer.org/files/23-3/23-3_115.pdf >. Acesso em: 29 set. 2008.

HUTCHINSON, Hilary et al. **How do I find blue books about dogs?:** The errors and frustrations of young digital library users. College Park: University of Maryland - College of Information Studies, 2005. Disponível em: <<http://hcil.cs.umd.edu/trs/2005-27/2005-27.pdf>>. Acesso em: 23 jun. 2008.

ICDL - INTERNATIONAL CHILDREN'S DIGITAL LIBRARY. Desenvolvido pelo Grupo de Pesquisa Interdisciplinar da Maryland University, Manchester, EUA, 2002. Disponível em: <<http://en.childrenslibrary.org/index.shtml>>. Acesso em: 12 set. 2008.

INHELDER, Barbel; PIAGET, Jean. **Da lógica da criança à lógica do adolescente:** ensaio sobre a construção das estruturas operatórias formais. São Paulo: Pioneira, 1976.

KAULA, Prithvi N. Repensando os conceitos no estudo da classificação. In: CONFERÊNCIA SOBRE PESQUISA EM CLASSIFICAÇÃO, 4., 1982, Augsburg, **Anais...** Augsburg, Alemanha Ocidental, 1982. Disponível em: <<http://www.conexaorio.com/bitl/kaula/index.htm>>. Acesso em: 02 abr. 2008.

KRIEGER, Maria G. BEVILACQUA, Celi R. **A pesquisa terminológica no Brasil:** uma contribuição para a consolidação da área. 2005. Disponível em: <http://www.riterm.net/revistaa/n_1/krieger.pdf>. Acesso em: 15 out. 2005.

LARA, Marilda L. G. Novas relações entre Terminologia e Ciência da Informação na perspectiva de um conceito contemporâneo da informação. **DataGramaZero - Revista de Ciência da Informação**, v.7, n.4, ago.2006. Disponível em: <http://www.dgz.org.br/ago06/Art_02.htm#Autor>. Acesso em: 05 out. 2008.

MACHADO, Ana Maria. **Tudo ao mesmo tempo agora: perguntas e respostas.** [s.d.]. Disponível em: <<http://www.anamariamachado.com/caderno/tudo.html#8>>. Acesso em: 25 abr. 2008.

MIRANDA, Marcos L. C. de. A organização do conhecimento: a representação do conhecimento afrodescendente em Religião na CDD: In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 8., 2007, Salvador. **Anais...** Salvador: Universidade Federal da Bahia, Programa de Pós-graduação em Ciências da Informação, 2007. Disponível em: <<http://www.enancib.ppgci.ufba.br/artigos/GT2--341.pdf>>. Acesso em: 02 abr. 2008.

MORAIS, Flávia D. Costa. **A internacionalidade na maior parte da Literatura Vitoriana.** 2002. Disponível em: <http://www.unipinhal.edu.br/artigos/artigo_internacionalidade.php>. Acesso em: 20 abr. 2008.

MOURA, Maria A. et al. Linguagens de indexação em contextos cinematográficos: a experiência de elaboração do tesouro eletrônico do cinema brasileiro. **Perspectiva em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v.10, n.1, p. 54-69, jan./jun. 2005.

MURAKAMI, Tiago R. M. **Tesaurus e a World Wide Web.** São Paulo: USP, 2005. 96 f. Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso) - Departamento de Biblioteconomia e Documentação da Escola de Comunicações e Artes da Univ de São Paulo, São Paulo, 2005.

Disponível em <<http://eprints.rclis.org/archive/00010432/01/murakami-tesauros.pdf>>. Acesso em: 08 abr. 2005.

NAVES, Madalena M. L. **Construção de Linguagens de Indexação**. Belo Horizonte: Centro de Documentação e Informação /CDI do EBRAE/MG, 2004. Disponível em: <http://www.finaltec.com.br/oicd/uploads/apostila_construcao_linguagens.doc>. Acesso em: 27 mar. 2008.

NOGUEIRA, Júlio; RIBEIRO, Aldina. **Tratamento documental: circuito do documento**. Disponível em: <<http://www.cm-odivelas.pt/Extras/BMDD/anexos/>>. Acesso em: 23 mar. 2008.

NOVELLINO, Maria S. F. Instrumentos e Metodologias de Representação da Informação. **Inf.Inf.**, Londrina, v.1, n.2, p.37-45, jul./dez. 1996 . Disponível em: <<http://www2.uel.br/revistas/informacao/include/getdoc.php?id=44&article=15&mode=pdf>>. Acesso em: 12 abr. 2008.

OLSON, Hope A. **Between Control and Chaos: an Ethical Perspective on Authority Control**. University of Alberta: OCLC, 2003. Disponível em: <<http://digitalarchive.oclc.org/da/ViewObjectMain.jsp;jsessionid>>. Acesso em: 08 abr. 2008.

O'NAIL, Edward T. et all. **Form Subdivisions: their identification and use in LCSH**. 2001. Disponível em: <<http://www.oclc.org/research/projects/fast/formspaper.doc>>. Acesso em: 02 fev. 2009.

PICHELMAYERGASSE. Desenvolvido pela escola Pichelmayergasse, Viena, e atualizado diariamente. Disponível em: <http://www.brg-pichelmayergasse.at/home/index.php?option=com_content&task=view&id=240&Itemid=14>. Acesso em: 04 jan. 2009.

PISANSKI, Jan; ŽUMMER, Maja. **M 2.2 Report on subject access tools**. Liubliana: National and University Library, 2007. Disponível em: <<http://www.edproject.ed/downloads/edReportsatful3.doc>>. Acesso em: 23 abr. 2008.

PRADO, Lidiani R. Literatura infantil e desenvolvimento cognitivo. **Revista Científica Eletrônica de Ciências Sociais Aplicadas da EDUVALE**, Averé, n.4, jul. 2005. Disponível em: <<http://200.178.178.137/revistaeduvale/artigos/artigo05.pdf>>. Acesso em: 20 abr. 2008.

PROPP, Vladimir I. **Morfologia do conto maravilhoso**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1984.

RICHE, Rosa M. C. **Literatura infantil e juvenil brasileira: os caminhos da produção e o resgate da memória**. 200[5]. Disponível em: <<http://www.filologia.org.br/viiicnlf/anais/caderno11-10.html>>. Acesso em: 18 abr. 2008.

ROVIRA, Carmen; AGUAYO, Jorge. **Lista de Encabezamiento de Matéria para Bibliotecas**. Washington, DC: Union Panamericana, 1967.

SHAWA, Tsering W.. **Critical Analysis of Library of Congress Subject Headings**.

Princeton, 1998. Disponível em: < <http://www.princeton.edu/~shawatw/lcsh.html>>. Acesso em: 10 abr. 2008.

SILVA, Antonio B. O. ; CAMPOS, Marcus J.O. ; BRANDÃO, Wladimir C. **Proposta para um esquema de classificação das fontes de informação para negócio**. 2005. Disponível em: <<http://www.netic.com.br/docs/publicacoes/pub0018.pdf>>. Acesso em: 25 mar. 2008.

SILVA, Odilon P. **C D U - Classificação Decimal Universal**: manual teórico-prático para a disciplina Classificação no Departamento de Ciência da Informação e Documentação da Universidade de Brasília. Brasília: UnB, 2004. Disponível em: <www.cid.unb.br/publico/setores/000/66/materiais/2004/2/65/CDUMAN2004.doc>. Acesso em: 30 mar. 2008.

STADTBÜCHEREI HEIDELBERG. Coordenação de Regine Wolf-Hauschild. Desenvolvido pela Stadtbücherei Heidelberg, 1999-2008. Contém o Catálogo on-line da biblioteca, informações diversas sobre eventos culturais e educacionais na biblioteca e na cidade de Heidelberg, textos de autores diversos, anúncios de novas aquisições e links de interesse. Disponível em: <<http://www.stadtbuecherei-heidelberg.bib-bw.de/seiten/>>. Acesso em: 02 abr. 2008.

TÔRRES, Leczy M. C. **Sistematização da Sintaxe de Cabeçalho de Assunto**. Disponível em: <<http://www.conexao.com/bit/lecy/lecy.htm>> Última atualização: 2006. Acesso em: 3 dez. 2004.

TRISTÃO, Ana M. D.; FACHIN, Gleisy R. B.; ALARCON, Orestes E. Sistema de classificação facetada e tesouros: instrumentos para organização do conhecimento. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 33, n. 2, p. 161-171, maio/ago. 2004. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ci/v33n2/a17v33n2.pdf>>. Acesso em: 08 abr. 2008.

UMLAUF, Konrad. **Einführung in die bibliothekarische Klassifikationstheorie und -praxis**: mit Übungen. Berlin: Institut für Bibliotheks- und Informationswissenschaft der Humboldt-Universität, 2006. Disponível em: <<http://www.ib.hu-berlin.de/~kumlau/handreichungen/h67/>>. Acesso em: 18 nov. 2008.

VALENTE, Iolanda S. R. **Comparação entre formatos de classificação**: CDD, CDU e LCC. Porto: Universidade Fernando Pessoa, 2003. Disponível em: <http://www.cerem.ufp.pt/~nribeiro/aulas/tid/TID_iolanda_valente.pdf>. Acesso em: 05 abr. 2008.

VAN DER LAAN, Regina H.. Análise de assunto e lingüística textual: uma tentativa de aproximação. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA E DOCUMENTAÇÃO, 19, 2000, Porto Alegre. **Anais ...**. Porto Alegre: ARB; 2000. Disponível em: <<http://dici.ibict.br/archive/00000800/01/T148.pdf>>. Acesso em: 02 set. 2008.

_____. **Tesouro e Terminologia: uma inter-relação lógica**. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2002. 262 f. : il. Tese (doutorado) - Instituto de Letras, Programa de Pós-Graduação em Letras, UFRGS, 2002. Ori.: Krieger, Maria da Graça. Disponível em: <<http://www.biblioteca.ufrgs.br/bibliotecadigital/2002-2/tese-bscsh-0339228.pdf>> Texto completo>. Acesso em: 22 ago. 2008.

VAN DER LAAN, Regina H.; ALVORCEM; Rochelle M. A terminologia expressa no discurso dos especialistas da área da Ciência da Informação: um estudo de caso. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, Nova Série, São Paulo, v.3, n.2, p.107-115, jul-dez. 2007. Disponível em: <<http://www.febab.org.br/rbbd/ojs-2.1.1/index.php/rbbd/article/viewPDFInterstitial/53/54>>. Acesso em: 02 fev. 2009.

VAN DER LAAN, Regina H. FERREIRA, Glória I. S.. Tesouros e Terminologia. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA E DOCUMENTACAO , 19, 2000, Porto Alegre. **Anais...** Porto Alegre: ARB, 2000. Disponível em: <<http://dici.ibict.br/archive/00000800/01/T148.pdf>>. Acesso em: 02 set. 2008.

VAN DER LAAN, Regina H. ; FERREIRA, Gloria I. S.; BONOTTO, Martha E. K. . Avaliação de descritores relativos às Ciências da Informação: relato de pesquisa. **Em Questão**, Porto Alegre, v. 10, p. 337-357, 2004.

VERBAND DEUTSCHER BIBLIOTHEKEN. **Die Arbeit der Öffentlichen Bücherei für die Jugendlichen**: Ziele und erste Versuche der Verwirklichung. München: Verband Deutcher Bibliotheken, 1952.

WOLF-HAUSCHILD, Regine. **Bücher Bauten begegnungen**: 100 Jahre Stadtbücherei Heidelberg 1906-2006. Heidelberg: Stadtbucherei Heidelberg, 2006.

XAVIER, Hugo R. F. **Literatura of freaks and fiends**: o gótico como gênero. 2004. Disponível em:<http://www.speculum.art.br/module.php?a_id=819>. Acesso em: 20 abr. 2008.

APÊNDICE A - QUADRO COMPARATIVO ENTRE AS LDs ANALISADAS

QUADRO COMPARATIVO ENTRE AS LINGUAGENS DOCUMENTÁRIAS ANALISADAS

	Vocabulário Controlado para Indexação de Obras Ficcionais	Tesouro do CERLIJ	Vocabulário Controlado da Deutsche Nationalbibliothek - SWD Katalogdatenbank
Estrutura	Tesouro	Tesouro	Cabeçalho de Assunto
Objetivos:	Indexação, classificação, recuperação, sinalização e localização das coleções de obras ficcionais adultas e infantis em diferentes suportes.	Indexação e recuperação de obras de literatura de ficção infantil	Indexação, classificação, recuperação, sinalização e localização das coleções de obras ficcionais e não ficcionais adultas e infantis em diferentes suportes
Tipo de relações que apresenta entre os conceitos	Relações hierárquicas genéricas (TG/TE) e de coordenação (TR); relações de equivalência (UP, IN, TH, BD)	Relações hierárquicas genéricas (TG/TE) e relações de coordenação (TA)	Relações hierárquicas genéricas (OB/UB/MO/MU) e de coordenação (VB); relações de equivalência (BF,BS,CF,HZ)
Rede de Remissivas	Sim (UP e ver)	Não	Sim (BF, BS, CF, HZ)
Público alvo	Público em geral	Professores, pesquisadores e alunos de graduação e pós-graduação	Público em em geral
<p>Obs. 1: Em relação ao Vocabulário controlado para inexação de obras ficcionais e ao Vocabulário Controlado da Deutsche Nationalbibliothek, foi analisada apenas a parte referente à Literatura Infanto-juvenil.</p>			
<p>Obs. 2: Abreviaturas usadas para designar os tipos de relações apresentadas entre os conceitos no tesouro alem OB - Oberbegriff [termo genérico]; UB - Unterbegriff [termo específico]; MO - Mehrgliedriger Oberbegriff [termo genérico de um assunto complexo ou composto]; MU - Unterbegriff zu Mehrgliedrigem Oberbegriff [termo específico de um assunto complexo ou composto]; VB - Verwandter Begriff [termo relacionado]; HZ - Homonymenzusatz [qualificação de homônimos]; CF - Frühere Namensform [forma anterior da palavra], BF - Benutzt für [use para]; BS - Benutze Synonym [sinônimo utilizado].</p>			
Obd. 3:	Em breve o novo software utilizado para o Tesouro do	CERLIJ irá possibilitar o uso da rede de	remissivas.